SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

JANIANE DIVINA DOS SANTOS HONDA

POLÍTICAS CURRICULARES E ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO LUGAR

GOIÂNIA
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação [ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

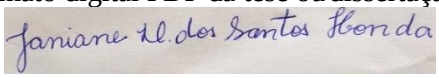
Nome completo do autor: Janiane Divina dos Santos Honda

Título do trabalho: Políticas curriculares e Atlas Escolares Municipais: contribuições para o estudo do lugar

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2] Data: 13/11/17

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

JANIANE DIVINA DOS SANTOS HONDA

POLÍTICAS CURRICULARES E ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO LUGAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Ensino-aprendizagem em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Míriam Aparecida Bueno.

GOIÂNIA

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Honda, Janiane Divina dos Santos
POLÍTICAS CURRICULARES E ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS [manuscrito]: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO LUGAR / Janiane Divina dos Santos Honda. - 2017.
CVIII, 108 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Míriam Aparecida Bueno.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2017.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Atlas Escolares Municipais. 2. Políticas curriculares. 3. Cartografia Escolar. 4. Lugar. 5. Ensino Fundamental I. I. Bueno, Míriam Aparecida, orient. II. Título.

CDU 911

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: NATUREZA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

JANIANE DIVINA DOS SANTOS HONDA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete (2017), a partir das 09h, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, teve lugar a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de JANIANE DIVINA DOS SANTOS HONDA, intitulada: "POLÍTICAS CURRICULARES E ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS: contribuições para o estudo do lugar". A banca examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 112/2017 da Diretoria do IESA, pelos seguintes Professores Doutores: **Prof.ª Dr.ª Míriam Aparecida Bueno** (Presidente), **Prof.ª Dr.ª Geovana Reis** (membro titular externo) e **Prof.ª Dr.ª Rosângela Lurdes Spironello** (membro titular externo). Os examinadores arguiram na ordem citada, tendo a candidata respondido satisfatoriamente. Às 11:30 horas a Banca Examinadora passou a julgamento, em sessão secreta, tendo a candidata obtida os seguintes resultados:

Prof.ª Dr.ª Míriam Aparecida Bueno (Presidente) – Ass. _____
Aprovada (X) Reprovada ( )

Prof.ª Dr.ª Geovana Reis – Ass. _____
Aprovada (X) Reprovada ( ).

Prof.ª Dr.ª Rosângela Lurdes Spironello – Ass. _____
Aprovada (X) Reprovada ( )

Resultado final: Aprovada (X) Reprovada ( )

Houve alteração no Título? Sim ( ) Não (X)

Em caso afirmativo, especifique o novo título: _____

Outras observações: _____

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Secretaria.....

Luana de Castro Amorim
Assistente em Administração
Instituto de Estudos Sócio Ambientais
Matrícula: 2357313

JANIANE DIVINA DOS SANTOS HONDA

POLÍTICAS CURRICULARES E ATLAS ESCOLARES MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO LUGAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, defendida na presença da banca examinadora constituída pelas seguintes doutoras:

Profa. Dra. Míriam Aparecida Bueno

Orientadora

Profa. Dra. Rosângela Lurdes Spironello

Membro Externo 1

Profa. Dra. Geovana Reis

Membro Externo 2

Profa. Dra. Eliana Marta Barbosa de Morais

Membro Suplente

DEDICATÓRIA

À minha querida mãe, Joana Darc, minha guerreira preferida, que sempre me inspirou e apoiou nos estudos e em tudo o que precisei. Ao meu pai, Gercino, que me acompanhou em inúmeras idas e voltas para a UFG. Aos meus amados filhos, João Pedro e Mayume, pelo carinho e por seus doces olhares dizendo: "Você consegue, mamãe". E, acima de tudo, à Deus, por me amar e por me sustentar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, por me permitir iniciar e finalizar este trabalho; e aí então, agradeço a todos que estiveram presentes em minha caminhada.

À querida Professora Doutora Míriam Aparecida Bueno, pela paciência, pela confiança, pelas incansáveis orientações, pelos puxões de orelha que me fizeram crescer e por acreditar neste crescimento. Professora, meu imenso e eterno muito obrigada!

Aos meus familiares, pelo apoio e orações por mim nesta caminhada. Aos meus pais, por acreditarem e se esforçarem para me socorrerem em tudo o que precisei. Por cuidarem das minhas crianças nos momentos necessários.

Ao meu esposo Marcelo, por compreender a importância deste estudo para mim.

Aos meus filhos João Pedro e Mayume, pelo carinho e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Aos meus queridos amigos parceiros, em especial ao quarteto Alyne, Flávia, Emmanuelle e Ícaro, pelo apoio e socorro nas inúmeras tarefas executadas.

À Secretaria de Educação de Goianira e aos professores, diretores e coordenadores das escolas em que realizamos as entrevistas, pelo apoio na realização da pesquisa.

À Professora Doutora Geovana Reis, pelas conversas e esclarecimentos sobre as políticas educacionais. Muito obrigada!

Ao Professor Doutor Denis Richter que, com sua imensa sabedoria e apontamentos valiosos, nos enriqueceu de conhecimentos críticos e reflexivos no decorrer da pesquisa. Também muito obrigada!

À professora Rosângela, pelas contribuições na banca de defesa.

À Universidade Federal de Goiás (UFG), ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), ao Grupo de Estudos de Cartografia para Escolares (GECE), e ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (LEPEG), por permitir que este estudo se realizasse.

RESUMO

O conceito de lugar é um dos conceitos essenciais para o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, pois permite ao aluno dar significações ao espaço em que ele vive, para compreender as relações que ele tem com a sociedade no processo de construção da cidadania. A construção do conceito de lugar no ensino de Geografia se concretiza pelos conteúdos ensinados, que são sugeridos nos documentos das políticas curriculares que vigoram no país e que servem de referência para os professores organizarem seus trabalhos. Dentre tais políticas, estão a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que abordam o estudo do lugar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também entram neste contexto as políticas curriculares locais. A Cartografia Escolar, também presente nas políticas curriculares, proporciona possibilidades para o estudo do lugar por ser uma linguagem que trabalha as representações do espaço geográfico. Portanto, é preciso que hajam meios e recursos que auxiliem o professor e o aluno neste processo. Os Atlas Escolares Municipais, por intermédio da linguagem cartográfica, contribuem para a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia de forma sistemática e significativa e assim se constituem como materiais relevantes para o estudo do lugar, por articular a relação da identidade da sociedade com o espaço ao qual está inserida e ao qual ela pertence. Os livros didáticos distribuídos para as escolas não conseguem abranger as particularidades deste mesmo espaço. Portanto, este trabalho tem o objetivo de analisar a proposta didático-pedagógica do Atlas Escolar Municipal de Goianira (GO), estabelecendo um diálogo com as políticas curriculares referentes ao estudo do lugar na Geografia Escolar para o Ensino Fundamental I. Nesta investigação optamos por uma abordagem qualitativa como opção metodológica mais adequada ao objetivo proposto. Por intermédio da pesquisa participante, empreendemos uma análise teórica sobre a construção do conceito de lugar, das políticas curriculares educacionais que regem sobre o ensino de Geografia no Brasil no estado de Goiás e o acompanhamento do uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira - GO. Neste sentido, os sujeitos da pesquisa foram os professores, de forma direta pelas entrevistas, e os alunos da primeira fase do Ensino Fundamental das escolas municipais de Goianira, de forma indireta, pelo uso dos atlas Escolares Municipais de Goianira. Para a coleta de dados, a pesquisa teve como procedimento metodológico o estudo e análise bibliográfica das políticas públicas que regulamentam o sistema educacional em Goianira e com observação direta, por meio de entrevistas com os professores e diretores das unidades escolares regidas pela Secretaria de Educação de Goianira (GO). As considerações finais apontam as reflexões acerca do "potencial formador" dos atlas escolares municipais para professores e alunos, como material didático que abarca requisitos necessários para o estudo do lugar no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chaves: Atlas Escolares Municipais; Políticas curriculares; Cartografia Escolar; Lugar; Ensino Fundamental I.

ABSTRACT

The concept of place is one of the essential concepts for teaching Geography in the early years of elementary school, because it allows the student to give meanings to the space in which he lives, to understand the relationships that it has with society in the construction of citizenship. The construction of the concept of place in teaching Geography come true for the content taught, that are suggested in the documents of the curricular policies applicable in the country and to serve as a reference for teachers to organize their work. Among such policies, are the law of guidelines and Bases (LDB), the National curriculum guidelines (DCN) and the National curricular parameters (PCN), that address the study of place in the initial years of elementary school. Also in this context, local curriculum policies. School mapping, also present in the curricular policies, provides opportunities for the study of place for being a language that works as representations of the geographical space in the school. Therefore, we must have means and resources to help the teacher and the student in this process. The municipal school through atlas of cartographic language, contributing to the construction of the concept of place in teaching Geography in a systematic and meaningful and thus constitute as materials relevant to the study of place, by articulating the relationship of the identity of the society with the space which is inserted and to which she belongs. The distributed textbooks to schools cannot cover the particularities of this same space. Therefore, this work has the objective of analyze the didactic-pedagogical proposal of Atlas Municipal School by establishing a dialogue with the curricular policies pertaining to the study of place in School Geography for elementary school. This investigation we chose a qualitative approach as most appropriate methodological option to the objective proposed. Through the research participant, undertake a theoretical analysis on the construction of the concept of place, policies governing educational curriculum on teaching Geography in Brazil in the state of Goiás and the monitoring of the use of the Municipal School Atlas Goianira (GO). In this sense, the subjects of the research were students and teachers from the first stage of the elementary school of the municipal schools of Goianira (GO). For data collection, the research had as methodological procedure the study and bibliographical analysis of public policies governing the education system in Quezon City and with direct observation, interviews with teachers and directors of school units governed by the Board of education of Goianira (GO). The final considerations point reflections about the potential trainer "of atlas municipal school for teachers and students, as didactic material that covers requirements for the study of place in teaching Geography in the early years of elementary school.

Keywords: Municipal School Atlas; Curricular policies; School Mapping; Place; Elementary School I.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 Capa do Atlas Escolar Municipal de Goianira

FIGURA 02 Estrutura da prancha do Atlas Escolar Municipal de Goianira

FIGURA 03 Prancha 10: Paisagens do município de Goianira

FIGURA 04 Prancha 03: Região Metropolitana de Goiânia

FIGURA 05 Prancha 17: Uso e cobertura do solo

FIGURA 06 Prancha 34: Goianira no mundo

FIGURA 07 Prancha 06: Reorganização do município de Goianira

FIGURA 08 Prancha 30: Ensino em Goianira

FIGURA 09 Prancha 04: Área urbana do município de Goiânia

FIGURA 10 Prancha 07, 08, 09: Bairros do município de Goianira

FIGURA 11 Parte da prancha 05: Goianira em uma imagem de satélite

FIGURA 12 Seleção dos elementos através de cores

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Disposição das pranchas do Atlas Escolar de Goianira

QUADRO 2 Blocos temáticos e conteúdos pelos PCN para o 1º e 2º ciclos e oportunidades de ensino com as pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira - GO.

QUADRO 3 Estudo do lugar no ensino de Geografia do Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira para Ensino Fundamental I

QUADRO 4 Identificação professoras da entrevista segundo semestre de 2016

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CMEI	Centros Municipal de Educação Infantil
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CRE-GO	Currículo Referência do Estado de Goiás
DCENEB	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
GECE	Grupo de Estudos de Cartografia para Escolares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
RMG	Região Metropolitana de Goiânia

Sumário

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO I - A construção do conceito de lugar e a Cartografia Escolar nos anos iniciais do Ensino fundamental 21

1.1. O estudo do lugar no ensino de Geografia e as contribuições para a construção da cidadania 22

1.2. A Cartografia Escolar na construção do conceito de lugar no ensino de Geografia 27

1.3. Atlas Escolares Municipais como proposta para a construção do conceito de lugar 32

CAPÍTULO 2 - As políticas curriculares educacionais para a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia 41

2.1. As políticas educacionais nacionais 44

2.2. As políticas educacionais locais 63

2.3. O livro didático e a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira 75

CAPÍTULO 3 - A utilização do Atlas Escolar Municipal de Goianira: desafios e perspectivas 83

3.1. Atlas Escolares Municipais e a prática dos professores para o ensino de Geografia 83

3.2. Abordagens da utilização do Atlas Escolar nas escolas municipais de Goianira 91

CONSIDERAÇÕES FINAIS 98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 100

ANEXOS 106

INTRODUÇÃO

Para o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, é preciso propor um conhecimento significativo do espaço vivido, do lugar percebido e vivenciado pelo educando. O estudo do lugar é essencial no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que permite ao aluno dar significações ao espaço em que ele vive e compreender as relações que ele tem com a sociedade.

Sendo assim, o estudo do lugar está presente nas prescrições das políticas curriculares educacionais que orientam o ensino da Geografia Escolar. Os documentos oficiais para a Educação Básica Nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), fazem referências ao estudo do lugar quando estabelecem que uma parte dos currículos devem abordar as características regionais e locais necessárias ao aluno.

Na LDB, o artigo nº 26 enfatiza o estudo local quando estabelece que:

> [...] os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

As DCNs abordam que, para o ensino na Educação Básica:

> [...] a articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental possibilita a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia e perpassa todo o currículo (BRASIL, 2010).

Também como documento curricular, o 1º e 2º ciclos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia, que corresponde ao atuais 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos da primeira fase do Ensino Fundamental, abordam o espaço local. Neste caso, o lugar é um dos conceitos geográficos mais importantes e considerado essencial para os critérios de seleção e organização dos conteúdos no ensino de Geografia. Nos objetivos dos PCN, o espaço geográfico deve ser o objeto central de estudo, e as categorias paisagem, território e lugar devem também ser abordadas, principalmente nos ciclos iniciais, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas. A categoria paisagem vem relacionada à categoria lugar.

Se aproximando dos documentos de políticas curriculares em uma escala mais local, no Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás “o município” é abordado como espaço vivido do aluno e é enfatizado nas expectativas de aprendizagem para os 2°, 3° e 4° anos do Ensino Fundamental I. Está presente, especificamente, nos conteúdos apontados como população do bairro, espaço do bairro, conservação dos espaços públicos e privados, trabalho e profissões, orientação, representação, imagens cartográficas, mapas e gráficos, transformação do bairro, recursos naturais, meio ambiente e qualidade de vida.

Trazendo para uma política curricular educacional mais específica, principalmente se tratando do campo de estudo desta pesquisa, e se tratando ainda do estudo do lugar, o Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira, especificamente nos “Direitos de Aprendizagem no Bloco Alfabetização”, em que os conteúdos são correspondentes para o 1°, 2° e 3° anos do Ensino Fundamental I, e para o 4° ano, “o município” também é evidenciado, entre outros mais, quando se fala em conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem.

Considerando a importância da construção do conceito de lugar para o ensino de Geografia, precisamos nos ater às linguagens que são mediadoras neste processo. Neste cenário se insere a linguagem cartográfica como forte aliada na leitura do espaço. A linguagem cartográfica auxilia os alunos a compreender e utilizar os mapas, que são ferramentas essenciais para a Geografia, e a desenvolver capacidades para se fazer a leitura e representação do espaço.

O ensino pelas formas de representação das informações espaciais é importante pois orienta o aluno para compreender a organização espacial em que ele está inserido. Portanto, no ensino de Geografia, a Cartografia Escolar tem um papel essencial no desenvolvimento da percepção de mundo do aluno, bem como na sua leitura geográfica. A Cartografia nos PCN, sendo uma linguagem abordada como eixo temático, é destacada como uma área necessária ao ensino da Geografia e importante instrumento na aproximação dos lugares e do mundo.

É neste contexto do ensino da Geografia que se identifica a necessidade de recursos que instrumentalize a prática de ensino e aprendizagem na construção do conhecimento sobre o lugar, para tornar o aprendizado de Geografia mais significativo

aos alunos. Assim, os Atlas Escolares Municipais se apresentam como uma proposta didático-pedagógica que, com sua dinamicidade, auxiliam tanto o professor como o aluno no estudo do lugar através da percepção espacial.

Mesmo com as abordagens de políticas educacionais para o estudo do lugar como conceito geográfico, percebe-se que no ambiente escolar há grande deficiência de materiais didáticos que abordam o estudo do lugar no Ensino Fundamental, principalmente na primeira fase desta modalidade de ensino. O que se observa é a insuficiência de instrumentos que subsidiem a prática pedagógica, que permita a mediação do ensino do lugar, para que o aluno compreenda e analise o lugar onde ele vive.

Os Atlas Escolares Municipais se mostram como propostas relevantes para o estudo do lugar, por articular a relação da identidade da sociedade com o espaço ao qual está inserida e ao qual ela pertence. Facilita também a inter-relação com os demais conceitos fundamentais da disciplina como território, região e paisagem, e auxilia o professor ao contribuir com bases teóricas e metodológicas para o ensino do lugar. Portanto, o Atlas Escolar Municipal integra um conjunto de materiais cartográficos que possibilitam desenvolver atividades significativas para o ensino de conceitos e conteúdos de Geografia, História e Ciências no Ensino Fundamental (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2000, p. 158).

Dentre os recursos utilizados para o ensino de Geografia, o livro didático ocupa um lugar importante e de forte influência no ambiente escolar no processo de ensino-aprendizagem. É uma ferramenta que auxilia na interlocução entre professor e aluno no tratamento do que se ensina e do que se aprende. Mas, apesar da existência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), uma política educacional nacional que objetiva subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos para os alunos da Educação Básica, o estudo do lugar não é abrangido com especificidade, pois a maioria dos livros didáticos distribuídos para as escolas não abordam as exigências curriculares das políticas educacionais locais. Abordam os objetivos para o ensino de Geografia na representação do espaço em geral, mas não conseguem abranger as particularidades deste mesmo espaço.

Assim, sob o viés da pesquisa participante, este trabalho tem como objetivo geral analisar a proposta didático-pedagógica do Atlas Escolar Municipal de Goianira,

estabelecendo um diálogo paralelo com as políticas curriculares referentes ao estudo do lugar na Geografia Escolar para o Ensino Fundamental I.

Os objetivos específicos foram: realizar um estudo bibliográfico sobre o conceito de lugar, sobre a Cartografia Escolar e sobre Atlas Escolares Municipais no ensino de Geografia; interpretar as políticas educacionais que abordam sobre o ensino do lugar em Geografia, em nível nacional, estadual e municipal; acompanhar o uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira e refletir sobre as contribuições do Atlas Escolar Municipal na formação da cidadania.

Como opção metodológica mais adequada aos objetivos propostos, lançamos mão de uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento e, além disso, "envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes" (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Nesta perspectiva e considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, mas permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995). Haguette (2001) define pesquisa participante, ou pesquisa participativa, como sendo um processo de: investigação, de educação e de ação, embora enfatize também a organização como um componente fundamental da pesquisa participativa. Boterf (1987) afirma que não existe um modelo único de pesquisa participativa, pois se trata, na verdade, de adaptar em cada caso o processo às condições particulares de cada situação concreta (os recursos, as limitações, o contexto sócio-político, os objetivos perseguidos, etc.). Diante disto, o autor não propõe instrumentos, mas somente alguns passos metodológicos que deverão ser adaptados a cada projeto específico.

Assim, à luz da metodologia da pesquisa participante, empreendemos a análise teórica sobre a construção do conceito de lugar na escola, enfocando a Cartografia Escolar como linguagem e a proposta dos Atlas Escolares Municipais para o estudo do lugar; a análise das políticas curriculares educacionais que abordam o ensino de Geografia no Brasil e, no caso desta pesquisa, em especial no estado de Goiás e no município de Goianira; e o acompanhamento do uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira – GO através das observações e entrevistas.

Neste sentido, os sujeitos da pesquisa foram os professores e alunos da primeira fase do Ensino Fundamental das oito escolas municipais de Goianira (GO). Os professores, de forma direta pelas observações e entrevistas, e os alunos da primeira fase do Ensino Fundamental das escolas municipais de Goianira, de forma indireta, pelo uso dos atlas Escolares Municipais de Goianira. Os Atlas Escolar Municipal de Goianira foram apresentados e entregues aos professores e alunos da Rede Municipal de Educação, do Ensino Fundamental I, no segundo semestre de 2015.

Para a coleta de dados, a pesquisa teve como procedimento metodológico o estudo e análise bibliográfica das políticas públicas que regulamentam o sistema educacional em Goianira, o qual apresentamos nossas reflexões no segundo capítulo. Contamos também com observação direta, por meio de entrevistas com os professores e diretores das unidades escolares regidas pela Secretaria de Educação de Goianira (GO).

As entrevistas foram realizadas em duas etapas. A primeira etapa no período do segundo semestre do ano letivo de 2015, com participação de 17 professores e três diretores das oito escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Goianira que ofertam a primeira fase do Ensino Fundamental. Objetivou-se verificar o empenho e disposição dos diretores, coordenados e, em especial, dos professores no trabalho com o Atlas Escolar Municipal da cidade, ainda que na fase inicial da utilização destes atlas. Assim, poderíamos estabelecer o primeiro contato com as escolas, dando início aos encontros para estabelecer o diálogo no que se refere à proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira como material didático-pedagógico que, com suas representações cartográficas, auxiliam a construção do conceito de lugar nas aulas de Geografia.

Importante mencionar que, nestas observações, buscamos também selecionar as escolas em que, num período posterior a este, pudéssemos dar continuidades nas observações e assim realizar a segunda etapa das entrevistas, que teve a participação de 14 professoras. Selecionamos, para este momento, as escolas que demostraram maior receptividade no uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Em algumas escolas não foi possível falar diretamente com os professores e, sendo assim, a entrevista foi intermediada pelas diretoras ou coordenadoras.

Portanto, o trabalho está estruturado em três capítulos que podem ser apresentados em linhas gerais:

- O Capítulo 1 apresenta as considerações sobre o conceito de lugar, explanando sua importância no ensino de Geografia. Apresenta as representações cartográficas como possibilidade de auxílio para a aprendizagem do aluno e para o trabalho do professor. Também apresenta a importância da Alfabetização Cartográfica nos anos iniciais do Ensino Fundamental e, então, discute a proposta dos Atlas Escolares Municipais no ensino de Geografia;
- O Capítulo 2 discute as propostas das políticas curriculares nacionais e locais (estas últimas compreendem as políticas curriculares estaduais e municipais) para o estudo do lugar, estabelecendo o diálogo entre as abordagens dos conteúdos prescritos por essas políticas curriculares com a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Apresenta também a análise da abordagem dada pelos livros didáticos sobre o estudo do lugar para os anos iniciais do Ensino Fundamental, correlacionando com a proposta do material;
- O Capítulo 3 apresenta as considerações sobre a proposta do Atlas Escolar Municipal e das políticas educacionais para estudo do lugar no Ensino Fundamental I. Discute sobre este material como proposta para formação continuada de professores, apresenta os resultados das observações realizadas nas escolas em relação ao uso do atlas, apresenta as concordâncias e as dificuldades de uso dos atlas como instrumento de ensino e aprendizagem do lugar, estabelecendo um diálogo com as políticas educacionais e com o referencial teórico utilizado no decorrer do trabalho;
- Por último, as considerações finais e apontam reflexões acerca do "potencial formador" dos atlas escolares municipais para professores e alunos, como material didático que abarca requisitos necessários para o estudo do lugar no ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR E A CARTOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Neste capítulo, apresentamos as considerações sobre a construção do conceito de lugar e sua importância no ensino de Geografia, bem como a importância da Cartografia Escolar como linguagem para a leitura espacial nos anos iniciais do Ensino Fundamental e a proposta dos Atlas Escolares Municipais como recurso didático que instrumentaliza a prática de ensino e aprendizagem na construção do conhecimento sobre o lugar.

O conceito de lugar a que nos referimos possui relação intrínseca com a abordagem de espaço local ao estabelecer a relação dos espaços de vivência do aluno em diversas escalas. Assim, o "lugar ganha, então, outro sentido, como espaço do cotidiano, no qual as relações próximas, as tarefas corriqueiras permitem a construção da *identidade*" (BUENO, 2008, p. 26).

Essa construção do conceito de lugar no ensino de Geografia se concretiza pelos conteúdos ensinados, que são sugeridos nos documentos das diretrizes curriculares. A Cartografia Escolar vem proporcionar neste ensino possibilidades para o estudo do lugar por ser uma linguagem que trabalha as representações do espaço geográfico na escola. Portanto, refletir sobre o processo metodológico da Alfabetização Cartográfica se torna essencial.

Para Callai (2005, p. 243), "a Alfabetização Cartográfica é base para a aprendizagem da geografia", pois ao trabalhar com a Cartografia se possibilita o desenvolvimento de habilidades para leitura e representação do espaço geográfico e, assim, subsidia a atuação dos alunos neste espaço.

Portanto, torna-se importante também refletir sobre os obstáculos que podem impedir que os recursos da Cartografia Escolar auxilie no ensino de Geografia, nas representações espaciais do espaço vivido do cotidiano dos alunos. Os recursos didático-pedagógicos se enquadram neste cenário pois é preciso que hajam meios e recursos que auxiliem o professor e o aluno neste processo.

Contudo, os atlas escolares municipais contribuem para a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia de forma sistemática e significativa, por intermédio da linguagem cartográfica.

1.1. O estudo do lugar no ensino de Geografia e as contribuições para a construção da cidadania

O conceito de lugar é muito importante para o ensino de Geografia, uma vez que representa a porção do espaço geográfico dotada de significados particulares e relações humanas. Na ciência geográfica, a utilização deste conceito depende da abordagem empregada, bem como da corrente de pensamento relacionada com a teoria em questão. Por isso, ao longo da história do pensamento geográfico, esse conceito foi alvo de vários debates, por diversos autores.

Na Geografia Neopositivista, o conceito de lugar tinha uma importância secundária, tendo sua noção vinculada ao local. Referia-se, dessa forma, apenas a uma porção mais ou menos definida do espaço.

Pela abordagem da Geografia Crítica, o lugar é remetido como expressão da singularidade. Nesta corrente, a dialética marxista identifica na apropriação capitalista do espaço, um processo de personalização dos lugares que, simultaneamente, reconstroem suas singularidades e expressam o fenômeno global em curso nos últimos séculos. O conceito de lugar amplia-se profundamente diante das novas visões desenvolvidas por aqueles que se debruçaram sobre ele mediante as perspectivas marxistas da Geografia recente. Expressando singularidade e globalidade, e materializando a construção de identidades individuais e coletivas, o lugar passa a representar muito mais do que um espaço que envolve o corpo.

A discussão sobre o lugar tem se concentrado, então, na Geografia Humanista que interpreta o lugar como expressão de vivência. A Geografia Humanista foi a primeira vertente da Geografia a fazer uso da palavra lugar como um conceito científico, fato fundamental para os propósitos dessa corrente, para pesquisar as relações subjetivas do homem com o espaço e o ambiente. A Geografia Humanista diferenciou-se no conceito de espaço e de lugar, ao desenvolvê-los no sentido da Fenomenologia.

Nesta corrente, destaca-se a importância de estudar o cotidiano como forma de compreender os valores e atitudes que as pessoas elaboram a respeito do espaço e do ambiente em que vivem. Assim, a “Geografia Humanística procura um entendimento de mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu

comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar", como afirma Tuan (1982, p. 143).

Contudo, o conceito de lugar nesta perspectiva diz respeito aos espaços vivenciados pelas pessoas em suas atividades cotidianas de trabalho, lazer, estudo, convivência familiar, etc. Por esse motivo, a Geografia Humanista define o lugar como uma forma de experiência humana, um tipo especial de vivência do espaço.

A Geografia Crítica não dá a mesma importância teórica ao conceito de lugar, pois trabalha principalmente com os conceitos de espaço geográfico e de território. Porém, alguns geógrafos críticos, como Santos (1999), passaram a conferir maior importância teórica ao conceito de lugar ao longo do tempo. No livro *A natureza do espaço*, da década de 90, o autor fala sobre a "força do lugar" e o qualifica como um espaço produzido por duas lógicas, a saber, a das vivências cotidianas das pessoas e a dos processos econômicos, políticos e sociais que constituem a globalização.

Nesse sentido, a abordagem da Geografia Crítica para lugar procura se diferenciar da abordagem Humanista na medida em que leva em conta as influências dos processos relacionados à globalização no estudo das vivências que os indivíduos desenvolvem nos lugares. E essa influência é caracterizada por Santos (1999) como impositiva, perversa e estranha aos interesses do lugar. Mas o lugar não se restringe a seus próprios limites, o lugar segundo o autor comporta em si o mundo. Portanto, "os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade mundo, da qual são formas particulares" (SANTOS, 1999, p. 112).

O que torna esse lugar específico pode se resumir em um objeto material ou em um corpo, nas definições de Santos (2004). O que se passa em um lugar depende da totalidade de espaços que constroem o espaço (2004, p. 153). O motivo de existir evolução espacial desigual em todos os lugares se deve ao fato de que:

> O espaço se define pelo conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 2004, p. 153).

Carlos (1996) contribui com a temática das transformações recentes engendradas pela globalização. Baseando-se nas afirmativas de Milton Santos, a autora coloca que o lugar pode ser definido a partir das densidades técnica, informacional, comunicacional e normativa (conjunto de normas estabelecidas no local). Porém, argumenta que além

dessas densidades, é preciso acrescentar o papel da história particular de cada lugar, que se realiza por intermédio da prática cotidiana e em função da cultura, da tradição, da língua e dos hábitos internos. Segundo a autora, no lugar a globalização se materializa, e do lugar é possível entender o mundo com suas variadas dimensões.

O lugar pode ser abordado por meio de diferentes espaços de vivência, desde o caminho de casa até a escola, o entorno da escola, a praça, a igreja, a feira, são espaços agregados de valor e plenos de significados para que o indivíduo possa ver a realidade e a partir dela compreender o lugar por ele vivido. A autora esclarece que:

> O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996, p. 17).

Assim, para a autora, o lugar que se constitui no espaço do cotidiano "é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua" (1996, p. 17). Refere-se às ações do cotidiano, que caracterizam a vida dos sujeitos e suas relações com o espaço:

> São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso (1996, p. 18).

A observação do entorno do bairro, da escola e das praças pelos alunos, por exemplo, dispondo de reflexão e sistematização, contribui para que o ensino da Geografia esteja relacionado ao nosso cotidiano. Questionar a organização do lugar que vivenciamos e como o percebemos está presente nos princípios que norteiam o pensar geográfico. Sendo assim, estudar o lugar é possibilitar ao aluno que este comece a realizar a leitura do espaço geográfico.

Para Gomes (2013), a interpretação espacial das imagens e do próprio fenômeno da visibilidade a partir da observação faz refletir visualmente sobre os lugares. A observação foi um atributo básico da Geografia Neopositivista e que pelos anos mais recentes foi perdendo seu prestígio como se a observação nada pudesse ensinar. Porém, o autor acredita "que a observação faz parte do processo de descoberta nas Ciências Sociais" e que podemos "aprender com as imagens, podemos compreender com elas" (GOMES, 2013, p. 9).

Assim, consideramos nesta pesquisa a importância da construção do conceito de lugar nos conteúdos geográficos escolares para o ensino de Geografia, pois trabalhar com o lugar percebido e vivenciado pelo educando é fundamental, uma vez que o lugar é passível de observação direta, tornando-se assim um recurso para se trabalhar a espacialidade em que o aluno vive.

Para Cavalcanti (1998, p. 11), "o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão no mundo, ao contextualizar espacialmente os fenômenos, ao conhecer o mundo em que vive, desde a escala local à regional, nacional e mundial". Segundo a autora, o "conceito de lugar deve ser constituído pelo aluno com base em valores e atitudes tomados na vivência cotidiana no seu bairro e deve resultar em reavaliações de uma ética ambiental" (1998, p. 150).

Neste sentido, o conceito de lugar não deve ser apreendido como algo pronto e acabado. Sendo compreendido dissociado da realidade, para o aluno esse conceito se apresenta desprovido de significado, já que ele surge para possibilitar uma análise da sociedade que ele está inserido.

A identidade e a dimensão de pertencimento no espaço se dão através dos vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares. Desta maneira, "faz com que nos sintamos parte do espaço no qual estamos inseridos, pois a construção deste é a nossa própria história, nossos hábitos, nossos usos, ou seja, nossa cultura" (CALLAI, 2000, p. 84).

Em conformidade com esta pesquisa, a finalidade em abordar o uso do atlas escolar municipal está em uma perspectiva de que estes são instrumentos que, com uma proposta didática-pedagógica propícia, atendem às demandas das políticas curriculares referentes ao estudo do lugar, e por ser um instrumento voltado ao estudo do lugar, contribui para construção da cidadania. É trabalhado o concreto no processo de compreensão crítica e reflexiva acerca da realidade local e servem de ponte para o estudo global.

Pretende-se, assim, aqui enfocar o estudo do lugar enquanto conceito aplicado ao ensino, como espaço vivido que faz parte do cotidiano do aluno. Lugar que é atribuído de significados e pertencimento, onde o mesmo estabelece sua identidade. Assim, conduz-se ao exercício da cidadania, pois desenvolve no aluno habilidades tanto para identificar problemas e necessidades da localidade como a busca de soluções.

Cidadania, por sua vez, segundo Santos (1987), é aprendida, é ter direitos e deveres, viver individualmente e coletivamente ao mesmo tempo. Se cidadania é algo aprendido, o ensino de Geografia pela perspectiva do lugar deve possibilitar ao aluno a compreensão de que ele está inserido no conjunto das relações da sociedade com a natureza, nas ações individuais ou coletivas da construção do espaço geográfico, em especial no recorte do espaço local por ele vivido.

Conhecer, identificar e analisar o espaço em que está inserido é primordial para desenvolver no aluno a capacidade de ser consciente em cumprir os seus deveres e buscar seus direitos. Neste cenário, também devem estar em consonância as políticas públicas educacionais na efetivação de condições plausíveis para as práticas didático-pedagógicas no Brasil.

Os PCN do 1º e 2º ciclos de Geografia, sugerem o estudo da paisagem e do lugar, pois trazem em suas reflexões teórico-metodológicas questões sobre a importância pedagógica de se trabalhar na Educação Básica com estes conceitos, tendo como referência:

> [...] a paisagem mais próxima da escola, o bairro ou até a própria cidade, uma área a ser visitada a uma certa distância, ou uma imagem de paisagem, seja ela por foto ou outra forma representação qualquer, tem-se a base concreta para a realização da prática escolar (PCN, 1997, p. 78).

Entretanto, ao trabalhar o conceito de lugar tem-se claro que este é resultado de estudos que tratam de ressignificá-lo, tornando assim um instrumento a mais de análise da complexidade espacial. Os PCN, como uma das políticas curriculares para o ensino de Geografia na Educação Básica, são referências para o trabalho dos professores para garantir que todas as crianças e jovens brasileiros possam usufruir dos conhecimentos básicos necessários para o exercício da cidadania, destacam a importância da compreensão da realidade local com o contexto global:

> [...] não se deve trabalhar do nível local ao mundial hierarquicamente: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar sobre. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais. [...] Estudar a paisagem local ao longo do primeiro e segundo ciclos é aprender a observar e a reconhecer os fenômenos que a definem e suas características; descrever, representar, comparar e construir explicações, mesmo que aproximadas e subjetivas, das relações que aí se encontram impressas e expressas (PCN, 1997, p. 77).

Neste sentido, Cavalcanti (2011) acrescenta que lugar deve ser referenciado constantemente, “para que o estudante construa seu conhecimento a partir da sua interação com a realidade mediada por instrumentos simbólicos”. Porém acrescenta que “não significa trabalhar o espaço vivido restrito aos seus limites empíricos, pois o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo, expressa relações mais gerais, mais globais, em sua complexidade e em suas contradições” (2011, p. 6).

Assim, a construção do conceito de lugar possibilita uma análise da sociedade em que o indivíduo está inserido, tornando o aprendizado mais significativo.

1.2. A Cartografia Escolar na construção do conceito de lugar no ensino de Geografia

De acordo com algumas definições, a Cartografia pode ser compreendida como a ciência que trata dos estudos e operações tanto científicas e técnicas, quanto artísticas, relacionadas à elaboração e utilização de mapas. A Cartografia ensinada na escola torna-se uma construção particular da cultura escolar, sendo comumente chamada de “Cartografia Escolar”, devido a uma linguagem gráfica própria para representar as informações desejadas.

A partir da Semiologia Gráfica, a Cartografia se torna uma arte e também uma ciência quando utiliza um conjunto de operações, métodos e técnicas para representar a curvatura da superfície da terra sobre um plano, desenvolvendo símbolos para representar aspectos variados da superfície (MARTINELLI, 1991). Almeida (1999) esclarece que a Semiologia Gráfica é entendida como uma linguagem que estabelece relações entre a informação e sua representação gráfica.

A Cartografia e a Geografia caminham juntas ao permitirem que determinadas informações espaciais sejam representadas de forma sistemática, para que se possa ter a compreensão espacial do fenômeno que se representa pelo mapa e entre outros recursos da Cartografia. O mapa auxilia o leitor a se localizar, se informar ou se orientar no espaço, desde que ele saiba interpretá-lo. Portanto, desenvolver e aprofundar conhecimentos e habilidades de representação espacial, desde a infância, e habilitar o sujeito para que tenha independência para ler e compreender o mundo, em sua forma mais ampla, é de capital importância (SANTOS, 2007, p. 49).

Para Castellar (2011),

> [...] o uso da linguagem cartográfica nos anos iniciais contribui para a construção da cidadania do aluno, pois permitirá a ele compreender os

> conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem que traduzirá as observações abstratas em representações da realidade mais concretas [...] (CASTELLAR, 2011, p. 121).

Abreu e Castrogiovanni (2010) abordam que no ensino da Geografia a Cartografia torna-se importante para que o aluno possa atender às necessidades do seu cotidiano e também para que ele possa estudar o ambiente em que vive. Assim, aprendendo as características físicas, econômicas, sociais e humanas do ambiente, ele pode entender as transformações causadas pela ação do sujeito e dos fenômenos naturais ao longo do tempo.

A utilização de mapas nas aulas de Geografia auxilia na visualização de diferentes fenômenos do espaço, bem como a compreensão de suas ocorrências, suas magnitudes e suas relações com a sociedade. Por este motivo se remete à importância de ensinar ao aluno a ser um leitor crítico desde o início da escolarização. Desta maneira, o aluno encontrará nos mapas os instrumentos para buscar e entender a sua própria realidade em um tempo e espaço definidos e próximos dele, assim se inclui o estudo do lugar.

Porém, de acordo com Castellar (2011), é preciso também que os professores compreendam os fundamentos teóricos da discussão cartográfica, por isso a Cartografia merece relevância no currículo escolar. Os conteúdos precisam ser tratados na formação (inicial e continuada) dos professores, na medida em que, para ensiná-los, é necessário se apropriar deles.

Nas políticas curriculares educacionais há orientações para que a Cartografia seja trabalhada desde o início da escolaridade, começando no Ensino Fundamental I e se estendendo por toda a Educação Básica. Um dos objetivos básicos para o Ensino Fundamental, pautado nos PCN, é que o aluno seja capaz de “fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens” e “também saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos” (BRASIL, 1997, p. 47).

Como eixo temático nos PCN, a contribuição da Cartografia vai além de desenvolver a compreensão e utilização de mapas, pois amplia noções de localização e orientação, articuladas com a representação do espaço. O ensino de Geografia intermediado pela linguagem cartográfica sintetiza informações, indica conhecimentos e

desenvolve situações de aprendizagem envolvendo o espaço e sua organização (BRASIL, 1998).

Para Bueno (2008, p. 12), é preciso trabalhar a "dimensão formadora da Cartografia na construção de conceitos geográficos, fundamentados na percepção e representação do espaço". Neste sentido, "o objetivo é formar o raciocínio espacial; e formar esses raciocínios é mais que localizar, é entender as determinações e implicações das localizações, e isso requer referências teórico-conceituais". Ainda neste sentido, concordamos com a autora quando relata que "ao pensar a Cartografia como um componente curricular, penso além de uma Cartografia Geográfica, penso numa Cartografia Escolar", que é "uma área do conhecimento que se encontra em construção, tanto em âmbito científico, da pesquisa, quanto em âmbito escolar, da prática" (BUENO, 2008, p. 12).

Para Gonçalves (2011), na atualidade, as produções cartográficas ganham cada vez mais diálogo com outras linguagens. Assim, a simultaneidade dessas linguagens resulta em um entrelaçamento que potencializa o mapa, o que "multiplica os campos de pesquisa, as experiências e os estudos em educação geográfica e, particularmente, na cartografia escolar" (GONÇALVES, 2011, p. 153).

Atualmente, as novas tecnologias contribuem e se estabelecem como novas linguagens na representação do espaço tanto na dimensão das produções cartográficas para o público em geral quanto para o uso pedagógico para o ambiente escolar. As novas tecnologias, tendo destaque na informática e nas telecomunicações, fornecem inúmeras contribuições para o desenvolvimento da Cartografia no século XX.

Se referindo às novas tecnologias da informação, Le Sann (2011) argumenta que tais tecnologias trazem o mundo e suas realidades para dentro da escola e disponibilizam uma grande variedade de dados e informações. Assim, a autora esclarece que:

> Para entender o desenvolvimento do mundo atual e das ciências em geral é preciso saber lidar com:
>
> - Instrumentos de pesquisa, dos mais simples aos mais sofisticados (técnicas de observação da realidade, leitura de fotografias e imagens obtidas por satélites etc.);
> - Registros diversos (por meio da escrita, do desenho, da fotografia, do croqui, etc.);
> - Organizações de observações (classificações com critérios diversos, quantitativos e qualitativos; organização de quadros e tabelas; construção de gráficos e mapas; etc.);

> - Representações de observações (por meio de gráficos croquis, mapas, coleções de mapas, linhas temporais, textos analíticos e sintéticos, etc.).
>
> As habilidades listadas não são específicas da geografia. Elas contemplam a apreensão do espaço real e a aprendizagem das formas de representação desse espaço necessárias para entender o mundo em que se vive, objetivo básico do Ensino Fundamental I (LE SANN, 2011, p. 166).

A Cartografia Escolar contribui para o desenvolvimento dessas habilidades. No entanto, tais habilidades devem ser trabalhadas de forma gradual. Oliveira (1978) argumenta que no ensino de Geografia o aluno deve ser preparado para entender mapas, participando primeiro da construção da noção de espaço e depois da sua representação, onde se inclui o aprendizado da sua linguagem, ao que ela chama de "Alfabetização Cartográfica". Neste sentido, Oliveira (2011) esclarece que o mapa tem uma imagem e uma linguagem. Sendo assim, para leitura e análise de um mapa o leitor precisa compreender as noções básicas que se iniciam com a Alfabetização Cartográfica.

Os termos "Educação Cartográfica", "Iniciação na linguagem cartográfica", "Iniciação Cartográfica" e "Letramento Cartográfico" são usados como sinônimos de "Alfabetização Cartográfica" (CASTELLAR, 2011). De acordo com a autora, as noções elementares da "Alfabetização Cartográfica", como por exemplo, a de proporção, podem ser exploradas desde a pré-escola (Educação Infantil). Portanto,

> O uso da linguagem cartográfica nos anos iniciais contribui para a construção da cidadania do aluno, pois permitirá a ele compreender os conteúdos e conceitos geográficos por meio de uma linguagem que traduzirá as observações abstratas em representações da realidade mais concretas (CASTELLAR, 2011, p. 121).

Assim, Passini (2012) argumenta que a Alfabetização Cartográfica deve ser entendida com o mesmo cuidado metodológico com que se toma a alfabetização para a linguagem escrita, por se tratar de uma metodologia que estuda a relação entre o sujeito da leitura e o objeto a ser lido. Considera-se também que é no Ensino Fundamental I o momento propício para se iniciar a alfabetização cartográfica, ato essencial para o restante do processo de aprendizagem no Ensino Fundamental II. Assim, a autora esclarece que:

> Alfabetização Cartográfica é uma metodologia que estuda os processos de construção de conhecimentos conceituais e procedimentais que desenvolvem habilidades para que o aluno possa fazer as leituras do mundo por meio das suas representações. É a inteligência espacial e estratégica que permite ao sujeito ler o espaço e pensar a sua Geografia. O sujeito que desenvolve essas habilidades por ser leitor eficiente de diferentes representações desenvolve o domínio espacial (PASSINI, 2012, p. 13).

De acordo com os PCN para o ensino de Geografia, nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve-se enfatizar a Alfabetização Cartográfica. Na faixa etária do Ensino Fundamental I, dos seis aos onze anos, a construção cognitiva das noções espaciais precisa ser motivada para, depois, serem aperfeiçoadas nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Porém, observa-se que, no ambiente escolar, grande parte dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental não demonstram o domínio básico de uma linguagem cartográfica, como leitura e interpretação de mapas.

A Alfabetização Cartográfica, quando bem alicerçada, contribui para o desenvolvimento do raciocínio espacial a partir do deslocamento, da localização, das distâncias e da percepção espacial. A Cartografia se configura como linguagem e perpassa outros conteúdos geográficos, viabilizando a formação dos alunos, tanto como leitores de produtos cartográficos, quanto como mapeadores conscientes da realidade (SIMIELLI, 1999).

Para o ensino de Geografia, deve-se dar prioridade à construção dos conceitos pela ação da criança, tomando como referência as suas observações do lugar de vivência para que se possa formalizar conceitos geográficos por meio da linguagem cartográfica (CASTELLAR, 2000, p. 31).

A capacidade de representação do espaço vivido, segundo a autora, se esta for desenvolvida assentada na realidade concreta da criança, pode contribuir em muito para que ela seja alfabetizada para saber ler o mundo. Castellar (2000, p. 35) esclarece que quando se parte do processo de alfabetização utilizando a linguagem cartográfica, o ensino de Geografia se torna mais significativo, pois se criam condições para a leitura das representações gráficas que a criança faz do mundo.

Nessa direção, de representação do espaço tomando como referência as suas observações do lugar de vivência, Passini (2012) afirma que o espaço concreto vivido pelo aluno é por ele reconhecido como pertencente e que:

> [...] O conhecimento que ele tem desse espaço é empírico, o espaço sensório-motor, perceptivo e intuitivo. Para ele entender a Geografia do espaço de sua vida, deve tomá-lo como um objeto de estudo, desvendá-lo e sistematizá-lo. A elaboração de mapas e gráficos proporciona a vivência da sistematização [...] (2012, p. 29).

O lugar pode ser abordado por meio de diferentes espaços de vivência do aluno, desde o caminho de casa até a escola, o entorno da escola, a praça, a igreja, a feira, são espaços agregados de valor e plenos de significados para que o aluno possa ver a

realidade e a partir dela compreender o lugar por ele vivido, o que não deve ser desconsiderado no processo da Alfabetização Cartográfica.

1.3. Atlas Escolares Municipais como proposta para a construção do conceito de lugar

Desde o início do século XIX, aderindo ao modelo da Geografia alemã, os atlas geográficos escolares ganharam espaço, entre os materiais didáticos, no ensino e aprendizagem da Geografia. Nas considerações de Martinelli (2011a), dentre tantos outros, o *Atlas général Vidal de La Blache: histoire et géographie*, de 1894, foi um clássico que inspirou inúmeras derivações, tanto na França como em outros países do Velho Continente (MARTINELLI, 2011a, p. 251).

Em 1868, no Brasil, se publicava o *Atlas do Império do Brazil* de Cândido Mendes de Almeida, o primeiro atlas escolar brasileiro. E atualmente, segundo Martinelli (2011b), existe uma variedade de atlas e em vários formatos, como impressos, digitais ou eletrônicos, em escala mundial, nacional, estadual ou municipal.

Ainda nos baseando nos estudos de Martinelli (2011a) sobre a "evolução" dos atlas, os de referência são aqueles comuns utilizados para se saber onde ficam os lugares e acidentes geográficos no Mundo. Semelhante aos escolares, porém volumosos por referenciar uma variedade muito grande de lugares ou acidentes geográficos. Possuem uma parte toponímica, que se baseiam num quadriculado de referência por meio de coordenadas alfanuméricas para facilitar a localização de todos os detalhes cartográficos naturais e culturais.

Constituído de um caráter mais didático, os atlas escolares se tornam na Geografia Moderna, um material didático importante no ensino-aprendizagem da Geografia no ambiente escolar. Novos estudos estão sendo desenvolvidos pela área de Cartografia Escolar no Brasil, onde novas concepções dão origem a novos formatos de atlas escolares. Segundo Le Sann e Almeida (2003), atlas é "uma publicação formada por um conjunto de mapas, acompanhada ou não de diagramas, textos explicativos, glossário, bibliografia e outros documentos anexos".

Apesar de trazerem uma proposta didático-pedagógica não muito recente, ainda assim os atlas escolares municipais ressaltam os objetivos do ensino de Geografia quando tratam as informações do lugar, possibilitando ao aluno a compreensão das formas que a sociedade organizou em seu espaço de vivência, da sua rua, do bairro, do

município, contribuindo para que entenda as relações de condições e conexões do lugar onde vive.

Desta maneira, servem como ferramenta para o aluno compreender e refletir o seu espaço, a sua realidade, visto que “a representação do espaço através de mapas permite ao aluno atingir uma nova organização estrutural de sua atividade prática e da concepção do espaço” (ALMEIDA; PASSINI, 1989, p. 15).

Os atlas escolares municipais se integram, então, a um conjunto de materiais cartográficos que possibilitam desenvolver atividades significativas para o ensino de conceitos e conteúdos da Geografia, História e Ciências no Ensino Fundamental (OLIVEIRA; ALMEIDA 2000, p. 158). Através de suas representações cartográficas, estes atlas facilitam o estudo do lugar no âmbito escolar e assim se constituem como importante recurso didático para o estudo da localidade e do município, incrementando o trabalho do professor e o desenvolvimento do conhecimento dos alunos.

O estudo do lugar fica então mediado por um material que apresenta informações deste próprio lugar em forma de textos, fotografias, tabelas, gráficos e, especialmente, em mapas, dando ênfase na educação cartográfica do aluno. Os atuais atlas escolares municipais têm como meta primordial possibilitar o estudo do lugar como espaço do cotidiano dos alunos. É importante lembrar que, para o ensino de Geografia, o estudo do lugar ganhou destaque nos currículos escolares com a publicação dos PCN.

Simielli (1999) discute a importância da desmistificação da Cartografia, tida como apresentadora de mapas prontos e acabados. O professor deve ter noção básica para “ir além” do mapa e buscar sua análise e interpretação. Apesar de estas orientações serem de conhecimento do corpo docente e pedagógico da escola, as práticas educativas ainda parecem estar atreladas aos livros didáticos. Tais livros não dão conta de focar as diversas localidades e realidades regionais brasileiras. Muitas vezes o que ocorre é que o ensino de Geografia fica dissociado da vivência social dos próprios alunos. No ensino de Geografia, a iniciação cartográfica ou a representação do espaço nem sempre são trabalhadas a partir da própria localidade do aluno.

É comum o aluno encontrar mapa político do Brasil nos livros didáticos de Geografia dos anos iniciais, mas não encontram mapas de seus municípios. A isto soma-se o fato de também os livros didáticos não apresentarem um trabalho metodológico

relativo à introdução do processo de leitura dos produtos cartográficos pelo aluno, relativos então à Alfabetização Cartográfica.

Observa-se então que, apesar de reconhecidos como importantes para a formação cidadã dos alunos, o estudo do lugar como espaço vivenciado pelo aluno e a Alfabetização Cartográfica ainda não são abordados pelos livros didáticos de forma significativa.

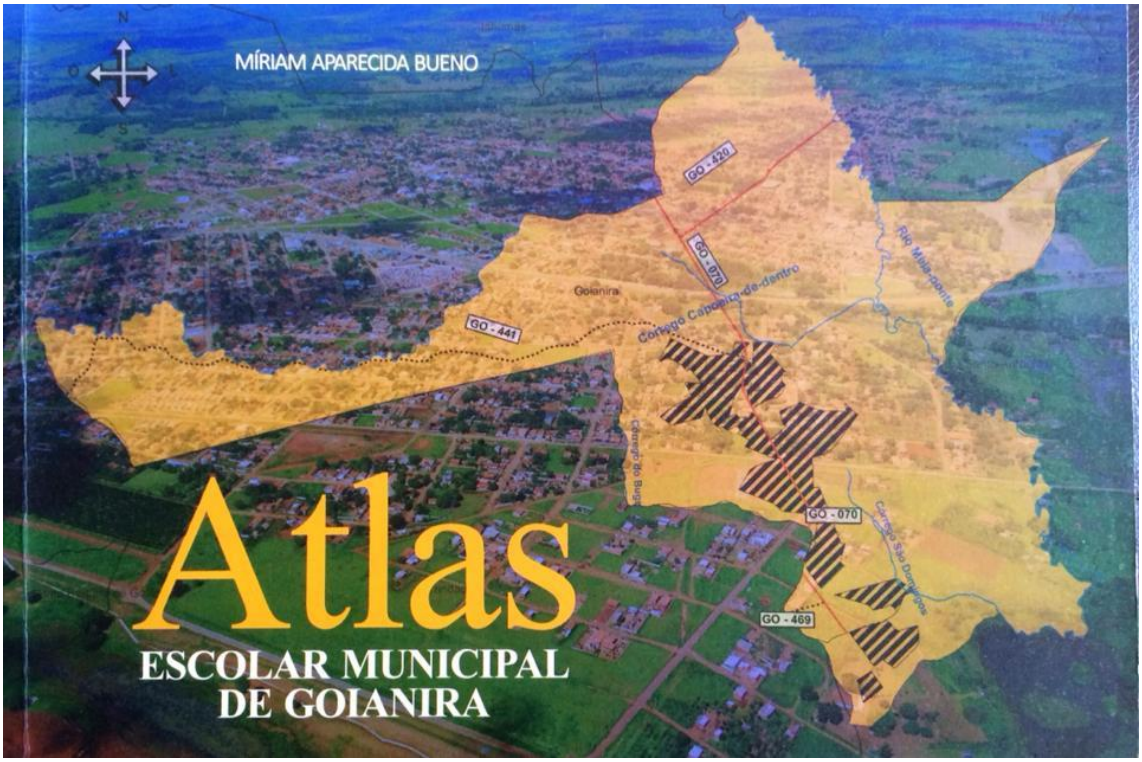
Outro fator a se observar é que o ensino de Geografia vem passando, nos últimos anos, por uma profunda reflexão metodológica. Tal fato coloca em discussão novas perspectivas metodológicas em detrimento às metodologias tradicionais. Considerando a proposta didática-pedagógica do atlas escolar municipal e sabendo da falta de recursos como estes no ensino de Geografia, aumenta-se a necessidade de instrumentalizar a construção do conceito de lugar para tornar o aprendizado de Geografia mais significativo aos alunos.

Diante da relevância dos atlas escolares municipais e considerando as políticas curriculares educacionais que regem sobre o estudo do lugar no ensino de Geografia no Ensino Fundamental I, busca-se, neste trabalho, promover uma discussão reflexiva acerca do estudo do lugar através do diálogo entre Atlas Escolar Municipal de Goianira – GO e as políticas curriculares nacionais e locais (estas últimas compreendem as políticas curriculares estaduais e municipais) que regem o ensino de Geografia da rede municipal de Goianira (GO).

A escolha pelo Atlas Escolar Municipal de Goianira, município pertencente à Região Metropolitana de Goiânia (RMG), se deve à participação da autora no Grupo de Estudos de Cartografia para Escolares - GECE. Esse Grupo de Estudos tem o propósito de reunir pesquisadores e estudantes que se interessam pelo tema da Cartografia Escolar articulado com a Educação Geográfica, e busca ampliar os estudos nas temáticas envolvidas e no desenvolvimento de ações, como cursos e oficinas, que possam compartilhar as metodologias já desenvolvidas relacionadas ao uso, construção e análise da representação cartográficas nas práticas escolares de Geografia.

A construção do Atlas Escolar Municipal de Goianira faz parte do Projeto Institucional de elaboração de atlas escolares municipais da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), coordenado pela professora Míriam Aparecida Bueno que, desde 2009, desenvolve trabalhos e pesquisas referentes aos atlas.

Figura 01 – Capa do Atlas Escolar Municipal de Goianira



Fonte: BUENO (2015)

Assim surgiu a ideia de analisar a proposta didático-pedagógica do Atlas Escolar Municipal de Goianira em diálogo com as políticas curriculares referentes ao estudo do lugar no ensino de Geografia para Ensino Fundamental I.

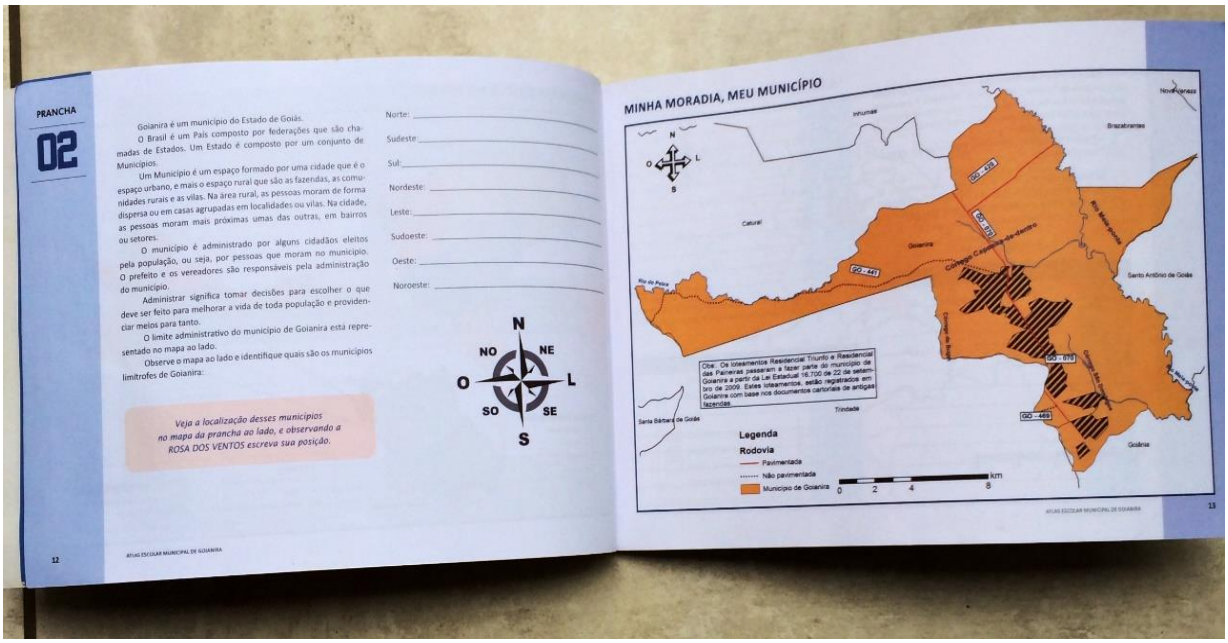
O Atlas Escolar Municipal de Goianira foi desenvolvido para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas deste município, sendo composto por um conjunto inacabado de pranchas temáticas sobre a área urbana e rural do município. Estes atlas foram apresentados e entregues aos professores no segundo semestre de 2015. Neste mesmo semestre, os atlas também foram entregues aos alunos de 2°, 3°, 4° e 5° anos das escolas municipais do Ensino Fundamental I de Goianira.

Construído conforme as exigências das políticas curriculares que vigoram no estado de Goiás e em Goianira, as informações e conteúdos do Atlas Municipal de Goianira são apresentadas em pranchas temáticas que podem ser trabalhadas nas atividades em sala de aula. Os dados estatísticos e imagens utilizados foram os mais recentes, que antecederam a construção do mesmo[3]. O termo prancha se explica pela forma em que se utiliza o atlas, com as duas páginas abertas, que se complementam,

[3] Dados do Instituto Mauro Borges http://www.imb.go.gov.br/index.asp

geralmente sendo uma para os textos, imagens, mapas, tabelas ou gráficos e outra para atividades a serem realizadas.

Figura 02 – Estrutura da prancha do Atlas Escolar Municipal de Goianira[4]



Fonte: BUENO (2015)

O Atlas Municipal de Goianira possui 35 pranchas interligadas por tratarem de aspectos de um mesmo lugar, mas não possuem uma sequência pré-estabelecia para seu uso. Podem ser utilizadas, portanto, conforme o projeto pedagógico da escola ou necessidade do planejamento anual ou bimestral elaborado pelo professor. As pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira estão assim dispostas:

Quadro 01 – Disposição das pranchas do Atlas Escolar de Goianira

SEQUÊNCIA NUMÉRICA	TEMAS ABORDADOS
01	Goianira em Goiás e no Brasil
02	Minha moradia, meu município
03	Região metropolitana de Goiânia
04	Área urbana do município de Goiânia
05	Goianira em uma imagem de satélite

[4] Foto ilustrativa apenas para demostrar a estrutura da prancha do Atlas Escolar Municipal de Goianira.

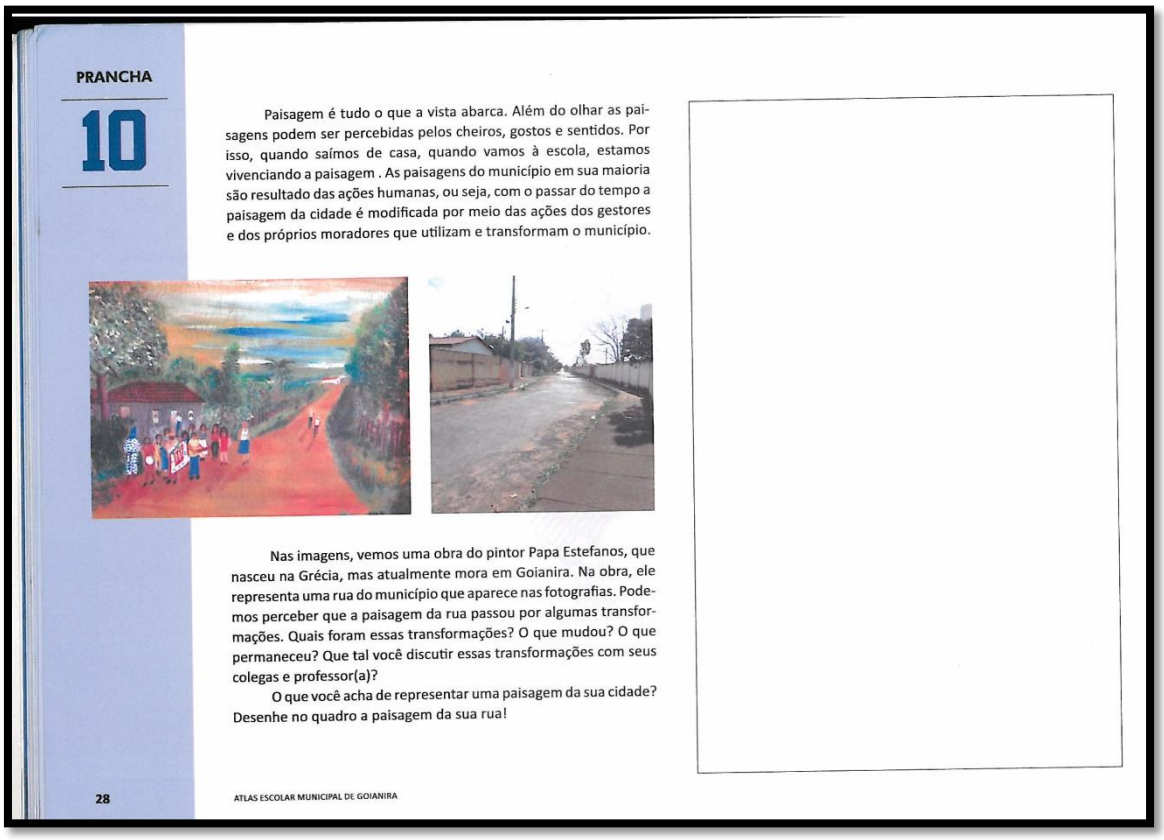
06	Regionalização do município de Goianira
07	Bairros do município de Goianira – 1
08	Bairros do município de Goianira – 2
09	Bairros do município de Goianira – 3
10	Paisagens do município de Goianira
11	Água no município de Goianira
12	Tempo que faz
13	Representação gráfica do tempo
14	Clima na região de Goianira
15	Vegetação do município de Goianira
16	Meio ambiente
17	Uso e cobertura do solo no município de Goianira
18	População do município de Goianira
19	Estrutura da população em Goianira
20	Ocupação da população em Goianira
21	Agricultura e pecuária no município de Goianira
22	Produção agrícola e feiras
23	Comércio no município de Goianira
24	Indústria no município de Goianira
25	Serviços no município de Goianira
26	Água, energia, telefone e lixo
27	Lazer e cultura em Goianira
28	Transporte em Goianira
29	Saúde em Goianira
30	Ensino em Goianira
31	Estrutura administrativa do município de Goianira
32	Origem e história do município de Goianira
33	Símbolos do município de Goianira
34	Goianira no mundo
35	O futuro do município de Goianira

Fonte: BUENO (2015)
Elaboração: HONDA (2017)

Através dos exercícios e pesquisas propostas nas pranchas do atlas, os alunos participam da complementação do material e da construção do conhecimento, pois são motivados a buscar respostas, verificar e pesquisar informações para as atividades propostas. Também pode ser realizado o trabalho interdisciplinar, pois os temas trabalhados podem ser abordados nos conteúdos de outras disciplinas. Na prancha 10,

"Paisagens do município de Goianira", por exemplo, pode-se também propor uma produção de texto, como poemas, para relatar os resultados do que se observou.

Figura 03 – Prancha 10: Paisagens do município de Goianira[5]



PRANCHA

10

Paisagem é tudo o que a vista abarca. Além do olhar as paisagens podem ser percebidas pelos cheiros, gostos e sentidos. Por isso, quando saímos de casa, quando vamos à escola, estamos vivenciando a paisagem . As paisagens do município em sua maioria são resultado das ações humanas, ou seja, com o passar do tempo a paisagem da cidade é modificada por meio das ações dos gestores e dos próprios moradores que utilizam e transformam o município.

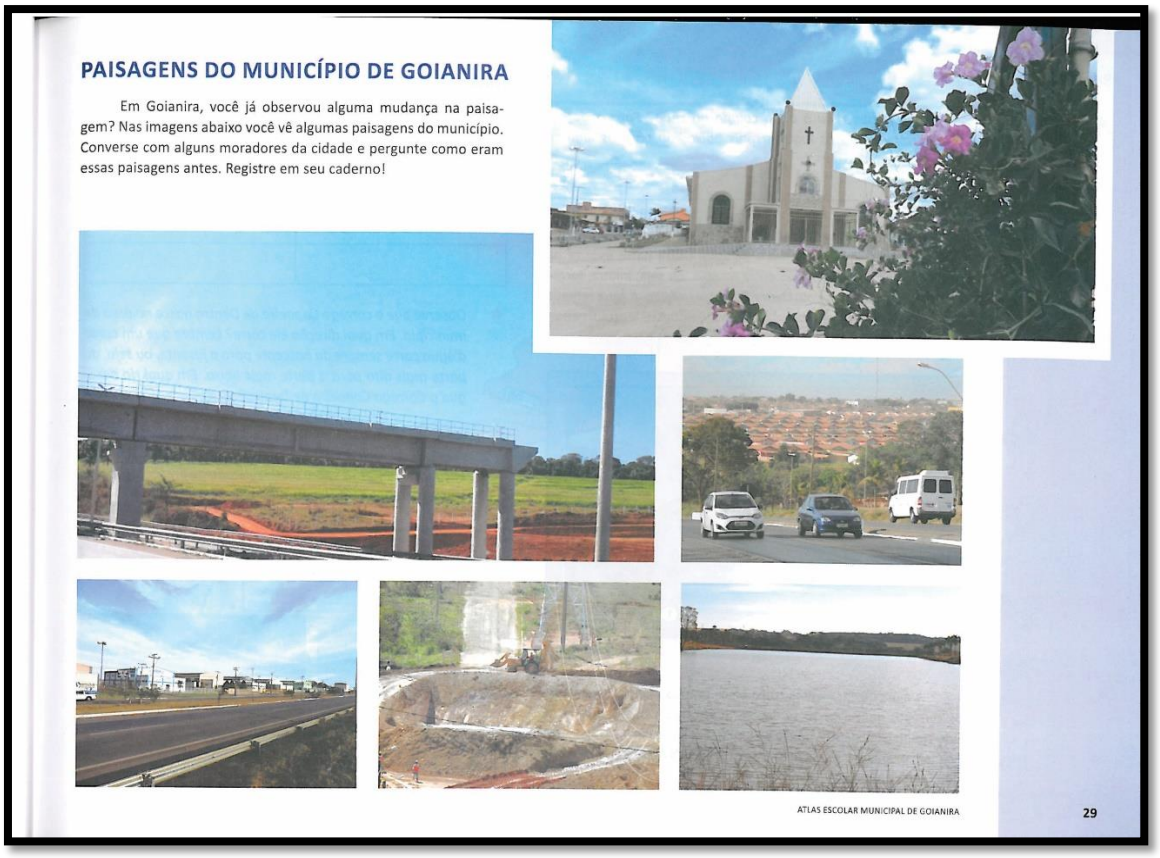
Nas imagens, vemos uma obra do pintor Papa Estefanos, que nasceu na Grécia, mas atualmente mora em Goianira. Na obra, ele representa uma rua do município que aparece nas fotografias. Podemos perceber que a paisagem da rua passou por algumas transformações. Quais foram essas transformações? O que mudou? O que permaneceu? Que tal você discutir essas transformações com seus colegas e professor(a)?

O que você acha de representar uma paisagem da sua cidade? Desenhe no quadro a paisagem da sua rua!

28

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

[5] As pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira estão dispostas uma ao lado da outra mas, para melhor visualização, neste trabalho estão posicionadas uma embaixo da outra.



Fonte: BUENO (2015)

Na disciplina de Ciências, por exemplo, pode-se trabalhar também vários outros temas em comum, como “Água no município de Goianira”, “Tempo que faz”, “Representação gráfica do tempo”, “Clima na região de Goianira”, “Vegetação do município de Goianira” e “Meio ambiente”. Na prancha 18, “População do município de Goianira”, além da conceituação, a temática é abordada por gráficos e tabelas que serão enriquecidas se também trabalhadas na disciplina de Matemática.

Sendo estimulado ao hábito de pesquisar, observar, registrar as observações, categorizar e representar os fenômenos do seu espaço de vivência, o aluno se reconhece como pertencente a este espaço. Neste sentido, há o reconhecimento pelo aluno de sua identidade e o desenvolvimento da interação com a própria realidade, contribuindo com o processo de construção da cidadania.

Dando continuidade aos objetivos deste trabalho, o próximo capítulo estabelece uma análise entre os conteúdos prescritos pelas políticas curriculares, no que se refere ao conceito de lugar, em diálogo com a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Entram, neste contexto, os livros didáticos que não atendem às

particularidades dos espaços do cotidiano do aluno dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS CURRICULARES EDUCACIONAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE LUGAR NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Este capítulo apresenta a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira como recurso na construção do conceito de lugar, estabelecendo um diálogo com as políticas educacionais que vigoram no Brasil. Dentre estas políticas educacionais abordadas, damos ênfase às políticas curriculares. São os documentos oficiais destas políticas que estão presentes no cotidiano escolar. São utilizados na construção dos planos diários, dos planos anuais e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Faz-se necessário também incluir nesta discussão outras políticas educacionais, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerando que este programa subsidia a distribuição de livros didáticos para as escolas públicas, além de fazer parte dos poucos recursos utilizados para a construção do conceito de lugar na escola.

Para uma escola de qualidade, o Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil prevê que a educação, sendo direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, pretendendo o pleno desenvolvimento da pessoa, do seu preparo para o exercício da cidadania e também para a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 144). Para este fim, políticas públicas são lançadas como forma de fazer com que tal objetivo legal se efetive. Tais políticas se constituem em ações desencadeadas pelo Estado visando ao atendimento de demandas da sociedade.

A expressão política pública tem tomado dimensões amplas tendo em vista o avanço das condições democráticas em várias partes do mundo e a diversidade de arranjos institucionais de governos. Segundo Rodrigues (2010), há ciclos ou processos de gestão na elaboração das políticas públicas. Assim, elas são concebidas como um "processo, composto por um conjunto de atividades (etapas ou estágios) que visam atender às demandas e interesses da sociedade", mas em consonância com a lei. Neste trabalho, toma-se o conceito de política pública proposto pela autora, em que:

> Políticas públicas resultam, portanto, da atividade política, envolvem mais de uma decisão política e requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Constituem um conjunto articulado de

> ações, decisões e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses envolvidos (RODRIGUES, 2010, p. 52, 53).

As políticas públicas influenciam a vida dos cidadãos por se constituírem em ações desencadeadas pelo Estado em atividade política em relação à sociedade. As políticas educacionais, referidas aqui como sinônimo de políticas públicas educacionais, dizem respeito à educação escolar, regulam e orientam os sistemas de ensino. E, como extensão de uma política pública, elas têm uma ligação direta com a escola, visto que esta é o *locus* onde a realidade da educação que necessita ser atingida se apresenta.

A política educacional pode estabelecer uma série de medidas anteriormente planejadas e colocadas em prática por um Governo. Ela cria acessórios importantes para elevar a educação para toda sociedade de um país. Pode ser destinada em forma de leis, normativas, prescrições, orientações, propostas, diretrizes ou currículo, podendo ter vigência em nível nacional, estadual e/ou municipal. E, por sua vez, conforme Pacheco (2003), "em termos formais, a política curricular corresponde ao conjunto de leis e regulamentação que dizem respeito ao que deve ser ensinado nas escolas" (p. 14).

Portanto, é neste cenário de política educacional como um sistema abrangente que focalizamos a escola, que ao longo do século XIX vai se tornando instituição de disciplinamento dos comportamentos, com o intuito de adequar a geração nova às exigências que fazia o trabalho industrial, em desenvolvimento (REIS, 2015, p. 37).

Assim, conforme a autora:

> Observe-se que, na medida em que a escola vai se constituindo como agência formadora das novas gerações, ela vai requerendo e desenvolvendo, simultaneamente, mecanismos para a consecução dessa tarefa, e um desses mecanismos foi a elaboração e desenvolvimento de programas ou planos estabelecendo o que deveria ser ensinado, a forma como deveria ser ensinado e os mecanismos de comprovação do que havia sido aprendido. Esse conjunto de ações passou a formar um conceito que também foi desenvolvendo-se ao longo dos tempos: o de currículo [...]. No entanto, só a partir do século XX é que se poderá, de fato, reconhecer o currículo como elemento estruturante da escola (2015, p. 38).

Em discurso simplista, o currículo pode se referir à organização do conhecimento escolar. Mas o currículo é uma área permeada de ideologia, cultura e relações de poder. O termo currículo sugere algumas ideias, como a de prescrição, controle, ordem, sequência. Não pretendemos fazer uma análise profunda das definições, ideologias e das relações de poder e cultura do currículo, mas convém algumas considerações para analisarmos o currículo no processo educacional ao qual se relaciona com os objetivos da pesquisa: a construção do conceito de lugar.

O termo currículo, na concepção de Libâneo, Ferreira e Toschi (2003) "é a concretização, a viabilização das intenções e das orientações expressas no projeto pedagógico" (p. 362). Para os autores,

> Há muitas definições de currículo: conjunto de disciplinas, resultados de aprendizagem pretendidos, experiências que devem ser proporcionadas aos estudantes, princípios orientadores da prática, seleção e organização da cultura. No geral, compreende-se currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade para a formação dos alunos; é tudo que se espera seja aprendido e ensinado na escola (p. 362).

A partir das décadas de 1960 a 1970, estudos realizados sobre currículo destacam a existência de pelo menos três tipos de Currículo: formal, real e oculto. Como apontam Libâneo, Ferreira e Toschi (2003), o Currículo Formal refere-se ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, e é expresso em diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos das áreas ou disciplina de estudo. Este é o que traz prescrita institucionalmente os conjuntos de diretrizes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O Currículo Real é o currículo que acontece dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia em decorrência de um projeto pedagógico e dos planos de ensino. O Currículo Oculto é o termo usado para denominar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores. Este representa tudo o que os alunos aprendem diariamente em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções, que vigoram no meio social e escolar.

Esses tipos de currículos servem para fazer a distinção de quanto o aluno aprendeu ou deixou de aprender. Portanto, o currículo não é um elemento neutro de transmissão do conhecimento social. Ele está imbricado em relações de poder e é expressão do equilíbrio de interesses e forças que atuam no sistema educativo em um dado momento, tendo em seu conteúdo e formas a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

Concordamos com Silva (2004, p. 14 apud REIS, 2015, p. 40) ao referir-se que "talvez mais importante e mais interessante do que a busca da definição última de 'currículo' seja a de saber quais questões uma 'teoria' do currículo ou um discurso curricular busca responder", sendo importante considerar que a "questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado". Neste sentido, a autora ainda complementa que

> Tal definição requer um conjunto de outras a ela associadas e que dependem do estabelecimento das finalidades da educação escolar e das necessidades do público a que se destina, ou seja, além de se definir "o que" ensinar, é fundamental o estabelecimento do "para que" se ensina e do "porque" se ensinam esses conhecimentos e não outros. Portanto, em torno das definições curriculares circulam questões filosóficas, sociológicas, pedagógicas e psicológicas de grande envergadura (REIS, 2015, p. 40).

Considerando a importância do "para que" se ensina e do "porque" se ensinamos certos conhecimentos, que são propostos em cada disciplina dos currículos que vigoram atualmente, é que destacamos esta pesquisa. Damos ênfase para o estudo do lugar de vivência do aluno e, neste caso sendo o ensino de Geografia, como os conteúdos destes currículos abordam e contribuem para a construção do conceito de lugar no Ensino Fundamental I.

Assim, em concordância com os objetivos desta pesquisa, é preciso analisar a construção do conceito de lugar nos conteúdos geográficos escolares das políticas curriculares em nível nacional e, em especial, em nível estadual e municipal, sendo que consideramos estas últimas como políticas curriculares locais como já esclarecido. Estabelece-se aí o diálogo com o Atlas Escolar Municipal de Goianira, como proposta didática-pedagógica para processo de construção do conceito em questão.

Para este fim, este capítulo está dividido em três partes articuladas nas quais se discutem: 1º) as políticas curriculares educacionais nacionais para a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia; 2º) as indicações nas prescrições curriculares do Estado e do Município para o estudo do lugar; e 3º) o livro didático na construção do conceito de lugar e a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Na primeira e segunda parte, apresentamos a proximidade do Atlas Escolar Municipal de Goianira com as prescrições curriculares a nível nacional, estadual e municipal para o Ensino Fundamental I. A terceira parte se destina a discutir a relevância dos livros didáticos na construção do conceito de lugar no ensino de Geografia, nesta mesma fase de ensino, com foco no PNLD e sua influência na elaboração destes livros pelas editoras.

2.1. As políticas educacionais nacionais

Do ponto de vista teórico, as discussões sobre currículo aprofundam-se no Brasil a partir da década de 1970. Predominava nesse período a organização dos currículos baseados na racionalidade técnica, referenciando o ensino "por meio das disciplinas escolares num modelo unilateral de ensino-aprendizagem, quase sempre centrado na ação eficiente do professor como detentor do saber" (PINHEIRO, 2015 p. 142).

A partir da década de 1980 e 1990, a organização curricular na escola, caracterizada então pela influência do tecnicismo, causou reivindicações na sociedade. Questionava-se tal modelo, que também era adotado nas demais questões sociais e como modelo de desenvolvimento do país. Várias críticas se apresentaram no contexto educacional, inclusive em relação ao currículo, destacando a necessidade de "uma organização curricular que aproximasse a realidade dos alunos à proposta dela" (PINHEIRO, 2015 p. 143).

Assim, foi promulgada a lei de nº 9.394 em 20 de dezembro de 1996, intitulada como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu artigo 26 (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013), estabelece que:

> Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser completada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, **exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela** (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Neste contexto, houve a intencionalidade de se firmar uma proposta de organização curricular de caráter nacional e local, buscando abrir espaço para o neoliberalismo, com o discurso de deixar a educação mais competitiva e produtiva, atendendo à demanda industrial. A partir desta Lei acima especificada, outras medidas foram promulgadas e organizadas com o objetivo de orientar a educação no país. A LDB estabelece que compete à União, em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios, estabelecer diretrizes para a educação básica, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.

Também neste cenário, o Conselho Nacional de Educação (CNE), criado anteriormente pela Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995, estabelecido como órgão responsável para normatizar e supervisionar a educação nacional, vem, "desde 1998, elaborando Diretrizes[6] Curriculares Nacionais (DCN) para todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar brasileira" (REIS, 20015, p. 18). Ainda esclarecendo sobre essa questão, a autora acrescenta que

> Tais diretrizes comportam uma proposta curricular de âmbito nacional, com força de lei, ainda que permita uma parte diversificada para abrigar as particularidades regionais e locais. Em virtude dessa realidade, muitos

[6] De acordo com os estudos de Reis (2015, p. 97), o termo diretrizes presentes na Resolução CNE/CEB nº 2/98 (art. 2º) se refere a um "conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas" (BRASIL, 1998).

> gestores estaduais e municipais elaboram e distribuem nas redes escolares de sua jurisdição, parâmetros, guias, orientações e outros documentos que buscam interpretar e detalhar as DCN de cada nível, etapa e modalidade de educação. Percebe-se, assim, que o CNE desfruta de grande poder na produção das diretrizes curriculares escolares para todo o país, pois se trata de um órgão normativo e colegiado de Estado constituído para esse fim (REIS, 20015, p. 18).

Se tratando da execução destas designações no ambiente escolar, toda a comunidade escolar (diretores, coordenadores, secretários, professores e pais), por sua vez, também participam das definições dos currículos "finais" de suas escolas. Estas participações se diferenciam conforme a esfera administrativa a qual pertencem.

Outro documento deste período são os PCN. Foram os primeiros a serem definidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), publicados em 1998 como diretrizes. Estas são voltadas, sobretudo, para a estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, para a rede pública e para as instituições privadas.

Atualmente ainda sendo utilizados, os PCN são compostos por dez volumes, sendo que um é introdutório, oito são referentes à diferentes componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira), e o último volume trata dos Temas Transversais, que envolvem questões sociais relativas a: Ética, Saúde, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Os PCN estão organizados em ciclos pela limitação conjuntural em que estão inseridos. Assim, atualmente, o primeiro ciclo se refere ao primeiro, segundo e terceiro ano; o segundo ciclo, ao quarto e quinto ano; e assim subsequentemente para os outros quatro anos do Ensino Fundamental II.

Estes são os documentos que vêm ao encontro com os objetivos desta pesquisa, pois são os que atualmente vigoram nas elaborações curriculares no interior das escolas, bem como nas escolas de Goianira. Procuramos aqui analisar nas sugestões prescritas nestes documentos, a indicação do estudo do lugar e das linguagens que contribuem para esta construção, como a cartografia escolar, no ensino de Geografia no Ensino Fundamental I.

Estabelece-se aqui um "roteiro" para análise destes documentos (LDB, DCN, PCN e currículos locais), não sendo necessariamente esta uma sequência de importância e utilização de documentos no ambiente escolar, mas devido ao fato de serem estes documentos os mais consultados na gestão e construção curricular na escola. Tais documentos, com exceção dos PCN, sofreram algumas alterações desde quando foram

lançados. Utilizamos neste trabalho, os documentos atualizados até o momento presente.

Na LBD, se tratando de uma das políticas curriculares para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental I, o Art. nº 26 enfatiza o estudo local quando estabelece que:

> [...] os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio **devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada,** exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Assim sendo, fica também evidenciado o estudo das particularidades do espaço de vivência dos alunos. Também, o Art. 32 (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) estabelece que:

> O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
>
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
>
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
>
> III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
>
> **IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.** (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Na formação básica do cidadão se inclui o fortalecimento do vínculo com a família e o convívio social. Tais relações acontecem, em primeiro plano, nas particularidades do espaço de vivência dos alunos, em suas casas, na rua do bairro, na escola, na igreja, na feira, ou seja, no espaço geográfico do seu convívio diário.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCENEB), no parecer CNE/CEB nº 07 de 07 de abril de 2010, propõem que segundo o texto da LDB, do artigo 26 ao 33[7]:

[7] Art. 26. Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. § 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. § 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da

> Entende-se por base nacional comum, na Educação Básica, os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento cientifico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais, [...] Aparte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar. Perpassa todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola. E organizada em temas gerais, em forma de áreas do conhecimento, disciplinas, eixos temáticos, selecionados pelos sistemas educativos e pela unidade escolar, colegiadamente, para serem desenvolvidos de forma transversal. A base nacional comum e a parte diversificada não podem se constituir em dois blocos distintos, com disciplinas especificas para cada uma dessas partes (BRASIL, 2010a, p. 27).

E ainda considerando a parte diversificada, acrescenta que "cabe aos órgãos normativos dos sistemas de ensino expedir orientações quanto aos estudos e as atividades correspondentes a parte diversificada do Ensino Fundamental e do Médio, de acordo com a legislação vigente" (BRASIL, 2010a, p. 28).

A parte diversificada, em especial, que complementa a base nacional comum, é contemplada na proposta dos Atlas Escolares Municipais, uma vez que estes materiais didáticos proporcionam maior dinamicidade na compreensão do espaço geográfico local, como é previsto na DCENEB a importância do "estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar" (BRASIL, 2010, p. 27).

Estas características locais e regionais se evidenciam nas pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira ao trabalhar, por intermédio da Cartografia Escolar como linguagem metodológica, a realidade do município de Goianira nas entrelinhas e nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais.

Não poderíamos, neste momento, deixar de mencionar sobre a proposta da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta consiste em um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de

---

educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. § 3º A educação física, integrada a proposta pedagógica da escola, e componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua pratica facultativa ao aluno. § 4º O ensino da História do Brasil levara em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. § 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficara a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. § 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (...) Art. 33. O ensino religioso, de matricula facultativa, e parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

ensino de todo o Brasil. Em processo de elaboração desde 2014 e sendo a segunda versão, de abril de 2016, a BNCC portará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para as crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica em todo o país.

Assim, a BNCC, que pretende orientar os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, "tem como fundamento o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, em conformidade com o que preceituam o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Conferencia Nacional de Educação (CONAE)" (BRASIL, 2016, p. 24).

Segundo esta versão, o documento conterá:

> - Competências gerais que os alunos devem desenvolver em todas as áreas;
> - Competências específicas de cada área e respectivos componentes curriculares;
> - Conteúdos que os alunos devem aprender e habilidades a desenvolver a cada etapa da Educação Básica — da Educação Infantil ao Ensino Médio.
> - A progressão e sequenciamento dos conteúdos e habilidades de cada componente curricular para todos os anos da educação básica.

Esta Base Curricular objetiva "promover a elevação da qualidade do ensino no país por meio de uma referência comum obrigatória para todas escolas de educação básica, respeitando a autonomia assegurada pela Constituição aos entes federados e às escolas" (BRASIL, 2016, p. 26).

Consiste em uma referência obrigatória, mas não se despõe como currículo. Sendo assim, a BNCC deve estabelecer os objetivos a serem alcançados, mas é o currículo que definirá como alcançar estes objetivos. Portanto, as redes de ensino terão autonomia para elaborar ou adequar os seus currículos de acordo com o estabelecido na Base.

Para o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a proposta da BNCC aponta que as vivências e as experiências dos estudantes devem ser consideradas pois auxiliam na compreensão de fenômenos naturais, sociais, políticos, culturais e econômicos. Devem ser priorizados pois contribuem para o uso de múltiplas formas de expressão, por meio dos mapas oficiais e formais e das cartografias sociais que demarcam identidades e percepções culturais sobre e nas paisagens, ou por linguagens diversas.

Sendo assim, esta proposta curricular esclarece que:

> [...] dar ênfase para o estudo dos lugares de vivência, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, se oportuniza o desenvolvimento de noções de pertencimento, de localização, de orientação e de organização das experiências e vivências em diferentes locais, sendo essas noções fundamentais para o trato com os conhecimentos geográficos [...] Ao final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, espera-se que os alunos possam as relações estabelecidas no espaço social, em diferentes escalas; desenvolvam raciocínio crítico e atitudes autônomas e propositivas; apropriem-se de múltiplas linguagens a partir das quais signifiquem os saberes geográficos; compreendam noções básicas sobre a produção do espaço (BRASIL, 2016, p. 310).

Observa-se que, nas políticas educacionais em uma abordagem mais ampla, como o caso da BNCC, o estudo do lugar é recomendado e que as representações do lugar podem auxiliar o aluno na leitura de seu espaço de vivência. Não pretendemos aqui fazer uma relação analítica extensa deste documento com a proposta dos atlas escolares municipais pelo fato deste ainda não ser vigorante no sistema de ensino do país. Portanto, consideramos os documentos curriculares que ainda são consultados na organização pedagógica na escola, como os PCN.

Os PCN foram elaborados para serem respeitadas as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, também, para se considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Objetivava-se criar condições nas escolas para que permitissem aos alunos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Foram elaborados também para servirem de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo na escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento das aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, contribuir para a formação e atualização profissional.

Em relação ao estudo do lugar, os textos do PCN Vol. 5 de História e Geografia, especificamente na parte de Geografia deste volume, sugerem como critérios de seleção e organização dos conteúdos de geografia para primeiro e segundo ciclos. Assim, consideram que “adquirir conhecimentos básicos de Geografia, como o espaço local, é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania” e que “cidadania é também o sentimento de pertencer a uma realidade na qual as relações entre a sociedade e a natureza formam um todo integrado” (BRASIL, 1998, p. 83). Ainda nos PCN, “a paisagem local e o espaço vivido são as referências para o professor organizar seu trabalho” (BRASIL, 1998, p. 87). Neste contexto, o lugar é compreendido como uma parte do espaço geográfico.

O conceito de lugar nos PCN é indicado e considerado essencial para os conteúdos do ensino de Geografia nos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental, que correspondem atualmente aos anos iniciais desta fase de ensino, do 1º ao 5º ano. Tais conteúdos seguem, pelo documento, como "sugestões de blocos temáticos que podem ser estudados com os alunos, apresentados de modo amplo" sendo que "se configuram como sugestões e não devem ser compreendidos como uma sequência de assuntos a serem aprendidos ou ainda como blocos isolados que não se comunicam entre si" (BRASIL, 1998, p. 89).

O professor pode trabalhar com um ou mais blocos ao mesmo tempo, reunidos no estudo da paisagem local, como sugerido para o primeiro ciclo, e também no estudo de paisagens urbanas e rurais, como sugerido para o segundo ciclo. Assim:

> Esses blocos temáticos contemplam conteúdos de diferentes dimensões: conceituais, procedimentais e atitudinais que, segundo esta proposta de ensino, são considerados como fundamentais para atingir as capacidades definidas para esse segmento da escolaridade (BRASIL, 1998, p. 91).

Tais blocos ficaram assim organizados:

- Blocos temáticos e conteúdos para o primeiro ciclo: o estudo da paisagem local
  - Tudo é natureza
  - Conservando o ambiente
  - Transformando a natureza: diferentes paisagens
  - O lugar e a paisagem
- Blocos temáticos e conteúdos para o segundo ciclo: as paisagens urbanas e rurais, suas características e relações
  - O papel das tecnologias na construção de paisagens urbanas e rurais
  - Informação, comunicação e interação
  - Distâncias e velocidades no mundo urbano e no mundo rural
  - Urbano e rural: modos de vida

Observa-se que o espaço geográfico é posto como objeto central no ensino de geografia. As categorias paisagem, território e lugar devem também ser abordadas, principalmente nos dois primeiros ciclos, quando se mostram mais acessíveis aos alunos, tendo em vista suas características cognitivas e afetivas. A categoria paisagem vem relacionada à categoria de lugar. Destaca-se também a importância da compreensão da realidade local em consonância com o contexto global. Assim, a paisagem local, o

espaço vivido pelos alunos deve ser o objeto de estudo ao longo dos dois primeiros ciclos. Entretanto, esclarece que:

> [...] não se deve trabalhar do nível local ao mundial hierarquicamente: o espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar sobre. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais. [...] **Estudar a paisagem local ao longo do primeiro e segundo ciclos é aprender a observar e a reconhecer os fenômenos que a definem e suas características; descrever, representar, comparar e construir explicações**, mesmo que aproximadas e subjetivas, das relações que aí se encontram impressas e expressas" (BRASIL, 1998, p. 77, grifo nosso).

Neste sentido, Cavalcanti (2011) acrescenta que o lugar deve ser referenciado constantemente, "para que o estudante construa seu conhecimento a partir da sua interação com a realidade mediada por instrumentos simbólicos". Acrescenta que "não significa trabalhar o espaço vivido restrito aos seus limites empíricos, pois o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo, expressa relações mais gerais, mais globais, em sua complexidade e em suas contradições" (CAVALCANTI, 2011, p. 6).

Considerada a importância do estudo do lugar no ensino de Geografia para tornar o aprendizado mais significativo aos alunos, reafirma-se então que a formação do conceito de lugar não deve ser apreendida como algo pronto e acabado para que assim possa se possibilitar uma análise da sociedade que o indivíduo está inserido.

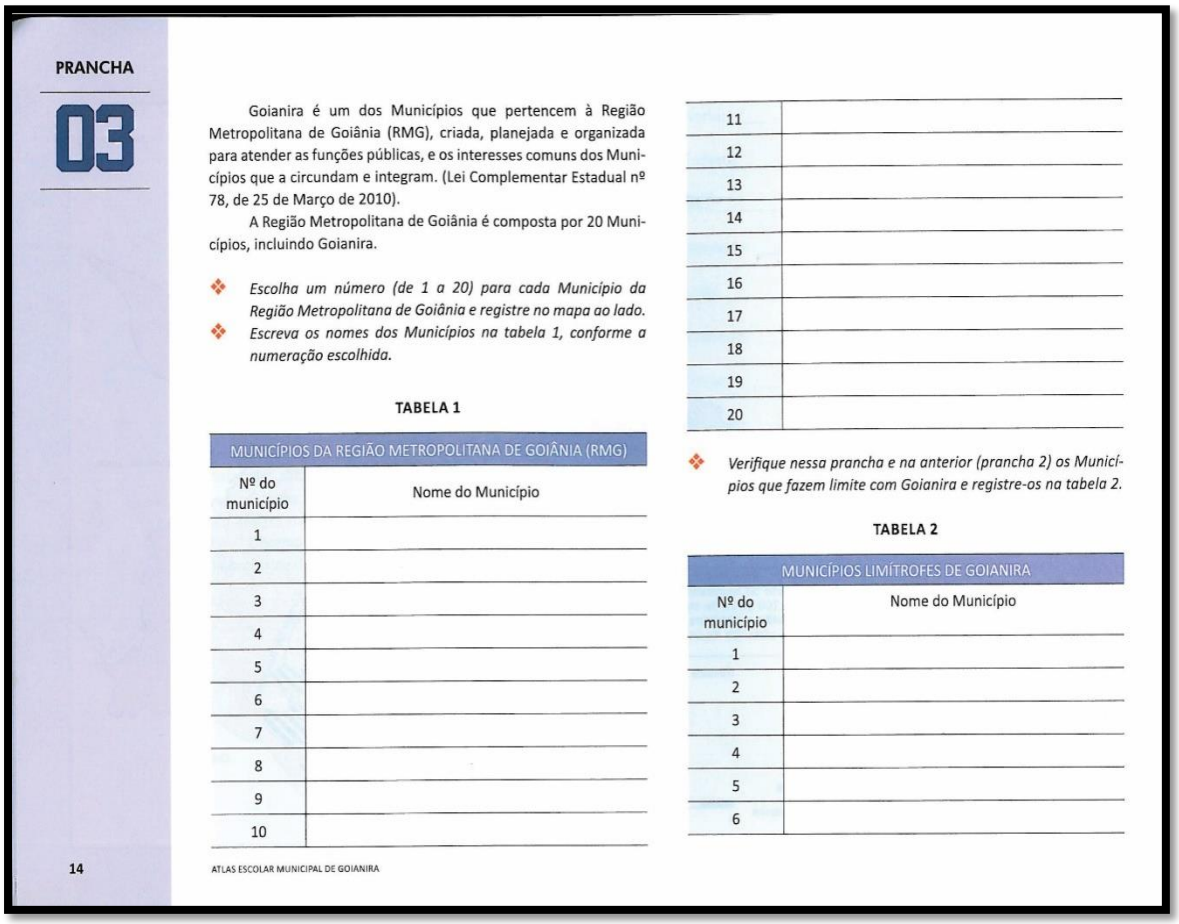
Assim, dar ênfase a materiais dinâmicos que subsidiem este estudo é fundamental. A proposta dos atlas escolares municipais harmoniza estas abordagens de forma interativa e complementar. Os atlas escolares municipais podem atuar como recursos mediadores na dinâmica do processo de ensino e aprendizagem do aluno e do professor, o que efetiva os objetivos propostos pelos PCN. Evidencia-se assim, como cogitado nos PCN, o espaço geográfico como objeto central de estudo no ensino e aprendizagem de Geografia.

Onde ou em que ponto os atlas escolares municipais podem assim atuar? Colocamos em tela aqui, então, o atlas escolar municipal de Goianira, que é o objeto de estudo desta pesquisa. Como exposto anteriormente, no capítulo 1, este atlas destina-se aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas do município de Goianira e seu referencial curricular orienta professores e alunos no trabalho com o espaço local no ensino de Geografia, desde o bairro até o Estado.

As informações e conteúdos são apresentados de forma simples ou gradativa e interdisciplinar, contudo interativa, se adequando ao nível de aprendizagem das crianças nesta fase de ensino e interagindo com o trabalho do professor. Como é indicado nos PCN, trabalha-se com o espaço vivido, não só o real imediato, mas também a compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto de espaços em escala geográfica maior, como a Região Metropolitana de Goiânia (RMG), que exerce grande influência no desenvolvimento do município de Goianira.

Isto é o que podemos observar na prancha 03 (Figura 04), na prancha 17 (Figura 05) e na prancha 34 (Figura 06), em que se evidencia o município de Goianira na Região Metropolitana de Goiânia e no contexto global.

Figura 04 – Prancha 03: Região Metropolitana de Goiânia[8]



PRANCHA

03

Goianira é um dos Municípios que pertencem à Região Metropolitana de Goiânia (RMG), criada, planejada e organizada para atender as funções públicas, e os interesses comuns dos Municípios que a circundam e integram. (Lei Complementar Estadual nº 78, de 25 de Março de 2010).

A Região Metropolitana de Goiânia é composta por 20 Municípios, incluindo Goianira.

- *Escolha um número (de 1 a 20) para cada Município da Região Metropolitana de Goiânia e registre no mapa ao lado.*
- *Escreva os nomes dos Municípios na tabela 1, conforme a numeração escolhida.*

TABELA 1

MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA (RMG)	
Nº do município	Nome do Município
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

- *Verifique nessa prancha e na anterior (prancha 2) os Municípios que fazem limite com Goianira e registre-os na tabela 2.*

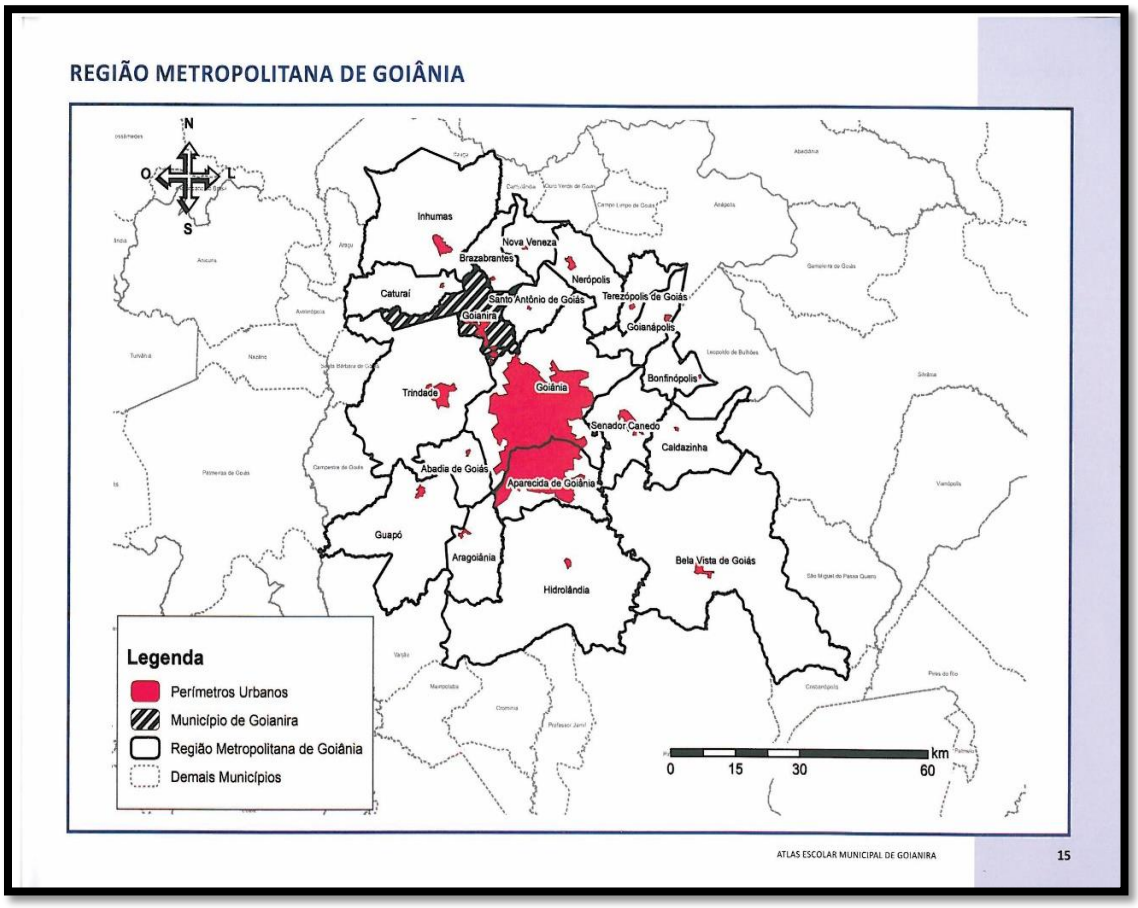
TABELA 2

MUNICÍPIOS LIMÍTROFES DE GOIANIRA	
Nº do município	Nome do Município
1	
2	
3	
4	
5	
6	

14

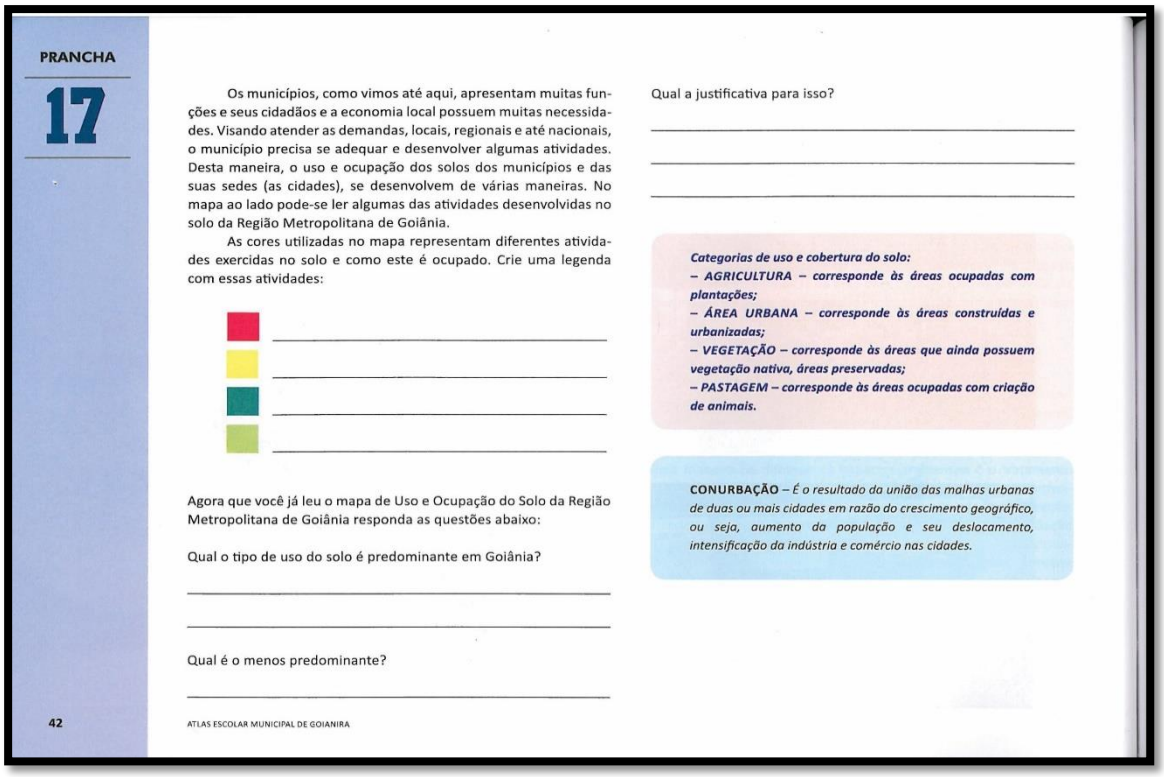
ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

[8] As pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira são estruturadas em páginas seguidas, como mostrado na figura 2. Porém, para melhor visualização neste trabalho, ficaram dispostas uma embaixo da outra.



Fonte: BUENO (2015)

Figura 05 – Prancha 17: Uso e cobertura do solo



PRANCHA

17

Os municípios, como vimos até aqui, apresentam muitas funções e seus cidadãos e a economia local possuem muitas necessidades. Visando atender as demandas, locais, regionais e até nacionais, o município precisa se adequar e desenvolver algumas atividades. Desta maneira, o uso e ocupação dos solos dos municípios e das suas sedes (as cidades), se desenvolvem de várias maneiras. No mapa ao lado pode-se ler algumas das atividades desenvolvidas no solo da Região Metropolitana de Goiânia.

As cores utilizadas no mapa representam diferentes atividades exercidas no solo e como este é ocupado. Crie uma legenda com essas atividades:

Agora que você já leu o mapa de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de Goiânia responda as questões abaixo:

Qual o tipo de uso do solo é predominante em Goiânia?

Qual é o menos predominante?

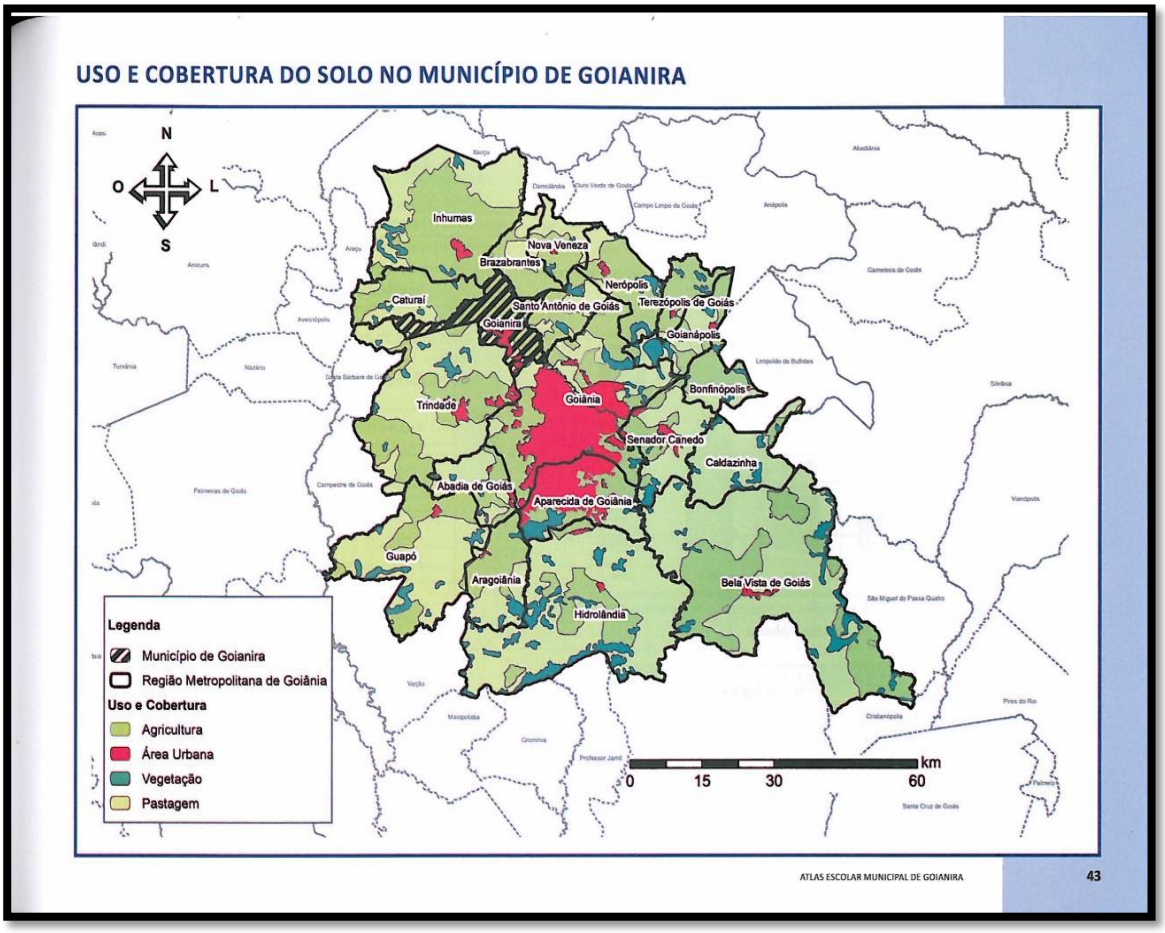
Qual a justificativa para isso?

Categorias de uso e cobertura do solo:
– AGRICULTURA – corresponde às áreas ocupadas com plantações;
– ÁREA URBANA – corresponde às áreas construídas e urbanizadas;
– VEGETAÇÃO – corresponde às áreas que ainda possuem vegetação nativa, áreas preservadas;
– PASTAGEM – corresponde às áreas ocupadas com criação de animais.

CONURBAÇÃO – *É o resultado da união das malhas urbanas de duas ou mais cidades em razão do crescimento geográfico, ou seja, aumento da população e seu deslocamento, intensificação da indústria e comércio nas cidades.*

42

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

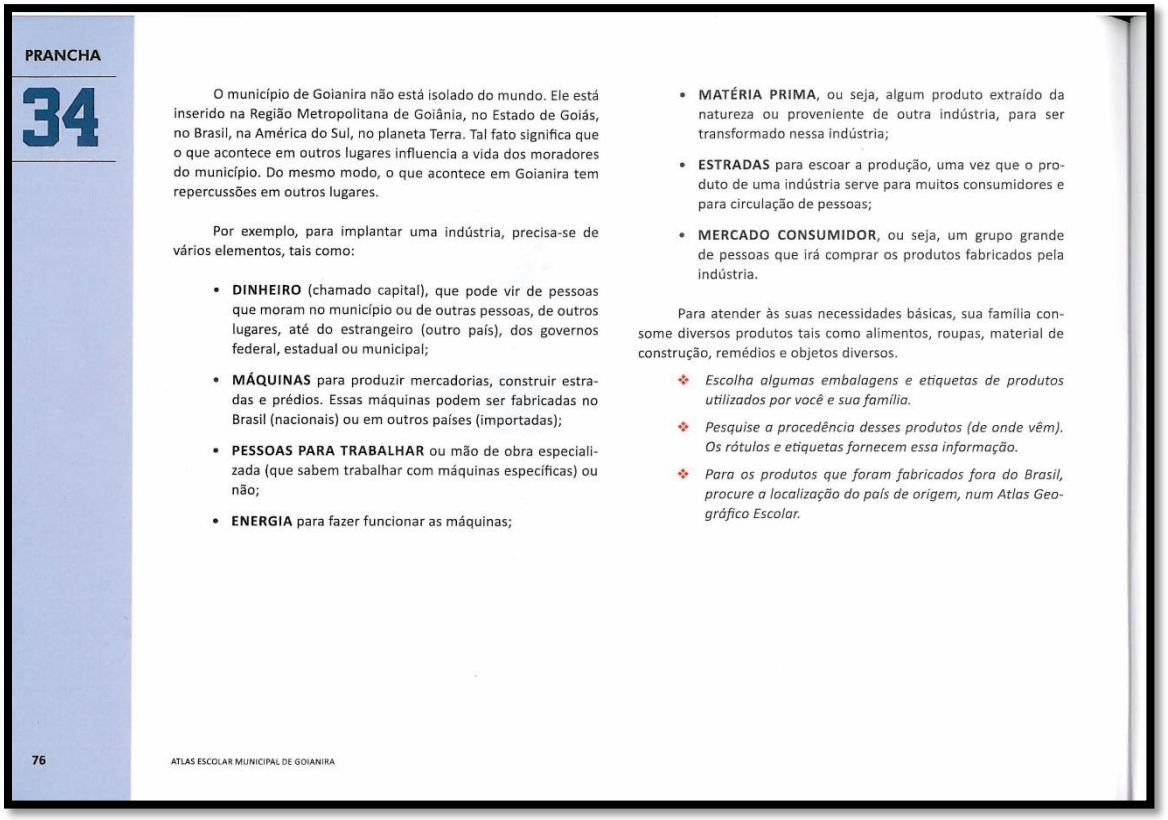


ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

43

Fonte: BUENO (2015)

Figura 06 – Prancha 34: Goianira no mundo



PRANCHA

34

O município de Goianira não está isolado do mundo. Ele está inserido na Região Metropolitana de Goiânia, no Estado de Goiás, no Brasil, na América do Sul, no planeta Terra. Tal fato significa que o que acontece em outros lugares influencia a vida dos moradores do município. Do mesmo modo, o que acontece em Goianira tem repercussões em outros lugares.

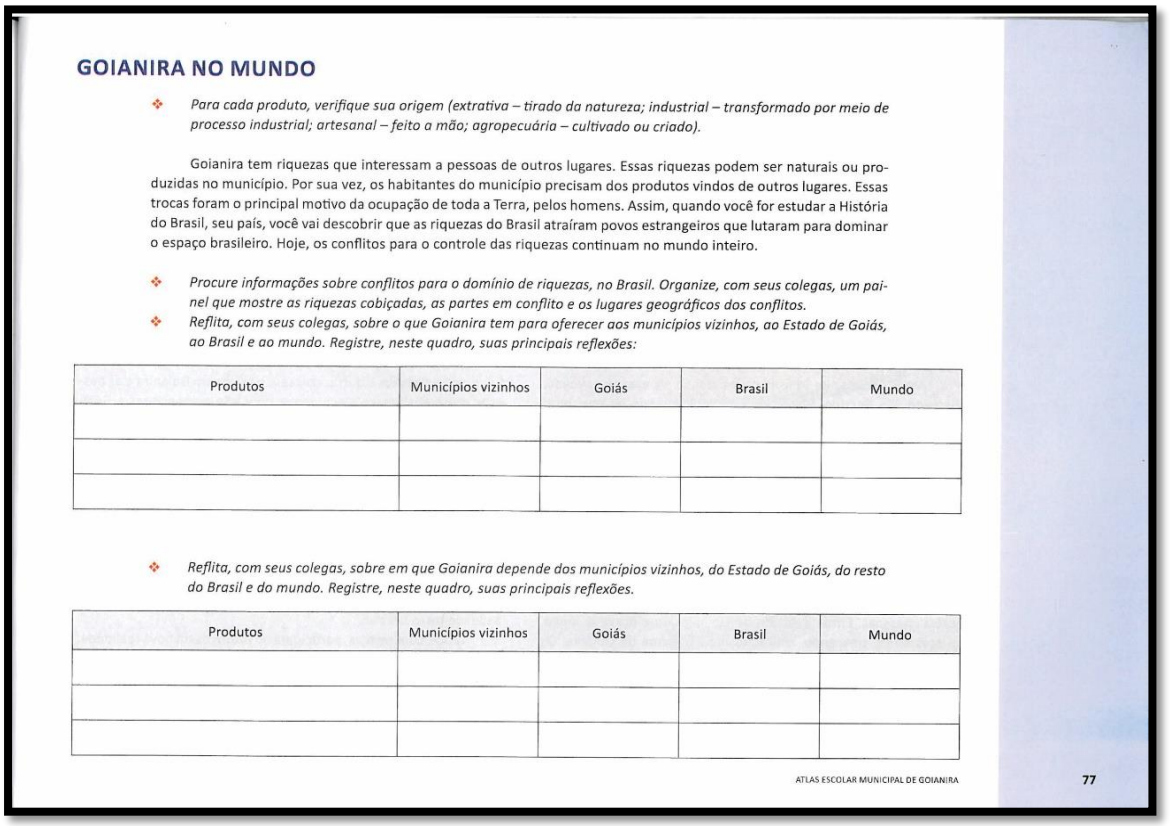
Por exemplo, para implantar uma indústria, precisa-se de vários elementos, tais como:

- **DINHEIRO** (chamado capital), que pode vir de pessoas que moram no município ou de outras pessoas, de outros lugares, até do estrangeiro (outro país), dos governos federal, estadual ou municipal;
- **MÁQUINAS** para produzir mercadorias, construir estradas e prédios. Essas máquinas podem ser fabricadas no Brasil (nacionais) ou em outros países (importadas);
- **PESSOAS PARA TRABALHAR** ou mão de obra especializada (que sabem trabalhar com máquinas específicas) ou não;
- **ENERGIA** para fazer funcionar as máquinas;
- **MATÉRIA PRIMA**, ou seja, algum produto extraído da natureza ou proveniente de outra indústria, para ser transformado nessa indústria;
- **ESTRADAS** para escoar a produção, uma vez que o produto de uma indústria serve para muitos consumidores e para circulação de pessoas;
- **MERCADO CONSUMIDOR**, ou seja, um grupo grande de pessoas que irá comprar os produtos fabricados pela indústria.

Para atender às suas necessidades básicas, sua família consome diversos produtos tais como alimentos, roupas, material de construção, remédios e objetos diversos.

- *Escolha algumas embalagens e etiquetas de produtos utilizados por você e sua família.*
- *Pesquise a procedência desses produtos (de onde vêm). Os rótulos e etiquetas fornecem essa informação.*
- *Para os produtos que foram fabricados fora do Brasil, procure a localização do país de origem, num Atlas Geográfico Escolar.*

76 ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA



GOIANIRA NO MUNDO

- *Para cada produto, verifique sua origem (extrativa – tirado da natureza; industrial – transformado por meio de processo industrial; artesanal – feito a mão; agropecuária – cultivado ou criado).*

Goianira tem riquezas que interessam a pessoas de outros lugares. Essas riquezas podem ser naturais ou produzidas no município. Por sua vez, os habitantes do município precisam dos produtos vindos de outros lugares. Essas trocas foram o principal motivo da ocupação de toda a Terra, pelos homens. Assim, quando você for estudar a História do Brasil, seu país, você vai descobrir que as riquezas do Brasil atraíram povos estrangeiros que lutaram para dominar o espaço brasileiro. Hoje, os conflitos para o controle das riquezas continuam no mundo inteiro.

- *Procure informações sobre conflitos para o domínio de riquezas, no Brasil. Organize, com seus colegas, um painel que mostre as riquezas cobiçadas, as partes em conflito e os lugares geográficos dos conflitos.*
- *Reflita, com seus colegas, sobre o que Goianira tem para oferecer aos municípios vizinhos, ao Estado de Goiás, ao Brasil e ao mundo. Registre, neste quadro, suas principais reflexões:*

Produtos	Municípios vizinhos	Goiás	Brasil	Mundo

- *Reflita, com seus colegas, sobre em que Goianira depende dos municípios vizinhos, do Estado de Goiás, do resto do Brasil e do mundo. Registre, neste quadro, suas principais reflexões.*

Produtos	Municípios vizinhos	Goiás	Brasil	Mundo

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA 77

Fonte: BUENO (2015)

Nestas pranchas, se trabalham aspectos legais da criação do município de Goianira, limites do município e de municípios vizinhos, e aspectos físicos, como o uso e cobertura do solo do município e da RMG. Os PCN, ao fazerem referência à cartografia no primeiro ciclo, também fazem referência ao lugar, ao considerar que:

> O trabalho com a construção da linguagem cartográfica, por sua vez, deve ser realizado considerando os referenciais que os alunos já utilizam para se localizar e orientar no espaço. A partir de situações nas quais compartilhem e explicitem seus conhecimentos, o professor pode criar outras nas quais possam esquematizar e ampliar suas ideias de distância, direção e orientação (BRASIL, 1998, p. 88).

Além de se observar e compreender a realidade local por intermédio da linguagem cartográfica, é possível se relacionar com o contexto da realidade de uma região em maior escala, e o trabalho com a pesquisa aqui também pode ser evidenciado. Conforme sugerido pelos PCN:

> Questões relativas aos procedimentos de pesquisa da Geografia também foram consideradas na seleção e organização dos conteúdos. Para que os alunos possam ler e interpretar as informações que recebem e compreendê-las do ponto de vista geográfico é preciso que construam procedimentos de análise com os quais o próprio saber geográfico opera. A observação, a descrição, o registro e a documentação, a representação, a analogia, a explicação e a síntese são procedimentos que devem ser trabalhados ao longo de toda a escolaridade, essenciais na construção do instrumental necessário para uma compreensão de como a Geografia trabalha e se constitui como um campo de conhecimento (BRASIL, 1998, p. 81).

É possível, assim, também trabalhar nesta prancha alguns procedimentos de pesquisa como, por exemplo, para se identificar os tipos de agriculturas mais praticadas nos municípios vizinhos e se estas produções são comercializadas na região ou levadas para outros estados brasileiros ou até mesmo exportadas para outros países. Pode também se fazer um caminho reverso a este e identificar os produtos agrícolas ou da pecuária que não são produzidos nestas regiões e que precisam vir de outros estados ou mesmo outros países.

Neste contexto, cabe ao professor orientar e auxiliar os alunos na busca destas informações. Cabe também incluir outros temas, como é proposto pelos PCN nos blocos temáticos, seja reunidos no estudo da paisagem local, como sugerido para o primeiro ciclo, seja no estudo de paisagens urbanas e rurais, como sugerido para o segundo ciclo do Ensino Fundamental.

Os PCN sugerem uma ampla utilização dos mapas de diferentes tipos para questionar, analisar, comparar, organizar, correlacionar e sintetizar dados que permitam

compreender e explicar as diferentes paisagens e os lugares. Assim, em uma outra prancha do Atlas Escolar Municipal de Goianira, a cidade de Goiânia também é apresentada como influente nas questões econômicas, como no setor industrial do município de Goianira. É o que podemos observar na prancha 06, que trata da regionalização do município pelos pontos cardeais.

Figura 07 – Prancha 06: Reorganização do município de Goianira

PRANCHA

06

Uma das formas de compreender a regionalização de um município é pelos pontos cardeais., que na verdade são "direções" que tem como base um ponto de referência. No caso de Goianira, tomamos como ponto de referência o centro urbano, onde está localizada a Prefeitura Municipal. A partir desse ponto temos:

Região Sul

É a região mais industrializada do município e também a região de maior expansão urbana. É onde se concentra o Polo Industrial de Goianira e onde as atividades de agricultura e pecuária são mais desenvolvidas. É a região que faz a conexão com Goiânia, como você pode observar no mapa da Região Metropolitana.

Região Norte

É a região onde está localizado o setor central do município. Ali se concentram os serviços, o comércio e os setores administrativos. É onde se encontra uma grande variedade de áreas de lazer. Na área rural encontra-se uma grande parte de pequenos produtores, com destaque para a produção de laranjas.

Região Oeste

É a região de maior expansão da zona rural. Destaca-se pela agricultura diversificada, com grande produção de hortaliças, plantio de coco e de cana-de-açúcar. Significativa atividade pecuária para a produção de leite. É a região que mais sofre os impactos da expansão imobiliária.

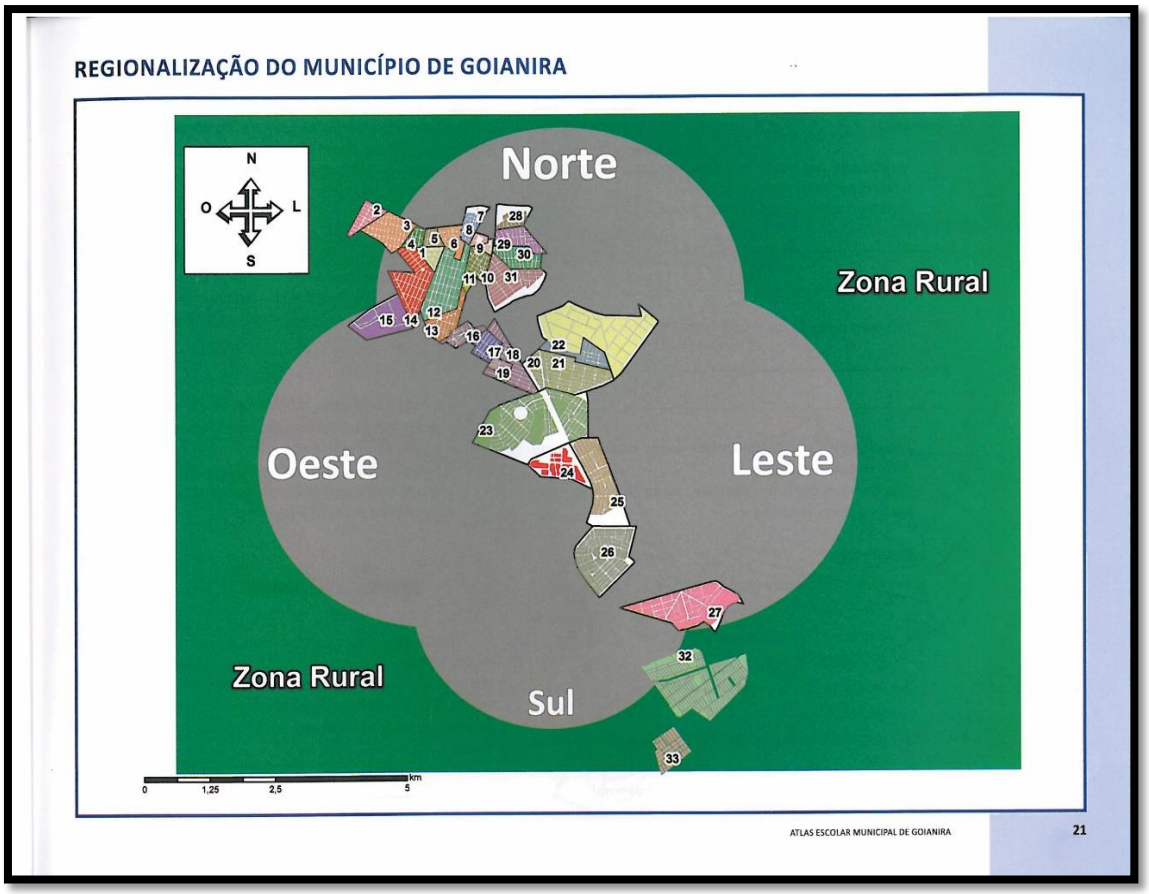
Região Leste

É a região que apresenta uma significativa expansão do comércio, com tendência a se tornar um novo polo industrial do município. Forte presença agrícola, com plantio de hortaliças, de café e de cana-de-açúcar. Nessa região está localizado o Seminário do município e também as colônias italianas. É nessa região que se encontra a base das obras da Ferrovia Norte/Sul.

Converse com sua professora e discutam sobre essa regionalização. Registre em seu caderno.

20

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA



Fonte: BUENO (2015)

Nesta prancha, a região sul é dada como a mais industrializada do município, como a região de maior expansão urbana e como a região que faz conexão com Goiânia. Podemos observar que se trabalha aspectos econômicos e sociais por meio da linguagem cartográfica, como a localização. Atribuída como eixo temático nos PCN, a contribuição da Cartografia vai além de desenvolver a compreensão e utilização de mapas, pois amplia noções de localização e orientação, articuladas com a representação do espaço. O ensino de Geografia, intermediado pela linguagem cartográfica, sintetiza informações, indica conhecimentos e desenvolve situações de aprendizagem envolvendo o espaço e sua organização (BRASIL, 1998, p. 88).

Um dos objetivos gerais de Geografia para o Ensino Fundamental pautados nos PCN é que o aluno seja capaz de "fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens" e "também saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos" (BRASIL, 1998, p. 81). Estes objetivos novamente

reforçam a proposta dos atlas escolares municipais como recurso mediador na dinâmica do processo de ensino e aprendizagem do espaço de vivência do aluno pelo mapa.

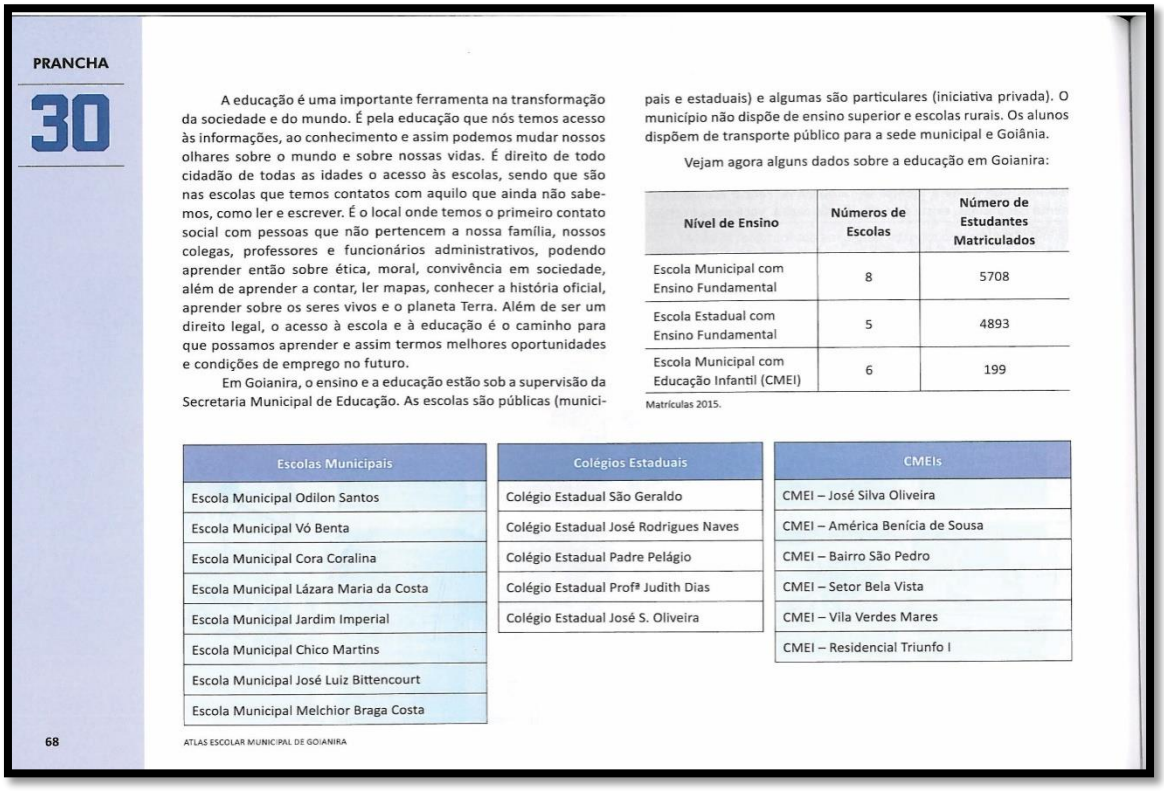
Para orientar-se, perceber as distâncias, localizar-se e compreender os fenômenos o aluno deve ler a paisagem como um todo e não apenas entender os mapas. É fundamental para o aluno no ensino da Geografia, o ensino de mapas. Para Oliveira (1978), o ensino do mapa deve ser preparado para entender mapas, participando primeiro da construção da noção de espaço e depois da sua representação, onde se inclui o aprendizado da sua linguagem, ao que ela chama de alfabetização cartográfica.

Os PCN retratam os mapas como possibilidade para compreensão e estudo comparativo das diferentes paisagens e lugares. Assim, todos os temas geográficos podem ser trabalhados com mapas. É muito importante, neste momento, o professor tornar a Cartografia um recurso rotineiro em sua sala de aula. Uma atenção especial deve ser tomada para que o uso do mapa e outros recursos gráficos não sejam utilizados sem significados.

Castellar (2005, p. 212) corrobora que saber ler uma informação do espaço vivido significa saber explorar os elementos naturais e construídos presentes na paisagem, não se atendo apenas à percepção das formas, mas sim chegando ao seu significado. Para a autora, a leitura do lugar de vivência está relacionada, entre outros conceitos, com os que estruturam o conhecimento geográfico, como, por exemplo, localização, orientação, território, região, natureza, paisagem, espaço e tempo.

Assim, a exemplo da utilização do mapa para diversos temas, o Atlas Escolar Municipal de Goianira na prancha 30 trabalha com o “Ensino em Goianira”, onde os alunos podem identificar, observando o mapa e as tabelas, as escolas e modalidades de ensino que existem em sua cidade.

Figura 08 – Prancha 30: Ensino em Goianira



PRANCHA

30

A educação é uma importante ferramenta na transformação da sociedade e do mundo. É pela educação que nós temos acesso às informações, ao conhecimento e assim podemos mudar nossos olhares sobre o mundo e sobre nossas vidas. É direito de todo cidadão de todas as idades o acesso às escolas, sendo que são nas escolas que temos contatos com aquilo que ainda não sabemos, como ler e escrever. É o local onde temos o primeiro contato social com pessoas que não pertencem a nossa família, nossos colegas, professores e funcionários administrativos, podendo aprender então sobre ética, moral, convivência em sociedade, além de aprender a contar, ler mapas, conhecer a história oficial, aprender sobre os seres vivos e o planeta Terra. Além de ser um direito legal, o acesso à escola e à educação é o caminho para que possamos aprender e assim termos melhores oportunidades e condições de emprego no futuro.

Em Goianira, o ensino e a educação estão sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação. As escolas são públicas (municipais e estaduais) e algumas são particulares (iniciativa privada). O município não dispõe de ensino superior e escolas rurais. Os alunos dispõem de transporte público para a sede municipal e Goiânia.

Vejam agora alguns dados sobre a educação em Goianira:

Nível de Ensino	Números de Escolas	Número de Estudantes Matriculados
Escola Municipal com Ensino Fundamental	8	5708
Escola Estadual com Ensino Fundamental	5	4893
Escola Municipal com Educação Infantil (CMEI)	6	199

Matrículas 2015.

Escolas Municipais	Colégios Estaduais	CMEIs
Escola Municipal Odilon Santos	Colégio Estadual São Geraldo	CMEI – José Silva Oliveira
Escola Municipal Vó Benta	Colégio Estadual José Rodrigues Naves	CMEI – América Benícia de Sousa
Escola Municipal Cora Coralina	Colégio Estadual Padre Pelágio	CMEI – Bairro São Pedro
Escola Municipal Lázara Maria da Costa	Colégio Estadual Profª Judith Dias	CMEI – Setor Bela Vista
Escola Municipal Jardim Imperial	Colégio Estadual José S. Oliveira	CMEI – Vila Verdes Mares
Escola Municipal Chico Martins		CMEI – Residencial Triunfo I
Escola Municipal José Luiz Bittencourt		
Escola Municipal Melchior Braga Costa		

68

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

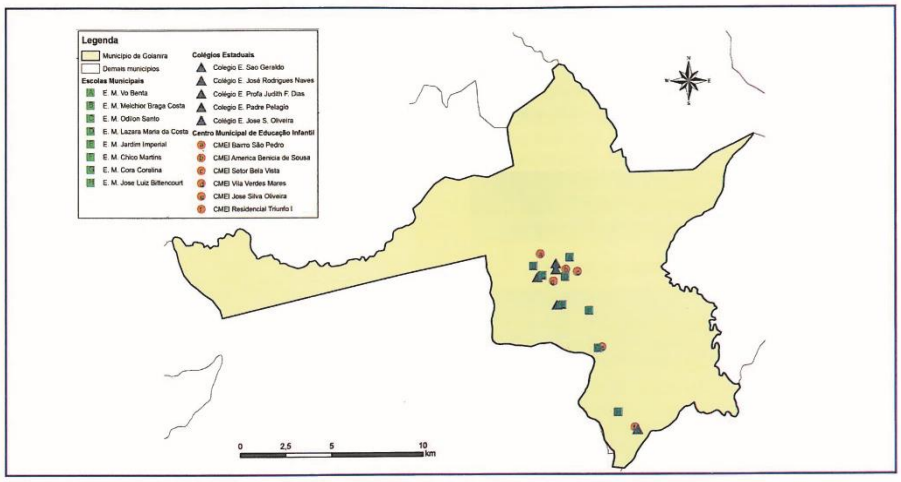
ENSINO EM GOIANIRA

Responda às questões abaixo:

- *Qual o maior número de escolas? Estaduais ou Municipais?*

- *Qual o nível de escolarização possui maior número de matriculados em 2014?*

Vamos pesquisar?!
Qual escola você estuda? Localize no mapa!
A quais níveis de escolaridade ela atende?
Sua escola é municipal, estadual ou privada?
Quantos alunos estão matriculados na sua escola?
Quantos alunos têm na sua sala?
Qual a faixa etária dos alunos?
Quantos meninos e quantas meninas?



ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

69

Fonte: BUENO (2015)

É possível identificar a distribuição espacial das escolas estaduais, municipais e os Centros Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município. Aí também se atribui significado, pois é possível o aluno localizar a escola em que está estudando.

No quadro 02 é possível observar as oportunidades de trabalho do Atlas Escolar Municipal de Goianira com os blocos temáticos e conteúdos sugeridos pelos PCN para os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental.

Quadro 02 – Blocos temáticos e conteúdos pelos PCN para o 1º e 2º ciclos e oportunidades de ensino com as pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira

Bloco temático para o 1º e 2º ciclos	**Sugestões de conteúdos e temas a serem trabalhados conforme os PCN**	**Pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira em relevância***
Tudo é natureza	- Natureza na paisagem local, observação e descrição da paisagem local; - Hábitos cotidianos; - Localização do bairro; - Transformação da natureza da paisagem local.	-02- Minha moradia, meu município -04- Área urbana do município de Goiânia -10- Paisagens do município de Goianira -07- Bairros do município de Goianira
Conservando o ambiente	- Relações com a natureza no dia a dia do lugar vivido (bairro e cidade); - Tecnologias e a natureza; - Lixo, saneamento básico e abastecimento de água; - Produção e conservação de alimentos.	-11- Água no município de Goianira -21- Agricultura e pecuária no município de Goianira -24- Indústria no município de Goianira -26- Água, energia, telefone e lixo
Transformando a natureza: diferentes paisagens	- Motivos, as técnicas e consequências da transformação e do uso da natureza; - Leitura de imagens; - Construção do lugar e da paisagem onde vivem.	-05- Goianira em uma imagem de satélite -10- Paisagens do município de Goianira -17- Uso e cobertura do solo no município de Goianira -22- Produção agrícola e feiras
O lugar e a paisagem	- Relações com o lugar em que vivem; - Moradia; - Asfalto; - Saneamento básico; - Postos de saúde; - Escolas; - Lugares de lazer; - Tratamento do lixo.	-02- Minha moradia, meu município -04- Área urbana do município de Goiânia -05- Goianira em uma imagem de satélite -17- Uso e cobertura do solo no município de Goianira -26- Água, energia, telefone e lixo -27- Lazer e cultura em Goianira -29- Saúde em Goianira -30- Ensino em Goianira

O papel das tecnologias na construção de paisagens urbanas e rurais	- Tecnologias na configuração das paisagens urbanas e rurais; - Trabalho e tecnologias na cidade e no campo.	-17- Uso e cobertura do solo no município de Goianira -22- Produção agrícola e feiras
Urbano e rural: modos de vida	- Como são as paisagens urbanas nos modos de vida.	-21- Agricultura e pecuária no município de Goianira -22- Produção agrícola e feiras

* Outras pranchas também podem ser trabalhadas e complementadas em cada tema ou conteúdo. Deve-se, neste processo, trabalhar também a pesquisa, comparações e outras interpretações.

Fonte: BRASIL (1998); BUENO (2015)
Elaboração: HONDA (2017)

Os documentos aqui analisados, em especial os PCN, são documentos que sugerem temas e conteúdos de forma mais generalizada. Os temas e conteúdos mais específicos são mais detalhados e diretos nos documentos curriculares locais, como o Currículo Referência do Estado de Goiás (CREA), que foi base para a construção do Programa de Reorganização Curricular de Goianira.

Porém, e mesmo que hajam críticas aos PCN de Geografia (Oliveira, 1999), tal política curricular abre caminho para o estudo do lugar, pois a construção deste conceito é requisitada nas sugestões propostas para o ensino de Geografia destes documentos. Assim, se criam oportunidades para o ensino significativo do espaço local. Para Callai (2014), os PCN são documentos que apontam aspectos interessantes para o ensino de Geografia, porém o ensino ainda está baseado nas formas mais tradicionais e, muitas vezes, negado pelos avanços da Geografia.

Apontamos a proposta dos atlas escolares municipais como relevante para o estudo do lugar. Assim, são instrumentos didáticos que dialogam com as políticas curriculares em nível nacional e local. Instrumentos que abordam com dinamicidade o espaço do cotidiano do aluno, rompendo com as formas tradicionais. Portanto, dando continuidade aos objetivos propostos neste trabalho, analisamos as fartas possibilidades de estudo do lugar pela proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira em diálogo com as prescrições das políticas curriculares locais.

2.2. As políticas educacionais locais

Objetivando contribuir para a reflexão e discussão sobre os conteúdos que os estudantes do município precisam aprender, a Secretaria Municipal de Educação de Goianira dispõe a Reorganização Curricular da Rede Municipal de Ensino de Goianira. A referida secretaria construiu um Programa Curricular para atender às finalidades da

formação para a cidadania e para subsidiar as escolas na seleção e organização de conteúdos mais relevantes a serem trabalhados ao longo da Educação Básica.

Entre os conteúdos e objetivos que tratam da temática lugar, procuramos selecionar aqueles que, ao nosso ver, tratam diretamente da construção do conceito de lugar e da Cartografia escolar como linguagem, para o raciocínio espacial na realidade do espaço vivido dos alunos. Mas, em primeiro plano, faz-se necessário apresentar o processo de construção da proposta curricular de Goianira.

A construção da proposta curricular de Goianira está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394/1996[9], que versa sobre o direito à educação desde a Constituição Federal até estatutos e dispositivos legais específicos, que são responsáveis por regular os aspectos pontuais dos direitos e dos deveres do Estado para garanti-lo. Assim:

> [...] a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Goianira apresenta sua proposta de Reorganização Curricular, resultado de pesquisas, estudos e discussões com técnicos pedagógicos da S.M.E., juntamente com representantes de professores da Rede Municipal de Educação, em conformidade com as legislações vigentes: L.D.B., Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Currículo Referência da Rede Estadual (GOIANIRA, 2014, p. 6).

Alguns dos documentos utilizados como referência para construção deste programa curricular já foram aqui mencionados, como a LDB, as DCN e os PCN. Portanto, cabe esclarecer também sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e sobre o Currículo Referência da Rede Estadual (CRE-GO). Tais documentos, sendo o primeiro de abrangência nacional e o segundo estadual, marcam grande influência na organização do sistema de ensino no estado de Goiás.

O PNAIC, anunciado pela Medida Provisória 586/2012 em novembro de 2012 e convertido na Lei 12.801 de 24 de abril de 2013, dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. É um compromisso formal, assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios, de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

---

[9] Dispõe sobre os princípios e fins da Educação Nacional, assim como versa sobre os aspectos fundamentais da organização da educação brasileira. Em seu Título IV, a LDB dispõe sobre as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O Currículo Referência da Rede Estadual, dispõe sobre a Educação Básica em suas diversas etapas e modalidades para o Sistema Educativo do Estado de Goiás, sobre o credenciamento e o recredenciamento de instituição de ensino, a autorização de funcionamento e renovação da autorização de funcionamento de etapas da Educação Básica.

O documento é designado como:

> [...] um instrumento pedagógico para orientar, de forma clara e objetiva, aspectos que não podem se ausentar no processo ensino aprendizagem em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Assim, busca-se referenciar uma base comum essencial a todos estudantes, em consonância com as atuais necessidades de ensino identificadas não somente nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referências dos exames nacionais e estaduais, bem como a matriz curricular do Estado de Goiás (GOIÁS, 2011, p. 8).

Observa-se, então, que a construção do Programa de Reorganização Curricular de Goianira está referenciada por estes documentos educacionais, CRE-GO e PNAIC, e apresenta a proposta de bimestralização dos conteúdos, para melhor compreensão e utilização dos componentes destes currículos. Nesse sentido, utiliza de tendências teórico-científicas das diferentes áreas do conhecimento e da educação, como instrumento norteador do trabalho pedagógico a ser realizado nas unidades educacionais do município.

Neste documento, o Programa de Reorganização Curricular de Goianira, é esclarecido que o Ensino Fundamental é a etapa da educação básica constituída pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, onde se busca articular vivências e saberes dos educandos com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo para a construção de suas identidades e saberes. Sendo assim, também conforme a Resolução CEE/CP N. 5, de 10 de junho de 2011, estabelece-se em seu artigo 23 que:

> As propostas curriculares do ensino fundamental visam desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:
>
> I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
>
> II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

> III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
>
> IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (GOIÁS, 2011, p. 7).

Para o Ensino Fundamental, o Programa de Reorganização Curricular de Goianira tem como base o Bloco Pedagógico (1° ao 3° ano), que contempla as perspectivas do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e da Resolução CEE/CP N. 5, de 10 de junho de 2011:

> Art. 34. Os três anos iniciais do ensino fundamental devem assegurar:
>
> I - a alfabetização e o letramento;
>
> II - o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
>
> III - a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no ensino fundamental, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.
>
> § 1º Mesmo quando o Sistema Educativo do Estado de Goiás ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os educandos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.
>
> § 2º Aos professores compete adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades, considerando as características de desenvolvimento dos educandos (GOIÁS, 2011, p. 10).

O Programa de Reorganização Curricular de Goianira, também faz referência à Gestão Participativa e Democrática[10] e ao princípio da autonomia das escolas para a formulação de seus projetos pedagógicos, como está disposto na Resolução CNE/CEB

[10] "Para a implantação dos objetivos e orientação desse programa, a Secretaria Municipal de Educação promoverá a necessária participação da comunidade educacional envolvendo educadores, funcionários, estudantes, suas famílias e responsáveis, além de outros membros da comunidade. O referido processo de participação contará com as contribuições do Conselho Estadual de Educação, das entidades representativas dos trabalhadores da Educação, Universidades e instituições de pesquisa e apoio ao desenvolvimento educacional, além de outros órgãos governamentais do Município, do Estado e da União".

n° 04/2010, em seu capítulo I (O projeto político pedagógico e o Regimento Escolar), Artigo 43, que versa sobre:

> § 1º A autonomia da instituição educacional baseia-se na busca de sua identidade, que se expressa na construção de seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares.
>
> § 2º Cabe à escola, considerada a sua identidade e a de seus sujeitos, articular a formulação do projeto político-pedagógico com os planos de educação - nacional, estadual, municipal, o contexto em que a escola se situa e as necessidades locais e de seus estudantes.
>
> § 3º A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica assumidas, de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica (BRASIL, 2010, p. 13).

Portanto, fica então destinado à Secretaria Municipal de Educação definir pelo Programa de Reorganização Curricular de Goianira, como proposta curricular, o estabelecimento das diretrizes e orientações para as Unidades Educacionais na reelaboração dos seus Regimentos. Assim também promover ações de valorização dos Projetos Político Pedagógicos oferecendo condições para o alcance dos objetivos e metas ali descritos, além de criar mecanismos de acompanhamento e avaliação para uma educação de qualidade social.

Dentre as etapas e modalidades deste programa, destacamos para análise o Bloco Pedagógico e o Ensino Fundamental com as respectivas diretrizes programáticas para estas modalidades de ensino, sendo assim estabelecidas:

- Direitos de Aprendizagem no BLOCO PEDAGÓGICO 1° ao 3° ANO.
- Direitos de Aprendizagem no ENSINO FUNDAMENTAL 4° ao 9° ANO.

No que se refere aos conteúdos para construção do conceito de lugar, especificamente nos “Direitos de Aprendizagem no Bloco Alfabetização”, onde os conteúdos são correspondentes para o 1°, 2° e 3° anos do Ensino Fundamental I, e para o 4° e 5º ano, o “município” é evidenciado, entre outros mais, quando se fala em conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem.

Como já mencionado, procuramos, entre os conteúdos e objetivos que tratam da temática lugar, selecionar aqueles que tratam diretamente da construção do conceito de lugar e da Cartografia escolar, como linguagem, para o raciocínio espacial na realidade do espaço vivido dos alunos.

Neste sentido, o quadro 03 também permite observar os Direitos de Aprendizagem que evidenciam o estudo do lugar nesta proposta curricular, se destacando o estudo do espaço vivido do município em conteúdos como, por exemplo, "Identificar os principais meios de transportes utilizados no município e os problemas relacionados a eles" e "Identificar atividades profissionais importantes no cotidiano da cidade". Estes conteúdos podem ser relacionados com as pranchas do Atlas Escolar Municipal de Goianira.

Quadro 03 – Estudo do lugar no ensino de Geografia do Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira para Ensino Fundamental I

ANO ESCOLAR	DIREITOS GERAIS DE APRENDIZAGEM PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA EM GOIANIRA	TEMAS DAS PRANCHAS DO ATLAS
Bloco Alfabetização: 1º, 2º e 3º anos	- Reconhecer a relação entre sociedade e natureza na dinâmica do seu cotidiano e na paisagem local, bem como as mudanças ao longo do tempo; - Descrever as características da paisagem local e compará-las com as outras paisagens; - Conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem; - Reconhecer os problemas ambientais existentes em sua comunidade; - Ler o espaço geográfico de forma crítica através das categorias lugar, território, paisagem e região; - Identificar as razões e os processos pelos quais os grupos locais e a sociedade transformam a natureza ao longo do tempo, observando as técnicas e as formas de apropriação da natureza e seus recursos.	- Minha morada, meu município. - Paisagens do município de Goianira. - População do município de Goianira. - Origem e história do município de Goianira. - Meio ambiente.

4ºano	- Identificar as diferentes paisagens que compõem o município (natural e cultural), e os diferentes tipos de vegetação; - Identificar a organização política administrativa do município onde mora; - Identificar alguns impostos e taxas pagas à prefeitura; - Comparar a organização espacial dos bairros mais antigos e mais novos do município: comércio, indústria, áreas residenciais, praças, áreas de lazer; - Identificar os principais meios de transportes utilizados no município e os problemas relacionados a eles; - Construir a planta do bairro da escola com legenda; - Localizar o quarteirão da escola no mapa do município; - Diferenciar clima de tempo e relacionar o clima do município às atividades humanas e à sua localização; - Identificar no município espaços relacionados à agricultura e à pecuária; - Diferenciar atividades profissionais da zona urbana e da zona rural. - Identificar no mapa limites entre os municípios vizinhos de seu próprio município; - Relacionar as transformações da natureza na cidade com o desenvolvimento da mesma; - Relacionar produtos agrícolas consumidos em casa e cultivados no município; - Relacionar alimentos de origem animal consumidos em casa e produzidos no município; - Identificar as matérias-primas de origem animal utilizadas nas indústrias do município; - Confeccionar mapa do município, com pontos cardeais e símbolos da convenção cartográfica; - Localizar o município onde mora no mapa do Estado e do Brasil.	Possui relação com todas as pranchas
	- Identificar os elementos de origem animal do município e a produção do Estado; - Identificar as três esferas de atuação dos governos federal,	- Agricultura e pecuária no município de

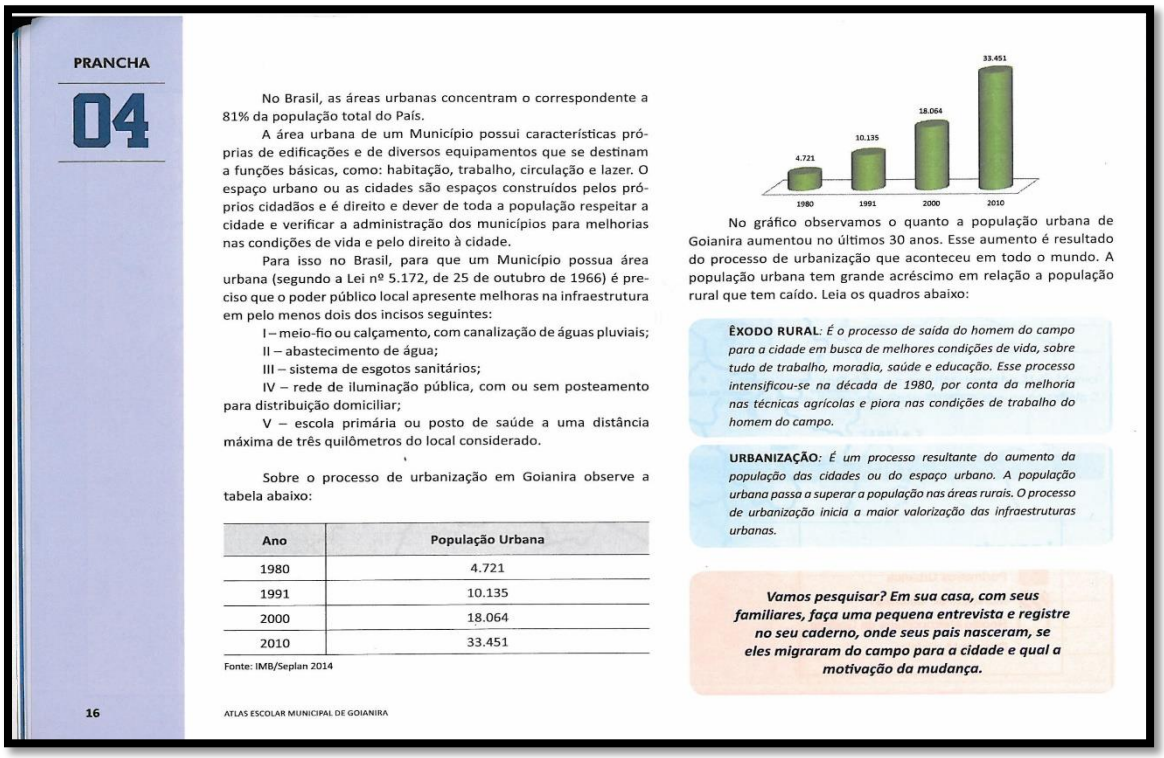
5º ano	estadual e municipal; - Identificar os três poderes e seu papel na organização dos municípios, estados e país; - Reconhecer a importância da Constituição Federal, Estadual e Municipal para os cidadãos; - Localizar a distribuição geográfica das indústrias no território brasileiro e suas diversas implicações sociais, econômicas e ambientais para o local.	Goianira. - Produção agrícola e feiras. - Comércio no município de Goianira. - Indústria no município de Goianira. - Meio ambiente. - Estrutura administrativa do município de Goianira. - Origem e história do município de Goianira.

Fonte: Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira (GOIANIARA, 2014).
Elaboração: HONDA (2017)

Podemos observar que há relação mais intensa com os conteúdos do 4º ano. Porém, há possibilidade de trabalho com todas as pranchas dos Atlas Escolar Municipal de Goianira. Nos Direitos de Aprendizagem "Localizar o quarteirão da escola no mapa do município" e "Diferenciar clima de tempo e relacionar o clima do município às atividades humanas e a sua localização", são exemplos que contemplamos tal relação.

Na prancha 04 – "Área urbana do município de Goiânia" (Figura 09), é possível observar e localizar os bairros do município, e consequentemente localizar o bairro da escola. A planta da cidade permite a compreensão e visualização espacial de toda área urbana do município.

Figura 09 – Prancha 04: Área urbana do município de Goianira



PRANCHA

04

No Brasil, as áreas urbanas concentram o correspondente a 81% da população total do País.

A área urbana de um Município possui características próprias de edificações e de diversos equipamentos que se destinam a funções básicas, como: habitação, trabalho, circulação e lazer. O espaço urbano ou as cidades são espaços construídos pelos próprios cidadãos e é direito e dever de toda a população respeitar a cidade e verificar a administração dos municípios para melhorias nas condições de vida e pelo direito à cidade.

Para isso no Brasil, para que um Município possua área urbana (segundo a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) é preciso que o poder público local apresente melhoras na infraestrutura em pelo menos dois dos incisos seguintes:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II – abastecimento de água;
III – sistema de esgotos sanitários;
IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do local considerado.

Sobre o processo de urbanização em Goianira observe a tabela abaixo:

Ano	População Urbana
1980	4.721
1991	10.135
2000	18.064
2010	33.451

Fonte: IMB/Seplan 2014

No gráfico observamos o quanto a população urbana de Goianira aumentou no últimos 30 anos. Esse aumento é resultado do processo de urbanização que aconteceu em todo o mundo. A população urbana tem grande acréscimo em relação a população rural que tem caído. Leia os quadros abaixo:

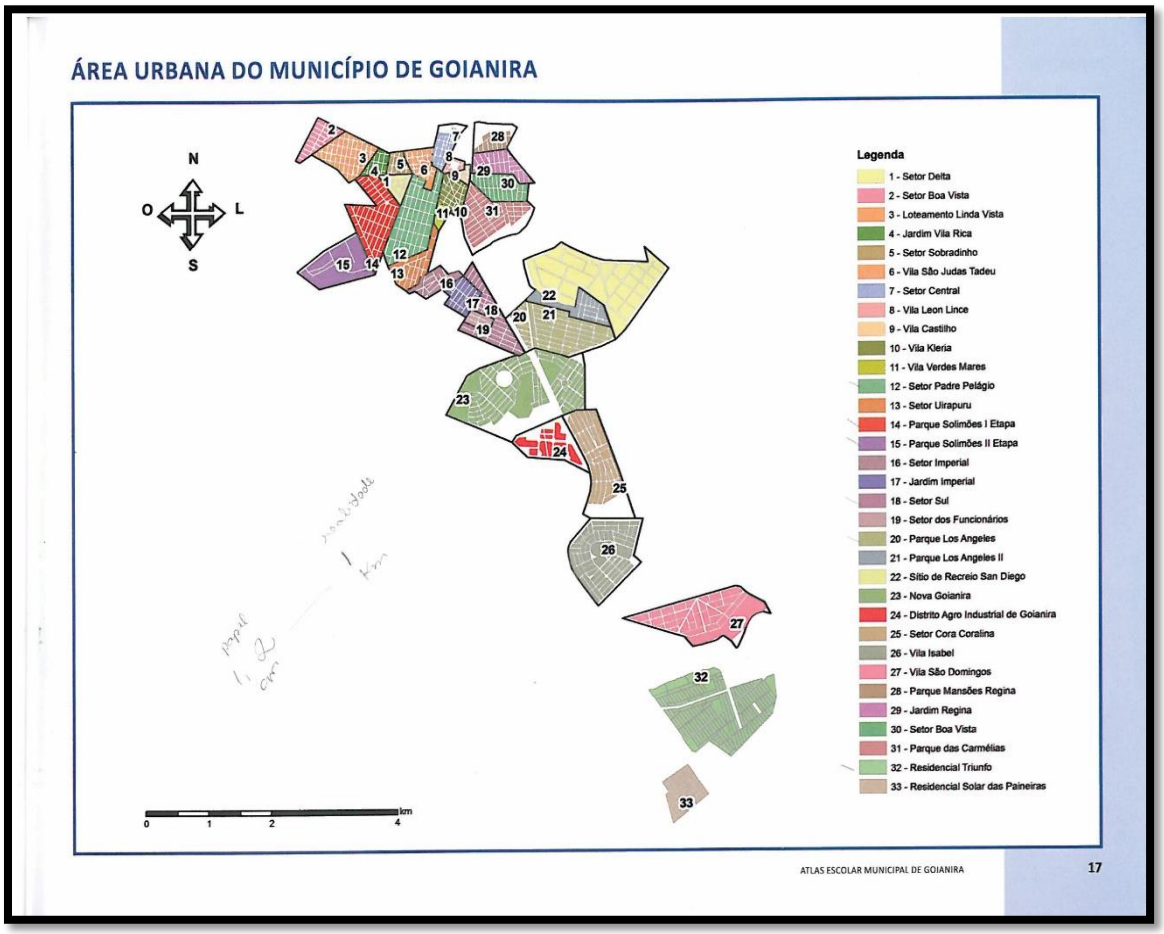
ÊXODO RURAL: *É o processo de saída do homem do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, sobre tudo de trabalho, moradia, saúde e educação. Esse processo intensificou-se na década de 1980, por conta da melhoria nas técnicas agrícolas e piora nas condições de trabalho do homem do campo.*

URBANIZAÇÃO: *É um processo resultante do aumento da população das cidades ou do espaço urbano. A população urbana passa a superar a população nas áreas rurais. O processo de urbanização inicia a maior valorização das infraestruturas urbanas.*

Vamos pesquisar? Em sua casa, com seus familiares, faça uma pequena entrevista e registre no seu caderno, onde seus pais nasceram, se eles migraram do campo para a cidade e qual a motivação da mudança.

16

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA



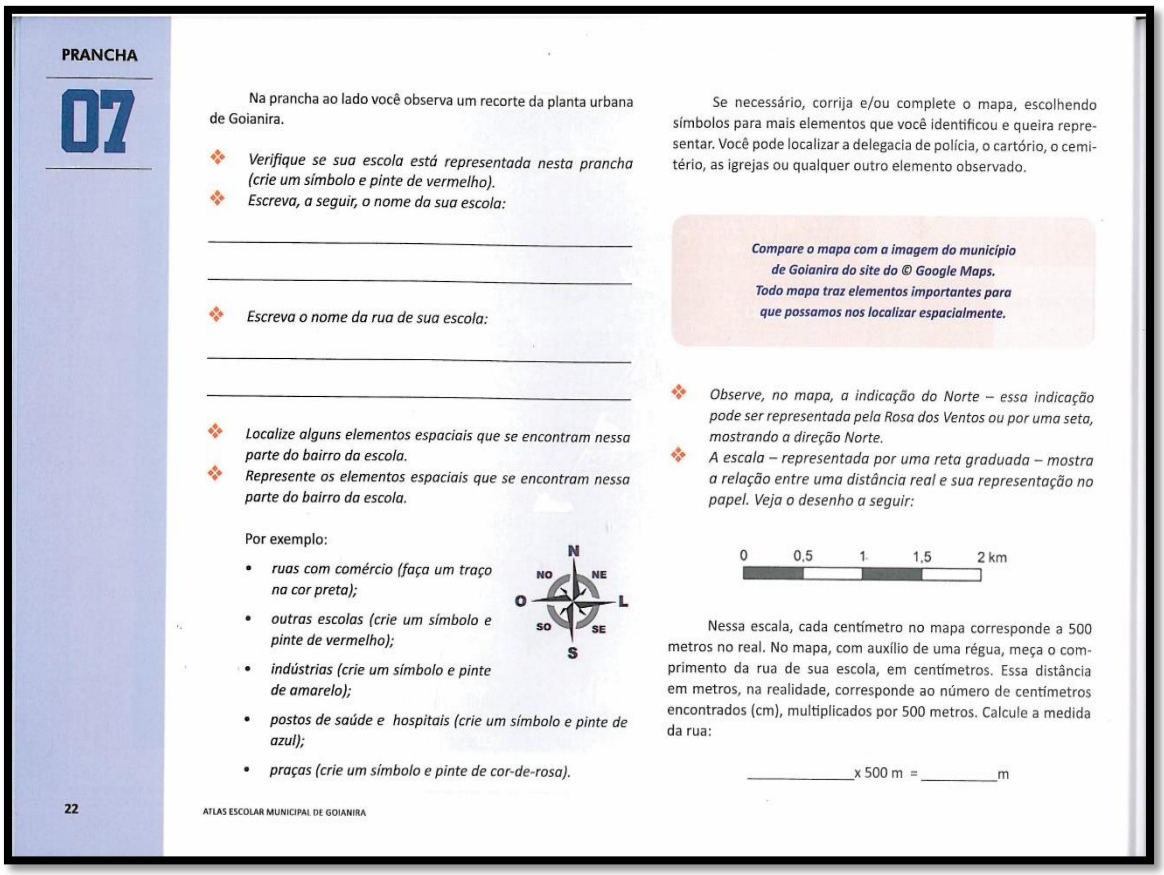
ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA 17

Fonte: BUENO (2015)

O conhecimento é construído a partir das significações dadas pelo aluno ao reconhecer os aspectos do seu espaço vivido. Estes aspectos estão e podem ser retratados na prancha como, entre outros, o crescimento urbano e rural, habitação, transporte e migração. A linguagem cartográfica faz a mediação da representação deste espaço. Assim, a tabela e o gráfico apresentam dados sobre o processo de urbanização de Goianira e na planta da cidade, a espacialização dos bairros.

A prancha 07 – "Bairros do município de Goianira – 1", a prancha 08 – "Bairros do município de Goianira – 2" e a prancha 09 – "Bairros do município de Goianira – 3" (Figura 10), apresentam recortes espaciais da área urbana do município de Goianira, divididos em três partes. Esta visualização é dividida em três plantas, uma em cada página. Consequentemente, o aluno pode, em maior escala, melhor observar e identificar o bairro da escola em que se encontra.

Figura 10 – Pranchas 07, 08, 09: Bairros do município de Goianira



PRANCHA

07

Na prancha ao lado você observa um recorte da planta urbana de Goianira.

- *Verifique se sua escola está representada nesta prancha (crie um símbolo e pinte de vermelho).*
- *Escreva, a seguir, o nome da sua escola:*

_____

_____

- *Escreva o nome da rua de sua escola:*

_____

_____

- *Localize alguns elementos espaciais que se encontram nessa parte do bairro da escola.*
- *Represente os elementos espaciais que se encontram nessa parte do bairro da escola.*

Por exemplo:

- *ruas com comércio (faça um traço na cor preta);*
- *outras escolas (crie um símbolo e pinte de vermelho);*
- *indústrias (crie um símbolo e pinte de amarelo);*
- *postos de saúde e hospitais (crie um símbolo e pinte de azul);*
- *praças (crie um símbolo e pinte de cor-de-rosa).*

N NO NE O L SO SE S

Se necessário, corrija e/ou complete o mapa, escolhendo símbolos para mais elementos que você identificou e queira representar. Você pode localizar a delegacia de polícia, o cartório, o cemitério, as igrejas ou qualquer outro elemento observado.

Compare o mapa com a imagem do município de Goianira do site do © Google Maps. Todo mapa traz elementos importantes para que possamos nos localizar espacialmente.

- *Observe, no mapa, a indicação do Norte – essa indicação pode ser representada pela Rosa dos Ventos ou por uma seta, mostrando a direção Norte.*
- *A escala – representada por uma reta graduada – mostra a relação entre uma distância real e sua representação no papel. Veja o desenho a seguir:*

0 0,5 1 1,5 2 km

Nessa escala, cada centímetro no mapa corresponde a 500 metros no real. No mapa, com auxílio de uma régua, meça o comprimento da rua de sua escola, em centímetros. Essa distância em metros, na realidade, corresponde ao número de centímetros encontrados (cm), multiplicados por 500 metros. Calcule a medida da rua:

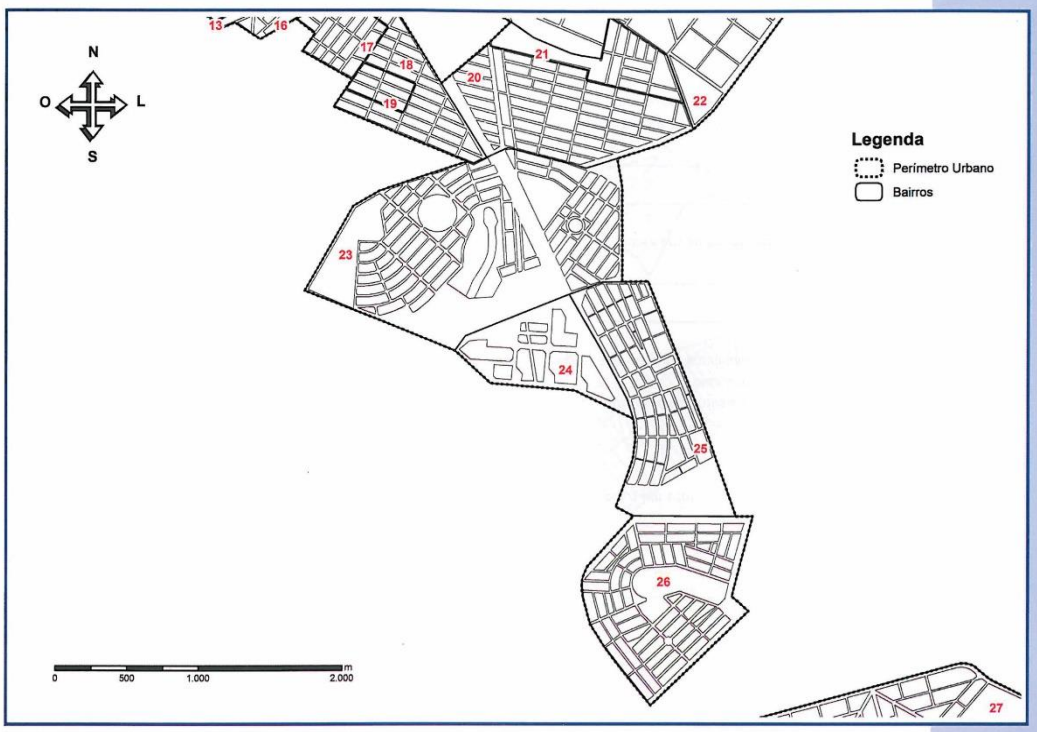
_____ x 500 m = _____ m

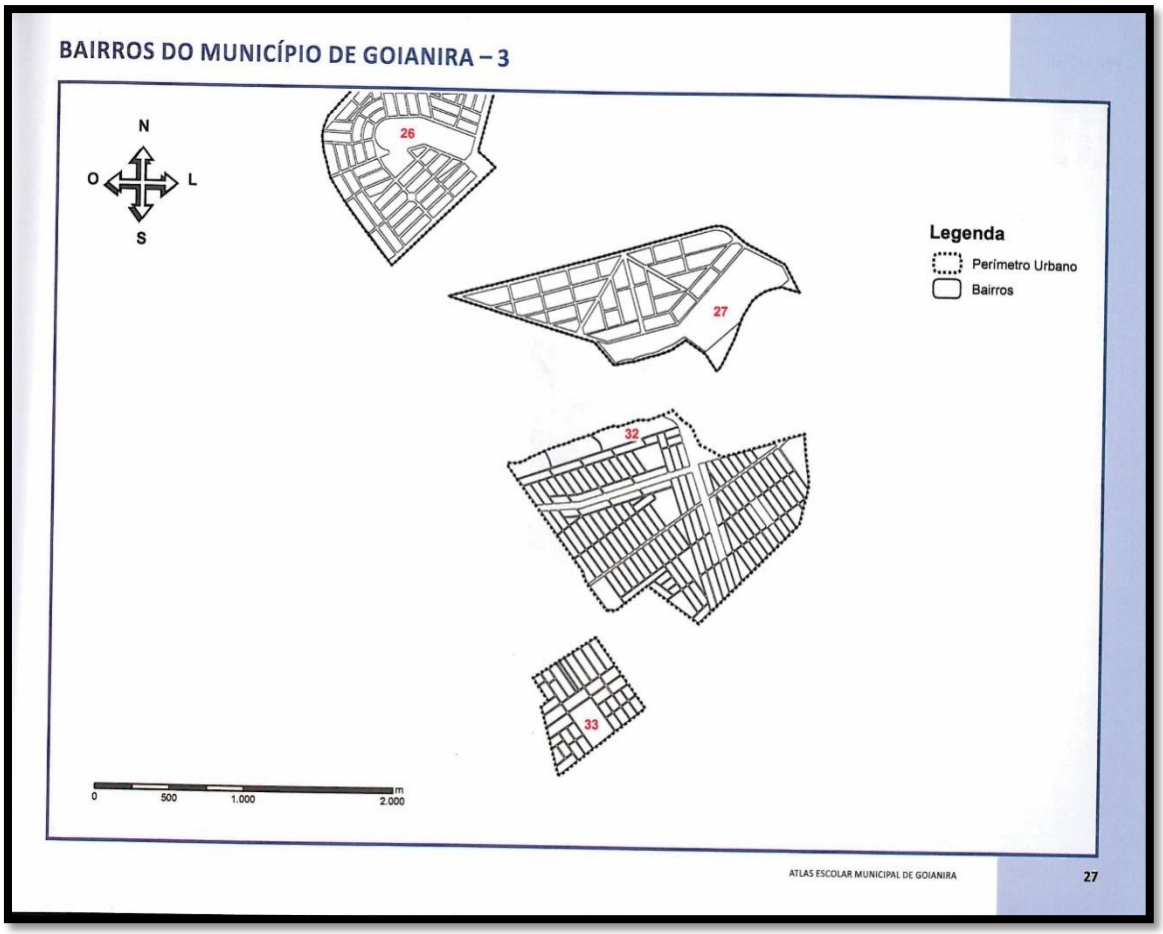
22

ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA

BAIRROS DO MUNICÍPIO DE GOIANIRA – 1

BAIRROS DO MUNICÍPIO DE GOIANIRA – 2





Fonte: BUENO (2015)

Tais pranchas também contemplam o Direitos de Aprendizagem "Localizar o quarteirão da escola no mapa do município", onde há possibilidade de trabalhar diversas outras temáticas, como distribuição da população e localização do quarteirão em que o aluno mora.

Também tomamos como exemplo de diálogo entre o Programa de Reorganização Curricular de Goianira e a proposta didático-pedagógica do atlas a abordagem dada sobre o tempo e clima de Goianira nas pranchas 12 – "Tempo que faz", 13 – "Representação gráfica do tempo" e 14 – "Clima na região de Goianira". A temática do Direito de Aprendizagem contemplada consiste em conceituar a diferença entre tempo e clima.

Com o uso do Atlas Escolar Municipal, a aprendizagem torna-se significativa ao passo que o aluno participa da construção do seu conhecimento em relação ao tempo e clima. A diferença entre eles é trabalhada de forma gradual, pelo registro de informações sobre a temperatura do tempo em tabelas e representação em gráficos.

Posteriormente, essas análises vão dar suporte para a compreensão sobre os aspectos climáticos da cidade.

Podemos perceber que são inúmeras as possibilidades de interação da proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira com as políticas curriculares analisadas. Portanto, são recursos que contemplam as propostas curriculares para o estudo do lugar e, através da linguagem cartográfica, enriquecem a construção do conceito de lugar no ensino de Geografia.

Se tratando de recursos para o estudo do lugar, também refletimos sobre os livros didáticos. São materiais que contribuem para o ensino de Geografia, porém o estudo do lugar não é abrangido com especificidade. A maioria dos livros didáticos distribuídos para as escolas não abordam as exigências curriculares das políticas educacionais locais sobre o espaço vivido do aluno. Abordam os objetivos para o ensino de Geografia na representação do espaço em geral, mas não conseguem abranger as particularidades deste mesmo espaço.

2.3. O livro didático e a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira

Dentre os recursos utilizados para o ensino de Geografia, o livro didático ocupa lugar importante e de forte influência. É uma ferramenta que auxilia na interlocução entre professor e aluno no processo do ensinar e do aprender. O livro didático pode ser também, segundo Callai (2015) e Castellar (2010), para as famílias e alunos das populações mais carentes, um fator de democratização, uma vez que pode ser o único livro ao qual eles têm acesso.

Muitas vezes ele também assume papel definidor do que deve ser abordado nos conteúdos, e assim, com base nele, são apontados e apresentados os conteúdos e todo o conjunto de encaminhamentos que servem de referência ao ensino a ser realizado em cada ano escolar (CALLAI, 2015). Muitas vezes, o livro didático é utilizado como um currículo formal a ser cumprido.

Com tal importância, para organizar a escolha e distribuição do livro didático, o Governo Federal criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consiste em uma política pública para distribuição destes recursos aos alunos da rede pública de ensino por todo o país. Estes livros são avaliados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, por sua vez, publica o Guia de Livros Didáticos com as coleções aprovadas,

para que as escolas e os professores possam escolher as obras que se encaixam em seus projetos pedagógicos.

Apesar da existência do PNLD, que objetiva subsidiar o trabalho pedagógico dos professores e alunos da Educação Básica, o estudo do lugar não é abrangido com especificidade, pois a maioria dos livros didáticos distribuídos para as escolas não abordam as exigências curriculares das políticas educacionais locais.

Abordam, assim, os objetivos para o ensino de Geografia na representação do espaço geográfico em escala mais ampla, como o contexto histórico-cultural, econômico e social do país, das regiões brasileiras e até mesmo dos estados, mas não conseguindo abranger as particularidades do espaço local, do município de cada aluno. Em muitos casos o município é abordado, mas com realidades que não são do cotidiano do aluno. São usados textos, dados e informações de municípios mais conhecidos no país, tendo a valorização e hegemonia de alguns lugares em detrimento a outros.

Tomam como referência espacial localidades "mais conhecidas" para representar todas as localidades do país. É o que observa Gonçalves (2011) ao se referir à ausência de conteúdos da localidade nos recursos didáticos da escola. A autora relata que a escala abrangida no mercado editorial compreende a escala do país e, por isso, "não atende a particularidades e anseios dos diferentes lugares e gentes no território nacional". Assim:

> Talvez isso se dê porque uma vez que precisam ser avaliados e distribuídos/comprados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), para atender todo território brasileiro, os livros didáticos não podem atender ao estudo das particularidades de um lugar; ou seja, não podem ater-se a lugar nenhum. Assim acabamos por encontrar nesses livros menções às capitais dos estados, a capitais regionais e, principalmente, às metrópoles, ou menções conceituais abstratas e generalizantes da categoria lugar, em alguns exercícios, por exemplo (GONÇALVES, 2011, p. 152).

No processo de elaboração dos livros didáticos, os conteúdos são referenciados nos PCN. Na escolha dos temas ou conteúdos a serem abordados, em alguns momentos pode ser impossível abarcar todas as informações que se queira incluir no livro. Em muitos casos, há necessidade de recortes temáticos que desfavorecem as abordagens do lugar vivido do cotidiano do aluno.

Para a aquisição destes livros didáticos, Sposito (2006) esclarece que o Estado, com recursos públicos, adquire milhões de livros didáticos que, por sinal, representam mais de 60% do mercado editorial do Brasil. A distribuição é gratuita para a rede oficial do ensino básico e deve aferir à qualidade do produto que compra. O Governo é o principal consumidor de livros didáticos e tem o papel de estabelecer, em colaboração

com os estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Básica, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum, conforme exposto na LDB (BRASIL, 1996).

Para a escolha do livro didático de Geografia, o professor tem que fazer uma série de seleções e observações, onde a sua formação e a sua experiência são de grande valia. Segundo Tavares e Cunha (2011), o docente deve escolher livros que motivem a criatividade, que sejam fieis às afirmações, que tenham uma correta representação cartográfica enfocando o espaço como uma totalidade, mas que não deixem de valorizar a realidade mais próxima dos alunos.

Neste contexto, dentre os conceitos geográficos mais trabalhados nos livros didáticos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o conceito de lugar ganha destaque. Conforme Callai (2014, p. 35), deve-se valorizar "este conceito nos anos iniciais, ainda pelos resquícios de práticas adotadas no processo de alfabetização, que centra no 'eu' os temas de estudos e também o início do aprender a ler e escrever".

A autora argumenta, neste contexto, que a discussão e o uso do conceito de lugar nos livros didáticos, entretanto, "pouco incorpora os avanços teóricos e metodológicos referentes às categorias conceituais da ciência geográfica". Assim, fica centrado em estudar aquilo que está mais próximo do aluno, a sua vida cotidiana, mas correndo o risco de se estabelecer uma fragilidade teórica, "levando à recorrência do senso comum como base para o conteúdo geográfico escolar" (2014, p. 35).

Acreditamos que esta fragilidade se explique pela não construção do conceito de lugar a partir da realidade vivida e particular do aluno. Os livros didáticos apresentam os conteúdos de forma generalizada, ao modo que se encaixem ou que se aproximem da realidade do aluno, mas não se trata da rua, do bairro ou do município que ele vive, mas de lugares que ele, na maioria das vezes, não conhece.

Neste sentido, Leite (2015) esclarece que

> O conceito de lugar é aquele que permite uma compreensão acerca dos processos que produzem o espaço em escala mundial, por meio das referências concretas da vida cotidiana. É, por conseguinte, conhecido, vivido, concreto. Considerando-se que a vida das pessoas se concretiza, fundamentalmente, nos lugares de moradia e trabalho e que esses são parte do território [...] (LEITE, 2015, p. 96).

No trabalho pedagógico, o professor precisa fazer uma adequação dos conteúdos e temas, sem imagens, dados e mapas do lugar vivenciado pelo aluno, não contribuindo na compreensão da própria espacialidade para assim desenvolver o raciocínio espacial.

O professor precisa, então, mediar os conteúdos dos livros didáticos, tomando como base o espaço local em que o aluno vive. Porém, essa mediação nem sempre é efetuada no sentido de estabelecerem o reconhecimento e valorização de seu próprio município. Portanto, a formação inicial e continuada do professor, que é um dos assuntos tratados no próximo capítulo deste trabalho, influencia neste processo de mediação.

A autora Callai (2014) ainda observa que,

> nos livros didáticos, ao trabalhar com o conceito de lugar, há intenção de desenvolver noção de identidade, localização, lateralidade, direção, cultura, tempo, organização espacial, simultaneidade, mudança, transformação, trabalho, paisagem, área, distâncias. Bem como a intenção de se desenvolver habilidades de observação, registro, comparação, classificação, seriação, organização e análise (CALLAI, 2014, p. 35).

Porém, como já mencionado, estas noções e habilidades, que são importantes para o ensino de Geografia, são trabalhadas com uma realidade distante da vivida pelos alunos no cotidiano. Concordamos com Leite (2015) que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os conteúdos de Geografia tendem a considerar o espaço numa perspectiva crescente, partindo de temáticas estruturadas do mais próximo para o mais distante da criança.

> Assim, a criança vai estudando sua família, sua casa, sua escola, sua vizinhança, seu bairro, sua cidade, seu bairro, sua região, seu país até dispor de elementos que lhe permitam compreender outras realidades, a partir do seu próprio lugar. Nessa ótica, o lugar se constitui uma categoria de análise do espaço geográfico, adequado ao processo de escolarização, uma vez que **as vivências da criança e de seu grupo social são base dos próprios conteúdos a serem analisados**. Desse modo, estabelece-se uma oportunidade de conhecimento e reflexão sobre a realidade a partir do indivíduo. Em consequência, pode-se valorizar o que é particular, específico e singular para a criança e reafirmar seus valores, suas histórias de vida, sua história familiar, seu grupo social e sua cultura (LEITE, 2015, p. 93, grifo nosso).

Neste sentido, Cavalcanti acrescenta que "não significa trabalhar o espaço vivido restrito aos seus limites empíricos, pois o lugar sintetiza de uma maneira específica o mundo, expressa relações mais gerais, mais globais, em sua complexidade e em suas contradições" (2011, p. 6). Assim, a construção do conceito de lugar possibilita uma análise da sociedade em que o indivíduo está inserido, tornando o aprendizado mais significativo.

No entanto, também refletimos com as indagações de Leite: "tal situação, porém, ocorre no contexto das práticas pedagógicas em Geografia? Estão presentes no

livro didático? Como isso acontece no dia a dia de uma sala de aula? Os professores estão preparados para isso?" (2015, p. 93).

Baseada em sua pesquisa sobre a prática pedagógica dos professores dos anos iniciais de algumas escolas do Distrito Federal (DF) ao ensinar Geografia (LEITE, 2015), a autora conclui que a prática pedagógica continua pautada pelo livro didático e ainda aponta que a abordagem dos conteúdos se apresentaram em estrutura de uma Geografia idiográfica, como memorização de nomes de cidades e inserção de métodos de "ensino contemporâneos e de conteúdos críticos, a exemplo da utilização de reportagens de jornais como ponto de partida para a discussão de assuntos que reportam, direta ou indiretamente, ao cotidiano das crianças" (LEITE, 2015, p. 94).

Concordamos com Castellar e Vilhena (2010) que é essencial trabalhar com o livro didático correlacionando-o com a vida cotidiana do aluno, mas utilizando-o como um meio e não como um fim. No entanto, observa-se que há deficiência de materiais didáticos e pedagógicos no ambiente escolar, em especial no Ensino Fundamental I, que abordem e conceituem o lugar do cotidiano do aluno. Há insuficiência de instrumentos que subsidiem essa prática pedagógica, que permitam a mediação do ensino do lugar para que o aluno compreenda e analise o lugar onde ele vive, o seu próprio município.

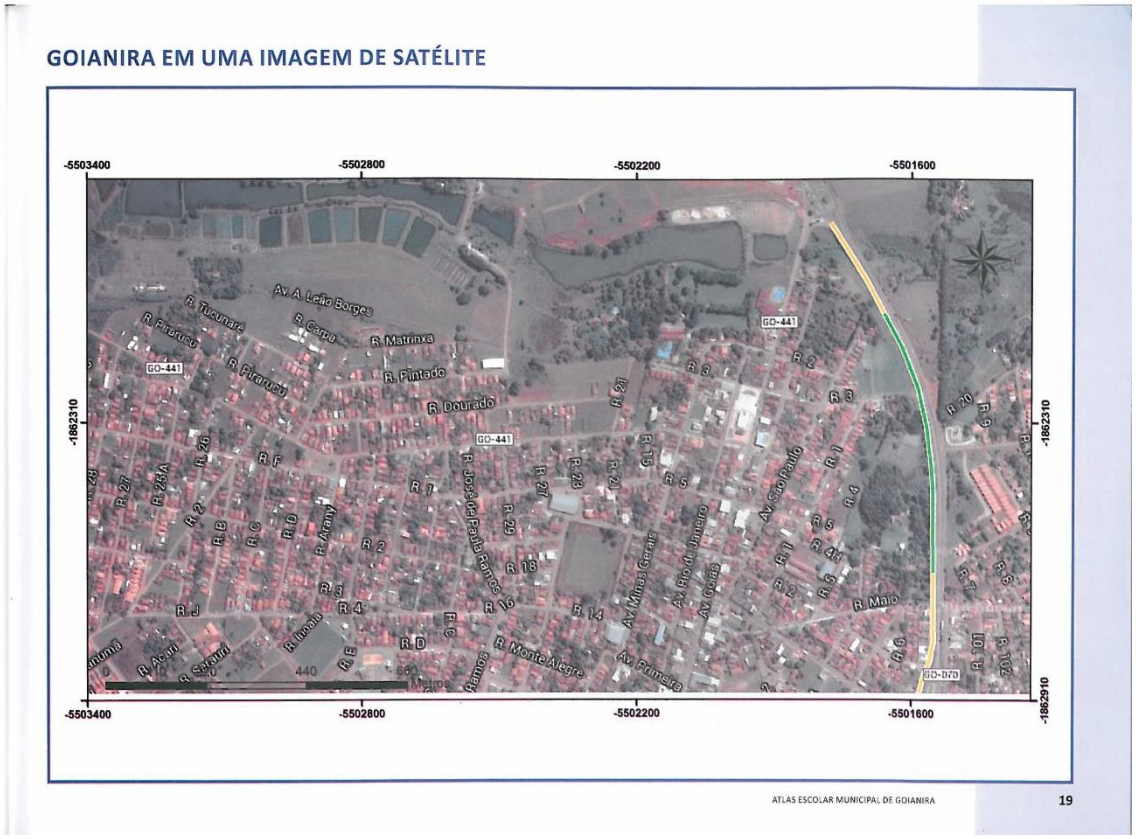
Em conformidade com Silva (2014), em uma pesquisa realizada por Silva e Bueno (2011), pontuamos a "falta de materiais didáticos disponíveis para o estudo da localidade: município, bairro, rua, bem como a dificuldade dos professores em criar materiais alternativos que abordem o lugar, seja por falta de tempo e/ou conhecimentos específicos" (2011, p. 28).

A autora ainda argumenta que "a não utilização de mapas, imagens, cartas ou quaisquer outros produtos cartográficos, prejudica a abordagem da localidade no ensino de Geografia das séries iniciais". Portanto, a construção do conceito de lugar por meio da leitura cartográfica contribui, entre outros aspectos, "para pensar o mundo, provocar comparações, abstrações, generalizações, análises e sínteses" (SILVA, 2014, p. 28).

Neste contexto, Bueno (2010) esclarece que os alunos devem construir o conhecimento sobre a linguagem cartográfica em dois sentidos distintos: por um lado, como leitores das informações expressas por ela (linguagem), por meio da Alfabetização Cartográfica, e por outro, como sujeitos que representam, transformam, constroem e codificam o espaço no qual estão inseridos.

O Atlas Escolar Municipal de Goianira, com seus recursos didáticos e metodológicos e se utilizando da linguagem cartográfica, facilita a leitura e representação dos fenômenos geográficos do município, contribuindo na Alfabetização Cartográfica do aluno, auxiliando no saber pensar e compreender o lugar por meio de mapas, gráficos e tabelas. Uma das noções básicas para a leitura de mapas, como a legenda, são trabalhadas no Atlas de Goianira quando, por exemplo, se propõe ao aluno desenhar em folha de papel vegetal sobreposta a uma imagem de satélite de Goianira os elementos da cidade que ele identificar (Figura 11).

Figura 11 – Parte da prancha 05: Goianira em uma imagem de satélite



Fonte: BUENO (2015)

Tais elementos podem ser ruas, rodovias, lagos, indústrias, entre outros. São elementos que remetem a significados para o aluno, pois se tratam do seu próprio espaço de vivência. Para representar e desenhar cada elemento, uma cor deve ser escolhida como na figura 12.

Figura 12 – Seleção dos elementos através de cores

Cor escolhida	Elemento espacial
	Rodovia GO-070
	Rua com comércio
	Prefeitura Municipal
	Clube
	Igreja Matriz
	Lago
	Feira Coberta
	Outros

Fonte: BUENO (2015)

Assim, o aluno começa a construir sua própria legenda, utilizando a linguagem cartográfica, mapeando sua própria realidade. Apesar de reconhecido como importante para a formação cidadã dos alunos, o estudo do lugar como espaço vivenciado pelo aluno e a Alfabetização Cartográfica ainda não são abordados pelos livros didáticos de forma significativa. Os atlas escolares municipais complementam as lacunas deixadas pelos livros didáticos, que, por sua vez, são instrumentos de auxílio importantes para a prática do trabalho do professor e para o aprendizado do aluno.

Nesse sentido, o Atlas Escolar Municipal de Goianira foi elaborado para que o aluno consiga entender a Geografia do espaço local e também para propor condições para que ele compreenda, pela linguagem cartográfica, a representação do seu espaço de vivência. Neste caso, contribui para a compreensão das transformações na organização do espaço local, o que possibilita um aprendizado mais interativo na construção do conceito de lugar. Assim, também contribui no processo de formação da cidadania, pois são, neste contexto e conforme Bueno (2010), reconhecidos como sujeitos participativos na sociedade a que pertencem, representam, transformam, constroem e codificam o espaço ao qual estão inseridos.

Para Lima (2000), os livros apresentam “pinceladas” que retratam “uma visão homogênea, que não contempla o mundo das diversidades”. Assim, se reforça a importância de, no ambiente escolar, utilizar materiais que abordem a localidade, que comtemple as exigências curriculares e que ofereça suporte para o ensino e aprendizagem do espaço vivenciado pelos alunos cotidianamente.

Neste contexto, também se ressalta a prática pedagógica do professor e a sua formação continuada como fator fundamental para que esta prática não seja pautada pelos livros didáticos que, em sua maioria, não oferecem suporte para se efetuar um ensino que tenha o reconhecimento e valorização do lugar de vivência do aluno, do seu próprio município.

CAPÍTULO 3

A UTILIZAÇÃO DO ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A prática profissional do professor no ensino de Geografia deve conduzir o aluno a pensar e agir sobre o espaço geográfico. Isso perpassa pela formação inicial e continuada deste profissional. Para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, um desafio se define. Esses professores são, em sua maioria, pedagogos mediadores de um ou mais componentes curriculares, tendo a responsabilidade de auxiliar o aluno-aprendiz na compreensão e reconhecimento enquanto sujeito social capaz de pensar e agir com conhecimentos sobre a sua realidade.

Mesmo que ainda tenham uma formação teórica inicial para a prática de ensino, na maioria das vezes não tiveram relação com o conhecimento apropriado e necessário nas disciplinas específicas, fato que torna o ensino de Geografia pautado pelo uso incorreto de recursos como o livro didático.

Neste capítulo refletimos sobre a prática de ensino do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental e abordamos os atlas escolares municipais também como proposta para formação continuada. Não supre todas as lacunas da formação inicial do professor, mas a proposta deste material como instrumento de política educacional, onde os municípios possam tomar para si esta responsabilidade, pode contribuir também para esta formação.

3.1. Atlas Escolares Municipais e a prática dos professores para o ensino de Geografia

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor, enquanto educador mediador de um ou mais componentes de aprendizagem, tem a responsabilidade de auxiliar o aluno a se reconhecer como sujeito social capaz de pensar e agir sobre sua realidade. Nesta fase escolar, o ensino de Geografia tem como objetivo trabalhar o espaço vivido, compreendendo os espaços mais próximos da realidade do aluno. Estes espaços se concretizam no município, na cidade, no bairro, na escola, na casa, entre outros espaços que pertencem ao cotidiano do mesmo.

Neste estudo, os conteúdos devem ser trabalhados numa perspectiva de formação para a cidadania, tendo por base as categorias de análise da Geografia:

paisagem, espaço, território e lugar (SANTOS, 2004), sendo essas categorias aplicadas à vivência do aluno para que ele aprenda sobre a realidade local.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o professor habilitado para trabalhar com os conteúdos de Geografia são, em sua maioria, pedagogos. Um perfil de profissional que forma e é formado para discutir inúmeros conhecimentos, sendo a Geografia uma das ciências convidadas para o ensino e aprendizagem do conhecimento socialmente construído ao longo do desenvolvimento da história. Esse professor é um dos responsáveis pela formação do sujeito social que vive em comunidade.

Mas grande parte destes professores possuem dificuldades em compreender, com maior clareza, os conteúdos de Geografia e, em especial, em utilizar a linguagem cartográfica. Apresentam dificuldades de "entendimento dos conceitos e procedimentos básicos, como diferenciar município de cidade ou de distrito; ou como fazer a leitura e compreensão dos elementos cartográficos, a exemplo da escala, da legenda das noções de orientação, etc." (BORBA; OLIVEIRA, 2012, p. 120). Portanto, as bases teórico-metodológicas são essenciais para que o professor possa contextualizar os conteúdos das disciplinas que trabalham. Assim, a formação inicial e continuada do professor é de extrema importância para o seu trabalho pedagógico.

Neste contexto, Miranda (2012) argumenta que "a origem deste problema está nos cursos de formação dos professores das séries iniciais. Os currículos desses cursos e a forma como estão estruturados e organizados impõem limitações e dificuldades" (2012, p. 94). Neste contexto, Richter (2004) apontou em sua pesquisa a dificuldade em se formar os professores pedagogos para o ensino da Cartografia Escolar através de mapas cartesianos. Constatou que, muitas vezes, os professores não conseguem compreender o mapa como um recurso de leitura e confirmaram que possuem dificuldade no tratamento com mapas.

> Ao analisar a integração do mapa, como recurso de apoio didático para as aulas, não só de Geografia, percebe-se que este recurso visual é muito importante. [...] Com isto, vê-se que a preocupação não está somente no identificar se o professor sabe ou não trabalhar com o mapa. **Mas, se este profissional possui condições de compreender de que forma o ensino da Cartografia pode contribuir para o processo de ensino-aprendizagem do aluno e desenvolver suas habilidades cognitivas, no que diz respeito às noções espaciais.** Pois, infelizmente, cada vez mais as práticas do não saber, do não conseguir entender, do não compreender [...], estão preenchendo a formação dos educadores (2004, p. 135, grifo nosso).

Essa é uma realidade que ainda existe. Portanto, no geral, a formação inicial e a formação continuada do professor são ações que requerem cuidados, pois ao "formar

educadores formam-se, também, multiplicadores de ideias e ações, significa que a Educação merece um cuidado especial em todos os seus processos de construção" (RICHTER, 2004, p. 136).

Nesse sentido, Goulart (2014) argumenta que, para a compreensão do espaço geográfico, pressupõe o desenvolvimento do olhar espacial, uma especificidade da Geografia, o qual proporciona condições para uma efetiva aprendizagem geográfica, na valorização do movimento, a contextualização e o cotidiano do espaço vivido. Também conduz à compreensão e leitura qualificada do espaço geográfico, que amplia as habilidades e construção de conceitos.

A autora ainda argumenta que as formações continuadas de professores dos anos iniciais estão longe de contemplar a leitura do espaço a partir do olhar espacial. Mesmo que se ofereçam oficinas que valorizem as temáticas geográficas mais especificas, na maioria das vezes as abordagens feitas "vinculam esses conhecimentos a grandes áreas, associando perspectivas mais integradoras, ainda que significativas, para ampliar a compreensão, especialmente quando os envolvidos são os professores" (GOULART, 2014, p. 27).

No entanto, concordamos com Souza e Mota (2014), ao argumentarem que o professor pedagogo se "forma" também no contexto de sua prática profissional, pois a escola é o lugar onde se estabelecem as relações com o conhecimento disciplinar, a correspondência entre as disciplinas escolares e a ciência de referência. Isso ocorre, tendo como base o conjunto dos conhecimentos veiculados no meio escolar, pelo fato de que a cultura, os saberes diversos, as práticas sociais e cotidianas se fazem presente no meio escolar e no ensino de Geografia, o que demanda necessidade de constante formação para compreender esse processo.

> Tal formação é, portanto, um processo de atualização dos novos conceitos sobre a disciplina, sobre o entendimento de como a sociedade se relaciona e se manifesta na escola, das diversas composições culturais da escola, da disponibilidade de recursos técnicos para o ensino, do desenvolvimento da linguagem geográfica, das diversas orientações pedagógicas para a organização da sala de aula, dos processos de aprendizagem por parte do aluno, dentre outros. Tudo isso aponta para a necessidade de uma formação contínua, inclusive no interior das práticas cotidianas na escola e, no caso, no ensino de Geografia (SOUZA; MOTA, 2014, p. 46).

Portanto, a Educação Geográfica requer o esforço de ir além do simples ensinar Geografia, passando pelos conteúdos, buscando fazer com que os alunos consigam construir suas aprendizagens, tornando estes conteúdos mais significativos em suas

vidas. O professor deve pensar em sua relação direta com a aprendizagem e no conhecimento necessário para fazer com que o aluno apreenda os conteúdos e conceitos importantes no processo educativo.

A Cartografia Escolar pode entrar neste contexto como opção metodológica pois, segundo Castellar (2015), ajuda a compreender quaisquer conteúdos geográficos e a relação existente entre eles. “Para compreender um mapa como reprodução do real, é preciso compreender que o mapa representa um tempo e um lugar” (2015, p. 200).

Quanto à prática pedagógica do professor dos anos iniciais, observa-se que muitos têm desenvolvido seus trabalhos pautados nos livros didáticos. Em suas pesquisas, Miranda (2012) observou que muitos professores reproduzem de forma repetitiva os conteúdos destes livros disponíveis na escola sem conseguir problematizar as abordagens dos conteúdos dos manuais ou aplicá-los em atividades de ensino para tratar do espaço real em que vivem aluno e professor. Muitos desses professores com longa experiência e que sempre utilizaram só o livro didático com seus alunos, também não compreendem determinados conteúdos tratados nesses manuais.

> Não é demais lembrar que a escolha do livro didático é feita pelo professor, mas, nesses casos, a abordagem didática e geográfica dos conteúdos nos livros torna-se, sem dúvida um critério prejudicado ou mesmo nulo na análise pelo professor para se fazer a melhor escolha. Os livros didáticos, como produtos voltados para o mercado editorial nacional, não podem atender às necessidades específicas do ensino de Geografia nas séries iniciais que, conforme as orientações curriculares atuais, deve ser centrado no estudo do espaço local, sem se restringir a essa escala de abordagem, para introduzir noções e conceitos básicos da Geografia Escolar que são fundamentais para a continuidade dos estudos nas séries seguintes (MIRANDA, 2012, p. 86, 87).

Argumenta ainda que é para isso que se “exige materiais didáticos específicos para abordar o espaço local, os quais não existem disponíveis para os professores na maioria das escolas e localidades do país”, e tal fato se agrava contando que esses professores “não dispõem de recursos materiais, técnicos e dos conhecimentos teóricos e práticos para a produção destes materiais” (2012, p. 87).

Neste momento reiteramos, assim como o autor, a falta de materiais didáticos específicos para o estudo do lugar, e evidenciamos então os atlas escolares municipais. Como já exposto nos itens anteriores, os atlas escolares municipais trabalham diretamente com o reconhecimento do lugar, da sua dinâmica e o pertencimento da sociedade ao espaço, pois através de suas representações cartográficas se facilita o estudo do espaço local no âmbito escolar.

Portanto, se constituem importantes recursos didáticos para o estudo do espaço vivido cotidianamente pelo aluno, contemplando os conteúdos indicados das prescrições curriculares, auxiliando o trabalho do professor na construção do conceito de lugar pelos alunos. Os atlas escolares municipais integram um conjunto de materiais cartográficos que possibilitam desenvolver atividades significativas para o ensino de conceitos e conteúdos da Geografia, História e Ciências no Ensino Fundamental (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2000, p. 158).

Consideramos que o professor é o precursor no desenvolvimento do conhecimento do aluno para uma aprendizagem significativa. Portanto, fez-se necessário, no desenrolar dos procedimentos metodológicos da pesquisa, refletir sobre a abordagem dada pelo professor e pelo corpo escolar mediante ao uso do Atlas Escolar do Município de Goianira, destinado principalmente aos alunos do 3° e 4° anos do Ensino Fundamental I.

Se os atlas escolares municipais contribuem para o trabalho do professor e o desenvolvimento do conhecimento dos alunos, torna-se importante saber: Qual a postura dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Goianira, ao receberem estes recursos? Qual o tratamento didático que deram para estes recursos? Quais suas considerações sobre o Atlas Escolar Municipal de Goianira como instrumento na construção do conceito de lugar?

Nossa intenção, neste contexto, foi de saber do professor o quanto o uso do atlas estaria contribuindo em sua prática para a construção do conhecimento relacionado ao município nas aulas de Geografia. Mesmo a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira estando em harmonia com as políticas curriculares, como já analisado, se nas aulas de Geografia o professor não der a ressignificação necessária para as temáticas abordadas, toda a proposta pode ser comprometida.

Assim, sob o viés da metodologia da pesquisa participante, empreendemos a análise teórica sobre a construção do conceito de lugar, a análise das políticas curriculares educacionais que regem sobre o ensino de Geografia no Brasil e no estado de Goiás e o acompanhamento do uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira.

O Atlas Escolar Municipal de Goianira foi desenvolvido para os alunos dos anos iniciais dos Ensino Fundamental das escolas deste município, sendo composto por um conjunto inacabado de pranchas temáticas sobre a área urbana e rural do município. Estes atlas foram apresentados e entregues aos professores no segundo semestre de

2015. Neste mesmo semestre, os atlas também foram entregues aos alunos de 2°, 3°, 4° e 5° anos das escolas municipais do Ensino Fundamental I de Goianira.

Para a coleta de dados, a pesquisa teve como procedimento metodológico o estudo e análise bibliográfica das políticas públicas que regulamentam o sistema educacional em Goianira, o qual apresentamos nossas reflexões no segundo capítulo. Contamos também com observação direta, por meio de entrevistas com os professores e diretores das unidades escolares regidas pela Secretaria de Educação de Goianira (GO).

Para as entrevistas, foram realizadas, no período do segundo semestre do ano letivo de 2015, visitas nas oito escolas da Rede Municipal de Ensino de Goianira que ofertam a primeira fase do Ensino Fundamental. Objetivou-se verificar o empenho e a disposição dos diretores, coordenadores e, em especial, dos professores no trabalho com o Atlas Escolar Municipal da cidade, ainda que na fase inicial de utilização dos mesmos.

Assim, estabelecemos o primeiro contato com as escolas, dando início aos encontros para estabelecer o diálogo no que se refere à proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira como material didático-pedagógico que, com suas representações cartográficas, auxiliam na construção do conceito de lugar nas aulas de Geografia.

Importante mencionar que, nestes encontros, buscamos também selecionar as escolas em que, num período posterior a este, pudéssemos dar continuidade às observações. Selecionamos, para este momento, as escolas que demostraram maior receptividade ao uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Em algumas escolas não foi possível falar diretamente com os professores por motivos variados. Em uma destas a diretora optou por não entregar os atlas. Em outras duas escolas os diretores e coordenadores alegaram que os professores tinham usado os atlas por apenas algumas poucas vezes. Sendo assim, a entrevista nestas escolas foi intermediada pelas diretoras ou coordenadoras.

Assim, as questões levantadas (Anexo 1) abordam aspectos que julgamos importantes em relação ao uso do atlas por parte, principalmente, dos professores. No geral, as questões podem ser resumidas em saber do professor o quanto o uso do atlas estava contribuindo para o conhecimento relacionado ao município, do espaço vivido por eles e pelos alunos.

As observações feitas pelos professores, diretores e coordenadores das escolas acompanhadas estão no quadro em anexo (Anexo 3). Nele os entrevistados apontam

suas considerações sobre o uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira. Nota-se que consideram a importância dos atlas escolares de Goianira. Nas declarações como “os professores gostaram do material”, “é um material muito rico em informações sobre a cidade”, “o município ainda não tinha um material que falasse do próprio município” e “excelente material de apoio”, mostram que consideram a importância do material para as aulas de Geografia.

No entanto, nas observações como “lamentam o período em que estes foram entregues para uso nas escolas, pois trabalham com o município no mês de março, no mês de aniversário da cidade”, e em “o atlas municipal não está no Plano Anual da escola”, percebe-se que houve um certo “distanciamento” no uso do atlas nas aulas.

Sabemos que um ano letivo precisa ser planejado com antecedência. As ações pedagógicas e administrativas na escola são programadas no início do ano escolar pelo planejamento anual. Mas nada impede de completar, implementar e incorporar ações que contribuam com as concepções teórico metodológicas dos professores, para que possam contextualizar os seus próprios saberes e instigar a busca pelo conhecimento nos alunos.

Entendemos que os professores têm muitos afazeres e que estes, muitas vezes, ficam sobrecarregados de tarefas da sua profissão. Porém, em argumentações como “tivemos dificuldades em trabalhar com o Atlas de Goianira por causa da Prova Brasil”, percebemos que os professores, pelo menos neste primeiro momento, não abordaram a proposta do atlas como instrumento para o estudo do lugar.

Reconhecemos que o Atlas Escolar Municipal de Goianira não foi apresentado no início do ano letivo de 2015, porém a proposta do material é trabalhar as temáticas prescritas nas políticas curriculares, inclusive no Programa de Reorganização Curricular de Goianira. Portanto, o atlas entra no meio do ano letivo como auxílio para o estudo do lugar, e não como mais temas para serem trabalhados.

Algumas escolas demonstraram maior envolvimento. Nestas, professores relataram que conciliavam o atlas com o plano anual e que a escola desenvolve o projeto anual “Cultura na Cidade”, onde o atlas é um grande colaborador. Em outra escola, alguns professores relataram usar o atlas com maior frequência e o ter incorporado no plano anual da escola. A professora “J”, por exemplo, relatou que é amante da cidade de Goianira e que estava desenvolvendo um projeto sobre a cidade com a culminância em março do ano de 2016.

Percebemos que estes professores conduziram a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira de acordo com seus planejamentos anuais. Neste sentido, o atlas foi usado como instrumento que auxiliou na construção do conhecimento. Observamos que esse auxílio acontece quando os professores relataram que utilizaram o atlas com o planejamento anual e em um projeto anual.

Algumas professoras dos 3° anos acharam o conteúdo do atlas um pouco pesado para seus alunos. Mas nas políticas curriculares do estado de Goiás (Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás), especificamente nos conteúdos apontados como população do bairro, espaço do bairro, conservação dos espaços públicos e privados, trabalho e profissões, orientação, representação, imagens cartográficas, mapas e gráficos, transformação do bairro, recursos naturais, meio ambiente e qualidade de vida, mostram que muitos aspectos do município devem ser abordados no 3° ano.

No Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira, especificamente nos "Direitos de Aprendizagem no Bloco Alfabetização", onde os conteúdos são correspondentes para o 1°, 2° e 3° anos do Ensino Fundamental I, o município também é evidenciado, entre outros aspectos, quando se fala em conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar: os elementos da cultura, as relações afetivas e de identidade com o lugar onde vivem.

Diante das argumentações dos entrevistados, da fundamentação teórica no presente trabalho e também das políticas curriculares em relação ao estudo do lugar, observa-se que, para que haja um trabalho significativo no tratamento pedagógico do espaço local no ambiente escolar, é preciso o envolvimento de todos os responsáveis pela educação em todas as esferas educativas.

O conhecimento geográfico dos professores deve permitir o acesso, pelos alunos, de uma disciplina que possibilite ler o mundo e os espaços vividos. Isso perpassa a construção do currículo e da relação didática. Observar e analisar as ações didáticas do cotidiano do professor no ensino de Geografia, em especial na análise do lugar no caso deste trabalho, traz várias perspectivas para se pensar na proposta do Atlas Escolar Municipal em diálogo com as políticas curriculares, para a construção do conceito de lugar.

3.2. Abordagens da utilização do Atlas Escolar nas escolas municipais de Goianira

Neste item apresentamos e analisamos as entrevistas do segundo semestre de 2016, em que procuramos investigar a proposta formadora do Atlas Escolar Municipal de Goianira, tanto para o professor quanto para o aluno, na construção do conceito de lugar. Essa construção auxilia professor e aluno no pensar geográfico sobre o lugar em que ele vive por meio da linguagem cartográfica, contribuindo no processo de construção da cidadania (pois compreende e participa do espaço em que ele vive) e para um ensino que não seja pautado apenas pelo livro didático, como já discutido no item anterior.

Porém, neste momento as entrevistas se direcionaram unicamente aos professores, pois são estes que contracenam diariamente com os alunos e com os materiais didáticos, neste caso, com o Atlas Escolar Municipal de Goianira. Na ocasião, interrogamos as professoras das Escolas "Melchior Braga Costa" e "Odilon Santos", que se dispuseram a participar da entrevista. Alguns professores e diretores da primeira e da segunda entrevista não coincidem. Nos últimos meses do ano letivo de 2015 houve, nas escolas regidas pela Secretaria de Educação de Goianira, eleições para escolha de novos diretores para o ano letivo de 2016 e 2017.

Assim, consideramos as professoras que permaneceram na escola do ano de 2015 para o ano de 2016 e que, portanto, ainda utilizavam o atlas, mesmo que apenas alguns exemplares, pois não houve reposição do material pela Secretaria de Educação de Goianira. A escolha por estas escolas se justifica pelo fato das mesmas terem tido maior empenho no uso do Atlas Escolar Municipal de Goianira.

Como já esclarecido no segundo capítulo, o atlas aborda as temáticas relacionadas ao estudo do lugar, atendendo às demandas curriculares para o ensino de Geografia do Ensino Fundamental. Está presente nos conteúdos de todos os anos escolares do programa de Reorganização Curricular de Goianira referentes ao ensino de Geografia. Isto de modo especial nos conteúdos para o 4º ano, que trazem maior abordagem para as temáticas espaciais relacionadas ao município e uso da Cartografia como linguagem para o ensino de Geografia.

Nos referimos, em especial, ao programa de Reorganização Curricular de Goianira por ser este o documento curricular que orienta os planejamentos pedagógicos destes professores, o que também não despreza a consulta ao Currículo Referência do

Estado de Goiás, que foi um dos documentos basilares para a construção do referido programa.

Fizemos, então, a análise das respostas das entrevistas levando em consideração a fundamentação teórica abordada no decorrer deste texto. Buscamos, por intermédio das perguntas das entrevistas (Anexo 3), sondar quatro pontos principais: 1º: Uso do atlas em relação aos conteúdos de Geografia e aos das outras disciplinas; 2º: Relação do atlas e do livro didático; 3º: Dificuldades em utilizar o atlas, tanto para o professor como para o aluno; e 4º: Atlas como proposta de instrumento formativo para professor e para o aluno.

Na análise de cada tópico, fizemos as observações e considerações que julgamos importantes em relação ao uso do atlas na construção do conceito de lugar. No quadro 04, identificamos as professoras e os anos que lecionam.

Quadro 04 – Identificação das professoras da entrevista, segundo semestre de 2016

ESCOLA	**PROFESSOR**	**ANO**
Melchior Braga Costa	“M” 1	3º
	“M” 2	3º
	“M” 3	3º
	“M” 4	3º
	“M” 5	4º
	“M” 6	4º
	“M” 7	4º
	“M” 8	5º

	“M” 9	5º
Odilon Santos	“O” 1	3º
	“O” 2	4º
	“O” 3	5º
	“O” 4	5º
	“O” 5	5º

Elaboração: HONDA (2017)

Ao serem interrogadas sobre o uso do atlas em relação aos conteúdos de Geografia e ao das outras disciplinas, o nosso objetivo foi identificar em quais conteúdos as professoras mais trabalharam com os atlas. É através dos conteúdos que se formaliza a construção dos conceitos de lugar.

Boa parte das professoras citaram que houve grande interação com os conteúdos de Geografia trabalhados em sala. A professora “M” 4, do 3º ano, argumentou que achou a linguagem do atlas um pouco difícil para seus alunos, mas que mesmo assim “adaptou” e o utilizou nas aulas de Geografia, Ciências e Língua Portuguesa. Notamos aí os saberes do trabalho de mediação da professora.

Os saberes elaborados pelos professores durante as práticas espaciais cotidianas são, concomitantemente, sociais, pessoais e pragmáticos. Para Santos (2007), os conhecimentos geográficos elaborados pelos professores na experiência com as localidades são importantes, pois a partir das práticas espaciais cotidianas no espaço as pessoas vão adquirindo informações e conhecimentos geográficos.

Esses saberes nos abrem caminhos para falar sobre o processo de ressignificação dado pelas professoras em relação aos temas abordados com as pranchas do atlas. Assim, retomamos as considerações de Souza e Mota (2014), que o professor pedagogo se “forma” também no contexto de sua prática profissional, pois a escola é o lugar onde se estabelecem as relações com o conhecimento disciplinar, a correspondência entre as disciplinas escolares e a ciência de referência. Isso ocorre, tendo como base o conjunto

dos conhecimentos veiculados no meio escolar, pelo fato de que a cultura, os saberes diversos, as práticas sociais e cotidianas se fazem presentes no meio escolar e no ensino de Geografia, o que demanda necessidade de constante formação para compreender esse processo.

Apontamos a proposta do Atlas Escolar Municipal também como instrumento de auxílio para as professoras no trabalho de mediação dos conteúdos, onde possam obter fundamentos assentados na relação teórico-prática. Acreditamos que essa formação leva as professoras a refletirem no ensino, através da relação dos conteúdos prescritos pelas orientações curriculares, dando maior ressignificação a estes conteúdos.

No geral, as professoras não apontaram espontaneamente os conteúdos dos seus planejamentos anuais, bimestrais ou até mesmo dos planos diários. Mas citaram as temáticas como comércio do município, história, população, serviços públicos, localização e escala como as mais trabalhadas.

Notamos que as temáticas físico-naturais foram as menos abordadas. Tais temáticas, como "Diferenciar clima de tempo e relacionar o clima do município às atividades humanas e à sua localização", são indicadas nos Direitos de Aprendizagem do Programa de Reorganização Curricular de Goianira. Assim, percebemos que, para o ensino de Geografia, os aspectos físico-naturais do espaço de vivência do aluno podem estar sendo generalizados ou negligenciados.

Nos indagamos sobre as possíveis causas que justificariam tal acontecimento. Seria por insegurança das professoras em trabalhar tais temáticas? Ou por considerarem que o ensino de Geografia se remete com exclusividade às temáticas políticas e econômicas? Conforme Morais, Camargos e Silva (2014), este fato pode ocorrer pelo pouco domínio que os professores possuem do conteúdo ou de seu significado para a formação cidadã, e pelo calendário apertado durante o ano letivo, deixando essas temáticas para serem trabalhadas em outra oportunidade, o que pode não ocorrer.

Quanto ao uso dos atlas em outras disciplinas, argumentaram que utilizaram também em Ciência, História, Matemática e Língua Portuguesa. Consideramos que compreenderam a proposta do atlas de se trabalhar de forma interdisciplinar. Seu conteúdo é geográfico, mas também possui abordagens histórico e cultural do espaço local, que permite o trabalho interdisciplinar.

A professora "M" 5 foi uma das poucas que citaram que também utilizou o atlas no aniversário da cidade, como muitos professores argumentaram na primeira

entrevista. A proposta do Atlas de Goianira dialoga com os conteúdos apontados pelo programa de Reorganização Curricular de Goianira durante todo o ano letivo. Portanto, possibilita ao professor trabalhar com temáticas físico-naturais e sociais na construção do conceito de lugar por todo o ano letivo. Essas possibilidades foram mostradas no quadro 03, que aborda a relação da proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira com o Programa de Reorganização Curricular de Goianira.

Pontuamos que a proposta dos atlas escolares municipais não é a de suprir ou ser o único recurso didático a ser utilizado nas aulas de Geografia, mas evidenciamos a sua proposta como autêntica para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental I, ao propor o estudo do espaço vivido do aluno, o município que ele vive, que é, para ele, dotado de significado.

Quando interrogadas em quais momentos foi possível utilizar o atlas como aliado do livro didático, argumentaram que essa relação acontecia com frequência nos conteúdos de Geografia e, por vezes, em outras disciplinas, como Matemática "em gráficos, tabelas e escala" e também "nas produções de texto".

Nesta interrogação, percebemos o direcionamento dado pelas professoras para os anos em que lecionam. A professora "O" 1, do 3º ano, relatou que no ano de 2015, ano em que receberam os Atlas de Goianira, utilizou mais o atlas que o próprio livro didático. Consideramos que o atlas escolar municipal não substitui o livro didático, mas retratam os conteúdos do espaço local que os livros didáticos não conseguem abordar, como já argumentado no capítulo anterior. É um importante instrumento para o trabalho do professor e aprendizado do aluno e, muitas vezes, o único material didático disponível. Assim, no segundo ponto da entrevista, objetivamos investigar a relação dada pelo professor ao atlas como auxílio para o livro didático.

Como já esclarecemos, o atlas possui uma proposta interativa e pode ser utilizado em todos os anos iniciais do Ensino Fundamental, em especial a partir do 3º ano. Para isso, é preciso que o professor prepare suas aulas, moldando o conhecimento para a capacidade cognitiva em que seu aluno se encontra.

Quanto às interrogações sobre dificuldades em utilizar o atlas, tanto para o professor como para o aluno, as respostas se direcionaram por dois caminhos. Quanto ao aluno, as professoras dos 4º e 5º anos, em sua maioria, disseram que seus alunos não sentiram dificuldades. Destas professoras, apenas a professora "M" 9 mencionou que seus alunos tiveram dificuldades com o "mapa da cidade". Consideramos este fato

positivo, porém observamos em nossas leituras e em nossas atuações também como professoras, que muitos alunos destes anos escolares apresentam dificuldades em utilizar a Cartografia como linguagem para aprender Geografia.

Estas professoras também relataram não terem tido dificuldades em trabalhar com o atlas, mas quando surgia alguma dificuldade, se orientavam para sanar a mesma. Observamos que houve então o compartilhamento e interação do conhecimento entre as professoras. Julgamos como fator positivo, porém também é comum professores desta fase de ensino, que em sua maioria são pedagogos, apresentarem dificuldades de "entendimento dos conceitos e procedimentos básicos, como diferenciar município de cidade ou de distrito; ou como fazer a leitura e compreensão dos elementos cartográficos, a exemplo da escala, da legenda das noções de orientação, etc" (BORBA; OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Acreditamos que a proposta do Atlas Escolar Municipal de Goianira poderia ter sido melhor aproveitada. Em algumas falas das professoras, notamos divergências em relação às dificuldades no trabalho com o atlas. As professoras dos 3º anos, como já demonstrado neste texto, se queixaram de dificuldades para trabalhar com os aspectos cartográficos. Dificuldades que também são dos alunos. Nesta interrogação nos chamou a atenção o argumento da professora "O" 1, do 3º ano, que considerou o "material difícil e em alguns pontos complexo". Em sua fala, argumentou que "não tem exemplos para trabalhar os pontos cardeais e as atividades são muito objetivas. É muita interpretação para este ano escolar e portanto deveria ser mais lúdico".

Notamos que, talvez, a observação feita pela professora, da falta de exemplo para se trabalhar com os pontos cardeais, advenha de sua formação, seja inicial ou continuada, como em grande parte das queixas de professores pedagogos, como analisado no item anterior. Nesta prancha, é possível identificar claramente, pelo mapa e pelo enunciado, as direções dos municípios que são limítrofes de Goianira.

Portanto, por último interrogamos sobre o Atlas Escolar Municipal de Goianira como proposta de instrumento formativo para o professor e para o aluno. Nossa intenção se direcionou ao reconhecimento dado pelo professor sobre o potencial formador dos atlas escolares municipais para o seu trabalho e para o aprendizado do aluno. Pelas respostas, percebemos que reconhecem o potencial do atlas como um instrumento que auxilia e envolve professor e aluno na busca pelo conhecimento, no

reconhecimento e compreensão do espaço por eles vivido e que, consequentemente, conduz à prática da cidadania.

Mencionamos também sobre a proposta do atlas como contribuinte para a formação continuada do professor, e nas possibilidades de participação do professor na atualização deste atlas. A fala das professoras “M” 6 e “M” 1 confirmam tal fato quando as mesmas argumentam que “a formação do professor é contínua, pois ele é um constante pesquisador” e que “o professor se sente mais motivado e direcionado para utilizar o material que participou na produção”.

Tal participação abre também caminhos para o fortalecimento do vínculo entre universidade e meio escolar, pois, como argumenta Miranda (2012), o professor pedagogo “não dispõe de recursos materiais, técnicos e dos conhecimentos teóricos e práticos para a produção destes materiais” (2012, p. 87). Porém, se dispõe aos estudos para confeccionar estes materiais, contribuindo para sua formação.

Sobre a proposta do atlas na formação continuada do professor, observamos a busca do conhecimento teórico. Ao se direcionarem à participação do professor na atualização do atlas, obtivemos argumentos que mostram a aptidão das docentes na busca pela constante formação:

> “O professor pode contribuir na atualização do material. Acho que deveria envolver mais a história do município” (“M” 4, 3º ano);
> “A autora vir nas escolas também motiva aos alunos no desenvolvimento da redação” (“M” 8, 5º ano);
> “Estudamos e sociabilizamos o conhecimento. A troca de ideias melhora as aulas” (“O” 2, 4º ano);
> “O professor precisa estudar mais para conhecer e até adaptar vários conteúdos” (“O” 4, 5º ano).

As bases teórico-metodológicas são essenciais para que o professor possa contextualizar os conteúdos das disciplinas que trabalham. Notamos, pelas entrevistas, que os professores reconhecem o potencial do Atlas Escolar Municipal para o enriquecimento de seus trabalhos e no aprendizado dos alunos, referente à construção do conceito de lugar no ensino de Geografia.

As possíveis dificuldades que estes professores enfrentam em suas práticas docentes podem ser supridas na formação continuada, e estes se demostram aptos a buscar o aprimoramento de seus conhecimentos teóricos para uma prática pedagógica que forme cidadãos conhecedores no espaço em que vivem e, portanto, conscientes da atuação da sociedade neste meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise da proposta didático-pedagógica do Atlas Escolar Municipal em diálogo com as políticas curriculares, foi possível verificar as contribuições destes materiais para o estudo do lugar e para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental I. A Cartografia Escolar, e consequentemente a Alfabetização Cartográfica, foi apontada como linguagem para se trabalhar as representações do espaço geográfico nestes anos escolares.

Ficou evidente, pelas políticas curriculares analisadas, que o conceito de lugar deve ser trabalhado nas aulas de Geografia e que este ensino deve ser dotado de significados pelo aluno. Neste contexto, os Atlas Escolares Municipais constituem relevantes recursos didático-pedagógicos, tanto para o professor como para o aluno, na representação dos fenômenos geográficos.

Através deles o estudo do lugar fica mediado por um material que apresenta informações deste próprio lugar, em forma de textos, fotografias, tabelas, gráficos e especialmente em mapas, dando ênfase à construção do conceito de lugar. Não poderíamos, neste contexto, deixar de falarmos dos livros didáticos que, apesar de serem importantes recursos didáticos utilizados na escola, não atendem às particularidades dos espaços cotidianos dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Abordamos os Atlas Escolares Municipais também na prática de ensino do professor. A análise das entrevistas realizadas nas escolas em relação ao uso desse material aponta que os professores reconhecem o potencial do Atlas Escolar Municipal de Goianira para o enriquecimento do seu trabalho e do aprendizado do aluno, o que se refere à construção do conceito de lugar no ensino de Geografia.

No entanto, as possíveis dificuldades que estes professores enfrentam em suas práticas docentes podem ser supridas na formação continuada. Consideramos um ponto positivo os professores terem se demonstrado aptos a buscar o aprimoramento de seus conhecimentos teóricos.

Assim, no decorrer da pesquisa, pontuamos o “potencial formador” dos Atlas Escolares Municipais como material didático que abarca requisitos necessários para o ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos referimos à necessidade do estudo do lugar enquanto um dos conceitos fundamentais para o ensino de Geografia, a integração da Cartografia Escolar como linguagem para leitura e

representação do espaço a que referenciamos e a Alfabetização Cartográfica, que contribui para o desenvolvimento do raciocínio espacial a partir do deslocamento, da localização, das distâncias e da percepção espacial pelo aluno e pelo professor.

Nos referimos também ao diálogo que os Atlas Escolares Municipais mantêm com as políticas educacionais, em especial com as políticas curriculares, que já retratam a importância do estudo do lugar e da Cartografia como linguagem para o ensino de Geografia. Ainda nos referimos a estes materiais didáticos como colaboradores na formação continuada dos professores. Por tudo isto é que os Atlas Escolares Municipais possuem um "potencial formador".

Refletir na construção e/ou atualização deste material junto aos professores faz com que estes busquem ou revisem seus conhecimentos, pois terão mais empenho na utilização do atlas no estudo do lugar, contribuindo com a abordagem do espaço local no ensino de Geografia. O que observamos é que a utilização não adequada da proposta do atlas compromete sua eficácia na construção do conceito de lugar. Acreditamos que a participação do professor na construção ou atualização destes materiais também pode contribuir para a formação teórica dos mesmos, o que consequentemente renova as suas práticas de ensino.

Portanto, apontamos que a proposta dos Atlas Escolares Municipais às políticas públicas educacionais, para a construção e/ou atualização destes materiais, contribui com eficácia para um ensino de Geografia mais significativo, uma formação de alunos/cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade sociocultural de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e com a sociedade, local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. R.; CASTROGIOVANNI, A. C. A cartografia escolar e a cartografia lar. In: III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 3. **Anais...**, Recife, 2010.

ALMEIDA, R. D. Podemos estabelecer Paralelos entre o Ensino da Leitura e Escrita e o Ensino de Mapas? In: **Boletim de Geografia, Departamento de Geografia**. Universidade Estadual de Maringá, ano 17, n. 1. Maringá, 1999, p. 128-133.

ALMEIDA, R. D.; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico:** ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

BORBA, O. F.; OLIVEIRA, I. J. A Geografia para o ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental. In: BENTO, I. P.; OLIVEIRA, K. A. T. (Orgs). **Formação de Professores:** pesquisa e prática pedagógica em Geografia. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2012, p. 119-140.

BOTERF, G. L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 42-62.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum. Brasília**: MEC, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conhecaDisciplina?disciplina=AC_CIH&tipoEn sino=TE_EF. Acesso em: 13/5/2016.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Geografia /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 156, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB, nº 07**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica. Brasília: CNE, 2010ª

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº 04**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica, Brasília: CNE/CEB, 2010b.

_____. **Lei 12.801, de 24 de abril de 2013** – Conversão da Medida Provisória 586, de 2012. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: DOU de 25.4.2013 e retificado em 26.4.2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12801.htm. Acesso em: 13/5/2016.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos PNLD 2011**: Geografia - series finais do ensino fundamental. Brasília: MEC, 2010, 96.

BUENO, Míriam A. **Atlas Escolar Municipal de Goianira**. Goiânia: Ed. Cia Alfa Comunicação, 2015.

_____. **Atlas Escolares Municipais e a possibilidade de formação continuada de professores**: um estudo de caso em Sena Madureira/AC. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. **O estudo do espaço local da Região Metropolitana de Goiânia e sua representação a partir de atlas escolares municipais:** uma proposta de formação para professores do ensino fundamental I. Goiânia, UFG. Projeto Institucional, 2010.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio-ago, 2005. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 22/04/2016.

_____. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (Org.). **Ensino de Geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. A Geografia é ensinada nos anos inicias? Aprende-se Geografia nos anos iniciais? In: CASTROGIOVANI, A. C. (Org). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

_____. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A. (Org.). **Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/ do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTELLAR, S. M. V. A cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: ALMEIDA, R. D. **Novos Rumos da Cartografia Escolar:** currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011, p. 121-135.

_____. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 15/05/2016.

_____. Ensinar Geografia por meio da cartografia escolar: o raciocínio espacial. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A. (Org.). **Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia. Goiânia**: Ed. da PUC-GO, 2015, p. 195-230.

CASTELAR, S. M. V.; VILHENA J. M. Ensino de Geografia. In: CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Coleção ideias em ação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares.** Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-18

GODOY, A. S. **RAE Artigos. Pesquisa qualitativa – Tipos fundamentais.** São Paulo: 1995, p. 20-29.

GOIANIRA. Secretaria Municipal de Educação. **Programa de Reorganização Curricular da Rede Municipal de Educação de Goianira**. Goianira: SME, 2014.

GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 5**. Goiânia, 2011.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo Referência da Rede de Educação do Estado de Goiás**. 380 p. Disponível em: http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/arquivos/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia/Curr%C3%ADculo%20Refer%C3%AAncia%20da%20Rede%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Goi%C3%A1s!.pdf. Acesso em: 10/08/2015.

GOMES, P. C. C. **O lugar do Olhar**: elementos para uma Geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, A. R. O mapa como enunciado: os atlas e as formações enunciativas na educação geográfica. In: CALVACANTI. L. S., BUENO, M. A., SOUZA, V. C. (Orgs.). **Produção do conhecimento e pesquisa no ensino da Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2011, p. 151-163.

GOULART, L. B. Aprendizagem e ensino: uma aproximação necessária à aula de Geografia. In: CASTROGIOVANI, A. C. (Org). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, C. M. C. Considerações sobre o processo de formação dos professores que ensinarão Geografia nos anos iniciais de escolarização. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A. (Orgs.) **Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2015.

LE SANN, J. G. A. Geografia no Ensino Fundamental I: o papel da Cartografia e as novas linguagens. In: CALVACANTI, L. S., BUENO, M. A., SOUZA, V. C. (Orgs.). **Produção do conhecimento e pesquisa no ensino da Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2011, p. 165-176.

LE SANN, J. G.; ALMEIDA, R. D. **Cartografia na escola**: Atlas escolares. Disponível em: http://tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ce/tetxt4.htm. Acesso em: 10/02/ 2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **A educação Escolar**: politicas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, Coleção Docência em Formação, 2003.

LIMA, I. S. **Ensino de História Local e Currículo:** ideias, dizeres e práticas no fazer educativo escolar. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____ . As Cartografias e os Atlas Geográficos Escolares. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 251-260, out. 2011a. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/view/160/RAET14. Acesso em: 02/07/2016.

_____. Dos mapas analíticos aos mapas de síntese nos atlas geográficos escolares: a passagem de um raciocínio para outro. In: VII COLÓQUIO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇAS E ESCOLARES, **Anais...**, Vitória (ES), 2011b.

MIRANDA, S. L. O ensino de Geografia e os professores dos anos iniciais da escola fundamental: currículo, teoria e prática na formação e no trabalho docente. In: BENTO, I. P.; OLIVEIRA, K. A. T. (Orgs.). **Formação de Professores**: pesquisa e prática pedagógica em Geografia. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2012, p. 79-103.

MORAIS, E. M. B.; CAMARGOS, G. O. L; SILVA, T. O. A potencialidade do fascículo Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Goiânia para a formação continuada de professores de Geografia. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. (Orgs.). **Ensino de Geografia e metrópole**. Goiânia: América, 2014, p. 85 a 104.

OLIVEIRA, L. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa**. Tese de livre docência, Série teses e monografias (32), IGEOG/USP. São Paulo, 1978.

_____. Entrevista Livia de Oliveira. Mestre da alfabetização cartográfica. **Unespciência, Revista**, Edição 22, Agosto 2011. Disponível em: www.unespciência.com.br. Acesso em: 14/05/2017.

OLIVEIRA, A. F. **Políticas Públicas Educacionais:** conceito e contextualização numa perspectiva didática. Disponível em: http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf. Acesso em: 30/09/2016.

OLIVEIRA, A. R.; ALMEIDA, R. D. O estudo da localidade através de atividades com mapas municipais no ensino de Geografia. **Revista de Iniciação Científica**, vol. 1, Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, A. R. Geografia e ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Reformas no mundo da educação:** parâmetros curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

PACHECO, J. A. **Políticas curriculares:** referenciais para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PASSINI, E. Y. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia**. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, A. C. Reformas curriculares, políticas públicas e ensino de Geografia: reflexões, experiências e práticas. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A. (Orgs.) **Currículo, políticas públicas e ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. da PUC-GO, 2015.

REIS, Geovana. **A Gestão do currículo escolar da Rede Municipal de Ensino de Goiânia: entre "obrigações" curriculares e práticas "autônomas"**. 2015. Tese (Doutora do em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

RICHTER, D. **Professor (a), para que serve este ponto aqui no mapa?:** a construção das noções espaciais e o ensino da Cartografia na formação do (a) Pedagogo (a). 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SANTOS, C. R. B. **Desenvolvimento profissional de professores de Geografia:** contribuições de um grupo de estudos sobre o ensino da localidade. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos, 2007b.

SANTOS, F. A. S. F. G. **O Atlas Municipal de Itapeva**: um trabalho em colaboração. 2007. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia Humana, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo, 2ª Ed., 6ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, K. A.; BUENO, M. A. **O espaço local como conteúdo de Geografia do Ensino fundamental I:** o currículo, a formação de educadores e a prática docente. Goiânia, Programa de Bolsas para as licenciaturas – UFG, (PROLICEN). 64 p. 2011.

SILVA, K. A. **A formação continuada de professores do ensino fundamental I, a partir do atlas escolar municipal de trindade (GO).** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SIMIELLI, M. E. R. Cartografia no Ensino Fundamental e Médio. In: CARLOS, A. F. A. (Orgs.). **A geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, V. C.; MOTA, H. G. S. A formação continuada de professores de Geografia: potencialidades com o uso de materiais didáticos sobre a região metropolitana de Goiânia. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L. S.; SOUZA, V. C. **Ensino de Geografia e metrópole.** Goiânia: Gráfica e Editora América, 2014, p. 45-58.

SPOSITO, M. E. B. A avaliação de livros didáticos no Brasil por que? In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Livros Didáticos de Geografia e História**: avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 15-25.

TAVARES, D. A.; CUNHA, J. S. **O livro didático e o ensino de Geografia: algumas reflexões.** In: V Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". Universidade Federal de Sergipe: São Cristovão, 2011, p 1-11.

TUAN, Y. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

ANEXOS

Anexo 1

Questões 1 – Para entrevistas com professores de Goianira (2º semestre de 2015)

1 – Nome:
2 – Escola:
3 – Todos os alunos e professores da escola receberam o Atlas Escolar Municipal de Goianira?
4 – Já utilizam o Atlas Escolar Municipal de Goianira nas aulas de Geografia?
5 – O atlas auxilia nas aulas com conhecimento relacionado ao município? Em quais momentos?
6 – O atlas contribui para o seu trabalho?
7 – O atlas está sendo utilizado nos planejamentos diários, mensais ou semestrais? Em quais conteúdos?
8 – O atlas está ou pode ser utilizado em algum projeto pedagógico da escola?

Anexo 2

ESCOLA	OBSERVAÇÕES DOS PROFESSORES E DIRETORES SOBRE O USO DO ATLAS ESCOLAR MUNICIPAL DE GOIANIRA
1 - Lázara Maria da Costa	*As professoras entrevistadas, "A" (5°), "B" (5°), "C" (5°), "D" (4°) e "F" (4°) argumentaram ter gostado do atlas, mas lamentam o período em que estes foram entregues para uso nas escolas, uma vez que trabalham com o município em Março, no mês de aniversário da cidade. Argumentaram que o atlas municipal não está no Plano Anual da escola e por isso utilizaram o atlas poucas vezes. As professoras dos 5° anos relataram que tiveram dificuldades em trabalhar por causa da prova Brasil.*
2 - Cora Coralina	*A diretora "E" confirmou que a escola recebeu os atlas, mas, em concordância com a coordenadora e com os professores, optaram por não utilizar os atlas este ano. Estavam aguardando a visita do Secretário da Educação, que não compareceu na escola. Por este motivo e por não estar no plano anual deste ano, a decisão foi não utilizar os atlas. Não houve conversa com professores nesta escola.*
3 - Chico Martins	*O diretor "F" relatou que os professores do 3° ao 5° ano estavam utilizando o Atlas, mas há pouco tempo. Afirmou que todos os professores gostaram do material, mas estavam na fase de introdução. Não houve conversa com professores nesta escola.*
4 - Vó Benta	*A diretora "G" relatou que os professores estão utilizando o material, mas ainda nas primeiras páginas. Gostaram do Atlas, disse que é um material muito rico em informações sobre a cidade e que este já faria parte do projeto anual da escola,*

	"Cultura na Cidade". Não houve conversa com professores nesta escola.
5 - Odilon Santos	*Os professores entrevistados demostraram maior compromisso com o uso do atlas. A professora "H" (3°) relatou que é um excelente material, apesar do conteúdo ser um pouco pesado para seus alunos, mas que concilia com o plano anual. As professoras dos 4° anos B e C, "I" e "J", utilizavam o atlas, segundo seus relatos, como material de apoio duas vezes por semana. A professora "J" demonstrou-se bastante empolgada com o material. O professor "K", do 5° ano, elogiou o Atlas e também apontou sugestões para o material. Sugeriu uma galeria com nomes importantes na história do município e argumentou que o material poderia aprofundar no potencial econômico do Cerrado. Sugeriu a produção de um vídeo de apresentação do material pela autora, com endereço eletrônico nas referências das próximas edições do atlas, para os alunos acessarem.*
6 - Melchior Braga Costa	*A coordenadora da escola "L", junto aos professores, disse ter gostado muito do atlas porque ainda não havia um material que falasse do próprio município. As professoras "M" do 3° ano A e "N" do 3° ano B, acharam o conteúdo um pouco pesado para seus alunos, uma vez que é um material unificado. A professora "O" relatou que é um excelente material de apoio e que trabalha com o mesmo, adaptando-o à todas as disciplinas.*
7 - Jardim Imperial	*Nesta escola, segundo a coordenadora "P", os professores e alunos do 1° aos 5° anos receberam o atlas. Os professores que receberam o atlas com seus alunos afirmaram trabalhar de forma interdisciplinar. Lamentaram o material ter chegado no 2° semestre do ano letivo e de não estar no plano anual da escola, o que dificulta o trabalho. É o que afirmam as professoras "Q" do 4° ano e "R" do 3° ano. Esta última argumentou que no 3° ano o ensino está mais voltado para as*

	disciplinas de Português e Matemática.
8 - José Luiz Bittencourt	*Nesta escola os alunos e professores também receberam os atlas mas, segundo a diretora "S", alguns destes professores ainda não utilizaram e outros utilizaram pouco. Os professores estavam em reunião com os coordenadores e por isso não foi possível conversar com os mesmos.*

Anexo 3

Questões 2 - Para entrevistas com professores de Goianira (2º semestre de 2016)

1 - De acordo com a Reorganização Curricular de Goianira, em quais conteúdos de Geografia você mais utilizou o Atlas durante as aulas

2 - Utilizou somente nas aulas de Geografia ou também pôde utilizar nos conteúdos de outras disciplinas?

3 - Em quais momentos foi possível utilizar o Atlas como aliado ao livro didático?

4 - Os alunos demonstraram dificuldades ao utilizar o Atlas? Se sim, em quais pranchas, temas ou conteúdos?

5 - Você sentiu dificuldades para trabalhar alguma prancha, tema ou conteúdo do Atlas? Se sim em qual/quais?

6 - O Atlas pode ser considerado uma proposta de instrumento formativo, tanto para o aluno como para o professor?

7 - O Atlas pode ser considerado uma proposta para formação continuada? A participação do professor na elaboração e/ou atualização do Atlas pode contribuir para esta formação?